



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADES DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA**



LUANA SANTOS SOUZA

**DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE
DE DOURADOS-MS ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2010**

Dourados - MS

2019



LUANA SANTOS SOUZA

**DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE
DE DOURADOS-MS ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2010**

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S729d Souza, Luana Santos

DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: uma análise da cidade de Dourados - MS entre os anos 2000 e 2010 [recurso eletrônico] / Luana Santos Souza. – 2020.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Alexandre Bergamin Vieira.

Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Dourados (MS). 2. Mapeamento. 3. Desigualdade Socioespacial. I. Vieira, Alexandre Bergamin. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE
DOURADOS-MS ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2010**

BANCA EXAMINADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente / Orientador

Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira

1º Examinadora

Profª Drª Maria José Martinelli Silva Calixto

2º Examinador

Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo

Dourados, 18 de novembro de 2019.

Aos meus pais, que sempre me
impulsionaram a ir mais longe.

AGRADECIMENTOS

Acredito ser o momento mais esperado deste processo, pois agora posso agradecer àqueles que de alguma forma contribuíram para que pudesse chegar até aqui.

Agradeço e dedico àqueles que em nenhum momento me desampararam e que estiveram ao meu lado em todos os instantes, por isso manifesto publicamente meu agradecimento a **Deus** e a **Maria**, mãe de Deus e nossa.

Ao meu **pai**, meu maior exemplo de perseverança e dedicação, obrigada por me acalmar nos momentos de angústia. À minha **mãe**, meu exemplo de amor e cuidado, obrigada pelo incentivo e por me fazer acreditar que eu posso ir mais além.

À minha **irmã**, ou apenas maninha (é assim que a chamo desde que a conheci) aquela que sempre será minha pequenina, obrigada por todo incentivo que me deu desde o primeiro momento, e por entender as muitas vezes que precisei me ausentar de momentos importantes para você.

Aos meus **avós**, *Maria B., Maria F. e Manoel André* que, mesmo sem o ensino básico completo, acreditam que um mundo melhor pode sim ser constituído por meio da educação. A vocês, que mal sabem ler e escrever, obrigada por sempre me incentivarem a ir adiante.

Àquele que esteve ao meu lado desde o início deste processo, quando ainda era um sonho, e de forma sublime me ajudou a chegar até o final desta jornada. Obrigada **Rafael**, por muitas vezes ter compreendido a minha ausência e respondê-la sempre com muita docilidade.

Agradeço a todos os meus **tios**, que não citarei nomes para não esquecer de ninguém, afinal são muitos, mas obrigada por me proporcionarem esta família unida, pois sempre podemos contar com o apoio do outro, mesmo não presenciando algumas das confraternizações familiares.

“Para aquelas pessoas que fazem meu coração sorrir... Para a galera que sempre esteve junto até mesmo quando eu não estava disposta”. (Autor desconhecido).

Agradeço aos meus mais que melhores amigos, meus **primos**, que também não citarei os nomes, pois passaria horas aqui. Então, a vocês, uns

próximos e outros nem tanto assim, o meu sincero agradecimento por todas as brincadeiras e conversas, tenham certeza que aqui tem um pouquinho de vocês.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus **amigos** “turma do Deus é 10 e agregados”, obrigada: Antonio D., Antonio C., Cássio, Diego, Heloísa, Maria Isabela, Paloma, Patrícia e Tayane, por terem sido meu sustento espiritual durante todo esse tempo e por me proporcionar as melhores risadas, sempre regadas a pizzas, refrigerantes e UNO, vocês são fantásticos.

Agradeço em especial ao meu **orientador** *Alexandre Bergamin*, pois, com muita paciência, mostrou-me que o aprendizado vem aos poucos, tornando assim um processo contínuo, porém cheio de oscilações. Agradeço por ter acreditado que eu poderia escrever esta dissertação.

Enfim, a todos, o meu muito obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa busca contribuir para o conhecimento do processo de estruturação socioespacial desigual da cidade de Dourados- MS, por meio da elaboração de um mapeamento de indicadores socioeconômicos e habitacionais, e, assim, compreender o processo de exclusão social. Para isso apresenta a construção de um sistema de indicadores de desigualdade socioespacial com dados agregados por setor censitário, sobre renda dos chefes de família ou por domicílios, presença de mulheres chefes de família, infraestrutura básica e sanitária, que configuram uma espacialização com padrões sociais declinando da área noroeste da cidade, onde se concentram a classe social com melhor poder aquisitivo e que podem usufruir das melhores condições de vida, em direção ao entorno do perímetro urbano da cidade. Tais aspectos, evidenciam a desigualdade socioespacial presente no âmbito do processo de (re)produção do espaço urbano em Dourados.

Palavras-chave: Dourados-MS, Mapeamento, Desigualdade Socioespacial.

ABSTRACT

This research seeks to contribute to the knowledge of the unequal socio-spatial structuring process in the city of Dourados (MS), through the elaboration of a mapping of socioeconomic and housing indicators and understanding the process of social exclusion. For that, it presents the construction of a system of socio-spatial inequality indicators with aggregated data by census sector, income of family heads or by household, presence of female of family heads, basic and sanitary infrastructure, that configure a spatialization with social patterns declining in the northwest area of the city, where the social class with the best purchasing power and who can enjoy the best living conditions are concentrated, towards the urban perimeter of the city. Such aspects, evidence the socio-spatial inequality present in the scope of the process of (re)production of the urban space in Dourados.

Keywords: Dourados (MS), Mapping, Socio-spatial Inequality.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - DOURADOS (2000) - Domicílios improvisados.....	566
Mapa 2 - DOURADOS (2010) - Domicílios improvisados.....	577
Mapa 3 - DOURADOS (2000) - Domicílios sem banheiro.....	59
Mapa 4 - DOURADOS (2010) - Domicílios sem banheiro	60
Mapa 5 - DOURADOS (2000) - Domicílios com 4 ou mais banheiros	62
Mapa 6 - DOURADOS (2010) - Domicílios com 4 ou mais banheiros	63
Mapa 7 - DOURADOS (2000) - Domicílios com 5 moradores ou mais.....	65
Mapa 8 - DOURADOS (2010) - Domicílios com 5 moradores ou mais.....	66
Mapa 9 - DOURADOS (2000) - Domicílios com abastecimento de água de outra forma.....	69
Mapa 10 - DOURADOS (2010) - Domicílios com abastecimento de água de outra forma.....	70
Mapa 11 - DOURADOS (2000) - Domicílios com lixo de outra forma.....	722
Mapa 12 - DOURADOS (2010) - Domicílios com lixo de outra forma.....	733
Mapa 13 - DOURADOS (2000) - Responsável sem renda nominal	76
Mapa 14 - DOURADOS (2010) - Domicílios sem renda <i>per capita</i>	77
Mapa 15 - DOURADOS (2000) - Responsável com renda nominal até 2 salários mínimos.....	80
Mapa 16 - DOURADOS (2010) - Domicílios com renda <i>per capita</i> até 2 salários mínimos.....	81
Mapa 17 - DOURADOS (2000) - Responsável com renda nominal de 15 ou mais salários mínimos.....	833
Mapa 18 - DOURADOS (2010) - Domicílios com com renda <i>per capita</i> de 15 mais salários mínimos renda per capita.....	84
Mapa 19 - DOURADOS (2000) - Mulher responsável pelo domicílio.....	87
Mapa 20 - DOURADOS (2010) - Mulher responsável pelo domicílio.....	888
Mapa 21 - DOURADOS (2000) - Responsável com 60 anos de idade ou mais	90
Mapa 22 - DOURADOS (2010) - Responsável com 60 anos de idade ou mais	911

Mapa 23 - Mapa síntese (2000) **Erro! Indicador não definido.**

Mapa 24 - Mapa síntese (2010) **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Síntese do mapeamento (2000)	92
Tabela 2 - Síntese do mapeamento (2010)	Erro! Indicador não definido.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	144
CAPÍTULO 1: DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E EXCLUSÃO SOCIAL	19
1.1 Centralidade urbana: a realidade de Dourados-MS	20
1.2 Desigualdade socioespacial: algumas considerações.....	26
1.3 Exclusão social: origem de um conceito	28
1.3.1 Exclusão social: um conceito processual.....	30
1.3.2 Exclusão social e Estado.....	33
CAPÍTULO 2: MAPEAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM DOURADOS A PARTIR DE INDICADORES SOCIAIS	38
2.1 Indicadores sociais: origem de uma metodologia.....	40
2.2 O sistema de indicadores de desigualdade e as políticas públicas	45
2.3 Mapeamento como indicador social: seu papel na leitura, desigualdade socioespacial	48
CAPÍTULO 3: DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E ANÁLISE DOS INDICADORES	54
3.1 Desigualdade socioespacial sob a perspectiva dos indicadores habitacionais.....	54
3.2 Desigualdade socioespacial sob a perspectiva dos indicadores de saneamento básico	67
3.3 Desigualdade socioespacial sob a perspectiva dos indicadores de renda familiar	74
3.4 Desigualdade socioespacial sob a perspectiva dos indicadores dos responsáveis pelos domicílios	855
3.5 Análise dos conjuntos de indicadores	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA ANÁLISE DOS CONJUNTOS DE INDICADORES	927
REFERÊNCIAS.....	99

INTRODUÇÃO

A Geografia possibilita a análise das diversas interações entre as cidades, trocas e consumo de mercadorias, serviços, informações e ideias. A compreensão desse processo de interdependência permite a apreensão da cidade como *lócus* das contradições e das complementaridades. (SILVA, V. F., 2011).

O município de Dourados está localizado no centro-sul do estado de Mato Grosso do Sul e é formado pela área urbana central, área rural e seus nove distritos: Guaçu, Indápolis, Formosa, Itahum, Macaúba, Panambi, Picadinha, Vila São Pedro e Vila Vargas. No distrito sede se encontra um total de 170 bairros.

Por conta do papel polarizador que a cidade representa com seu entorno, ela é considerada como cidade média, com destaque especial para a prestação de serviços médico/hospitalar, como também aos serviços voltados à agricultura, ao lazer e à educação (SILVA, V. F., 2011).

De acordo com Calixto e Bernadelli (2016):

No que diz respeito à oferta de serviços especializados de saúde, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) (dezembro de 2013, Dourados apresentava um total de 336 estabelecimentos ligados ao setor, entre eles: o Hospital Evangélico D.r e Sr. Goldsby King – que, por sua vez, possui as unidades do Hospital da Mulher e do Hospital da Vida -; o Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); o Hospital Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul – Unidade Dourados (CASSEMS); o Hospital Santa Rita Ltda.; e o Hospital da Missão Evangélica Caiuá. Há ainda, uma unidade na categoria hospital especializado, a Clínica São Camilo, que presta atendimento cardiológico. A partir de 2010, começaram a funcionar também o Hospital Beneficente de Combate ao Câncer da Grande Dourados (HC) e a Neoclin – Grupo de Oncologia, cuja sede fica em Campo Grande. O setor da educação, por sua vez, especialmente no que concerne ao ensino superior, possui cinco instituições presenciais – duas públicas e três privadas -, que, juntas, oferecem 96 cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento. (CALIXTO; BERNADELLI, 2016, p. 36).

Valéria F. Silva (2011) afirma que Dourados concentrava 6,61% dos hospitais do estado, número expressivo se comparado a outros municípios que não ultrapassavam 2,47%.

Contudo, assim como em outras cidades médias, a área intraurbana de Dourados apresenta uma intrínseca desigualdade socioespacial perversa, a qual é maquiada pelo Poder Público Municipal, porém vivenciada pela população. Em muitos casos, essa desigualdade se torna imperceptível para grande parte dos cidadãos, uma vez que não se trata de um processo natural, mas dos resultados de relações sociais, lutas de classes, refletidas e expressas na organização e na estruturação do espaço (VIEIRA, 2009).

Sauer, Campêlo e Capilé (2012, p. 13) afirmam:

A realidade tem na exclusão social, cada vez mais, um tema de discussões em âmbito nacional e internacional, visando aperfeiçoar as ações para minimizar o problema da população em situação de risco social. Para isso é essencial identificação do complexo quadro de diferenciações sociais.

Sendo assim, por trás da prosperidade, muitas vezes propalada quando se refere às cidades médias, configura-se uma desigualdade mais perversa do que em grandes cidades ou regiões metropolitanas, no entanto constantemente camufladas na paisagem urbana pelo Poder Público local.

A exclusão social nas cidades médias se manifesta de diferentes maneiras, atingindo a sociedade principalmente entre aqueles que estão inseridos nas classes sociais menos favorecidas, sendo esses os que mais vivenciam os processos excludentes ocorridos.

A desigualdade socioespacial e a exclusão têm como principais determinantes os problemas estruturais da sociedade brasileira, a persistente concentração da renda e da riqueza numa pequena parcela da população.

É pelo fato de estar entrelaçada com as classes sociais que esse processo excludente é muitas vezes confundido com o conceito de pobreza — caracterizada pela falta de acesso às necessidades básicas para a vida de um ser humano (MELAZZO; GUIMARÃES, 2010).

No que se trata de Dourados como cidade média, recorte territorial delimitado para esta pesquisa, é importante destacar seu papel quanto a sua *hinterlândia*, já que apresenta uma influência em 21 cidades de forma direta e em 13 cidades de forma indireta — duas estão localizadas no estado do Paraná, reforçando ainda mais a questão sobre a rede urbana de Dourados —, conforme aponta Valéria F. Silva (2011).

Dessa forma, as análises dos níveis e das formas da desigualdade e da exclusão no local são fundamentais para se procurar alternativas, a fim enfrentar e alterar a realidade social no local que os cidadãos moram, produzem, consomem e vivem.

Haja vista que, em cada município há uma variação enorme nestes indicadores, isto é, a exclusão/inclusão social se manifesta no âmbito dos bairros da cidade. Ao observar se determinado município apresenta boas condições sociais, o que se vê é o resultado médio dessas condições nos bairros que compõem a cidade.

Um exemplo disso é o que Sauer, Campêlo e Capilé (2012, p. 13) descrevem sobre Campo Grande – MS, afirmando que

Segundo os dados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vê-se uma taxa de analfabetismo para o ano de 2010 de 5,0%, contudo ao olhar este índice em Campo Grande por bairros tem-se uma variação de 0,7% a 9,8%. A redução destas diferenças só é possível conhecendo especificamente o comportamento destes indicadores por bairro.

Discutir, analisar, sistematizar e produzir conhecimento sobre a desigualdade e exclusão na área delimitada é uma tarefa necessária para buscar meios de reverter esse quadro social. Por esse motivo, compreender a desigualdade social a partir da exclusão social, é muitas vezes necessário para as mais diferentes implantações de serviços por parte do Poder Público local. Já que, por muitas vezes, os mesmos se tornam ausentes, principalmente para a classe social menos favorecida, em consequência do modo de produção capitalista que propicia o agravamento do processo de exclusão social, evidenciado quando se analisam as cidades médias (VIEIRA, 2009).

Com isso, pode-se entender que, de certa forma, essa desigualdade socioespacial é muitas vezes considerada como natural, com lugares e pessoas marcadas para sofrer com esse processo, já que as diferentes classes sociais vivenciarão a cidade de forma distinta.

A área urbana se caracteriza por ser distinta entre si, no que diz respeito à gênese, à dinâmica, ao conteúdo econômico e social, à paisagem e ao arranjo espacial de suas formas, haja vista que essas áreas são vivenciadas, percebidas

e representadas de modo distinto pelos diferentes grupos sociais que vivem na cidade e fora dela (CORRÊA, 2013, p. 39).

Posto isto, a proposta desta investigação é analisar, compreender e caracterizar as desigualdades socioespaciais através dos indicadores sociais relacionados à educação, à renda, ao saneamento básico, entre outros; dando, assim, continuidade a uma pesquisa que teve origem no trabalho de conclusão de curso.

Dessa forma, com objetivo de alcançar o que foi proposto sobre o mapeamento das desigualdades sociais, esta dissertação de mestrado foi dividida em três capítulos.

No **Capítulo 1** é realizada uma revisão bibliográfica, com o intuito de caracterizar os conceitos de desigualdade socioespacial e de exclusão social, apoiada em pesquisas de diversos autores. Para isso, são utilizados como referência os trabalhos de Ricardo W. Caldas (2008), Arlete M. Rodrigues (1990; 2007), Alexandre B. Vieira (2009; 2005), Everaldo S. Melazzo (2006; 2010) e Valéria F. Silva (2011; 2012).

No **Capítulo 2** realiza-se discussões acerca da metodologia utilizada para a compreensão dos indicadores analisados, com base nos estudos de Everaldo S. Melazzo (2010) e de Ederson Nascimento e Lindon F. Matias (2008).

Assim, os indicadores sociais foram elaborados de acordo com as informações obtidas no banco de dados do IBGE, são eles: domicílios improvisados (2000 e 2010); sem banheiro (2000 e 2010); com 4 banheiros ou mais (2000 e 2010); 5 moradores ou mais (2000 e 2010); com abastecimento de água de outra forma (2000 e 2010); lixo coletado de outra forma (2000 e 2010), sem rendimento *per capita* mensal (2000); sem rendimento nominal mensal (2010); rendimento *per capita* mensal até 2 salários mínimos (2000); rendimento *per capita* mensal de mais de 15 salários mínimos (2010); domicílio cuja mulher é responsável (2000 e 2010); e domicílio cujo responsável tem 60 anos de idade ou mais (2000 e 2010), os quais, posteriormente, darão base para os mapeamentos.

No **Capítulo 3** são apresentados os indicadores de desigualdades socioespaciais de forma cartografada, tanto para os anos 2000 (com 143 setores censitários) como 2010 (com 284 setores censitários); por meio dessas

informações serão observadas as ocorrências mais perversas desses indicadores.

Nas **Considerações finais**, as análises apontadas no decorrer do trabalho são reforçadas e permitem aprofundar as discussões acerca das desigualdades socioespaciais.

CAPÍTULO 1: DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E EXCLUSÃO SOCIAL

Dourados foi definida como recorte territorial e empírico para a referida pesquisa, por desempenhar um papel importante no âmbito regional e por apresentar, assim, características socioespaciais que a diferencia de metrópoles, uma vez que a referida cidade exerce o papel de cidade média (SILVA, V. F., 2011).

Conforme aponta Vieira (2009), é importante destacar que inúmeras pesquisas e trabalhos vêm sendo desenvolvidos sobre a importância e o papel que as cidades médias desempenham. Nesse sentido, destaca-se os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME), os quais foram desenvolvidos por pesquisadores de diferentes universidades do Brasil, Argentina e Chile.

Como afirma Vieira (2009), as cidades médias possuem estrutura urbana e formas socioespaciais que as destacam como importantes centros de comércio, de prestação de serviços e de abastecimento regionais, o que contribui para atrair grandes investimentos de capitais ligados aos diversos setores da economia, sendo eles: financeiro, imobiliário, industrial, comércio e serviços; essas características são percebidas na cidade de Dourados.

Ainda segundo Vieira (2009), o avanço e a dinâmica econômica exercida pelo capital sobre as cidades médias não deixam de trazer também seus efeitos perversos. Uma vez que, entende-se que as desigualdades não se refletem apenas nos planos materiais e objetivos dos indivíduos, mas também nos planos subjetivos e psicológicos, reverberando-se em múltiplas dimensões, as quais afetam a vida e o cotidiano dos cidadãos, sendo elas: social, econômico, cultural, espacial, etc.

Essa desigualdade entre classes sociais deve ser compreendida como um processo socioespacial e histórico e não apenas como implicações individuais, como aponta Vieira (2005). Portanto, os processos excludentes no Brasil são decorrentes de uma herança histórica e hoje se pode vivenciar o resultado de ações tomadas no decorrer de anos.

É nesse sentido que se busca compreender o processo de desigualdade socioespacial e exclusão social inerente à cidade de Dourados, dando ainda um destaque para o poder público municipal, no qual assume um papel de suma importância de atuação no processo de desigualdades socioespaciais.

1.1 Centralidade urbana: a realidade de Dourados - MS

O município de Dourados está localizado na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul e com população estimada para o ano de 2017, segundo o IBGE, de 218.069 habitantes, dos quais 174.791 se encontram na área urbana do distrito sede, e 5.559 em área de reserva indígena. A cidade fica a cerca de 200 km da capital do estado, Campo Grande, e obtém destaque por ser a segunda cidade do estado em contingente populacional, ficando atrás somente da capital.

Conforme aponta Valéria F. Silva (2012, p. 98):

A compreensão de Dourados sob a perspectiva das cidades médias coloca a necessidade de análise dos processos socioeconômicos espaciais, pois Dourados destaca-se regionalmente como centro prestador de serviços, comércio, lazer etc., atendendo ao mercado consumidor de seu entorno imediato e de cidades localizadas num raio de distância que ultrapassa a região Sul do estado de Mato Grosso do Sul, onde geograficamente está localizada.

Desta forma, a posição geográfica da cidade de Dourados possibilita interações com cidades circunvizinhas, atravessando até mesmo a fronteira brasileira, como é o caso das interações estabelecidas com a cidade paraguaia Pedro Juan Caballero, conforme discorre Valéria F. Silva (2012), e também com cidades do estado do Paraná, de forma mais indireta, como é o caso das cidades de Terra Roxa e Guaíra, publicadas em *Regiões de influência das cidades - 2007* (BRASIL, 2008).

Isto posto, torna-se importante destacar que as interações socioespaciais:

[...] constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência [...] e realizar através de diversos meios e velocidade. Essas interações envolvem deslocamento de diferentes distâncias e direção, com diversas finalidades. (CORRÊA, 1997, p. 279).

Ainda de acordo com Valéria F. Silva (2012), as interações que se efetivam a partir da cidade de Dourados, sendo de curtas ou longas distâncias, abarcam centros urbanos de tamanhos distintos, promovem assim, uma teia de articulações que ocasiona diversas mudanças nos centros envolvidos.

Isso fica ainda mais evidente quando se observa o que discorrem Calixto e Bernadelli:

Sua condição de centralidade só pode ser entendida a partir das relações/articulações com o conjunto do seu entorno, haja vista as possibilidades múltiplas de relações entre cidades de diferentes padrões ou portes. (CALIXTO; BERNADELLI, 2016, p. 33).

No Mato Grosso do Sul meridional, o processo agroindustrializador funcionou como o principal veículo portador e disseminador desse novo conteúdo de ciência, técnica e informação regional, conforme aponta Valéria F. Silva (2011).

Portanto,

[...] a cidade de Dourados concentra, além da agroindústria, os serviços de ensino superior e prestação de serviços médico-hospitalares, atuando, desse modo, como importante polo concentrador, sobretudo, para a porção meridional de Mato Grosso do Sul, por meio de suas atividades econômicas relacionadas à agricultura, indústria, comércio e serviços. (SILVA, V. F., 2011, p. 108).

Ainda a respeito da cidade de Dourados,

A formação econômica do estado de Mato Grosso do Sul, em especial, de Dourados, é marcada pela política de “integração nacional” do governo federal, via projetos de colonização chamados de Colônias Agrícolas Nacionais, implantados na década de 1940, que detinham uma conotação de ocupação dos territórios tidos como “vazios”, além de uma preocupação geopolítica de assegurar as fronteiras territoriais. Diante desse contexto, o governo estimulou o primeiro movimento de “integração planejada” em terras mato-grossenses, assumindo uma política migratória dirigida. (SILVA, V. F., 2012, p. 105).

A política de “integração nacional” possibilitou a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, cujo objetivo se voltava para a fixação do homem no campo, prevendo ainda a instalação de indústrias de beneficiamento agrícola, florestal e animal, além da criação e do estabelecimento de cooperativas, que auxiliariam na compra e venda de produtos

produzidos/vendidos, bem como dos consumidos pelos agricultores, conforme discorre Valéria F. Silva (2011).

Segundo a mesma autora:

A atuação do Estado no Mato Grosso do Sul foi muito importante, desde o processo de colonização, até a consolidação produtiva, por meio dos investimentos em infraestrutura de transportes, energia e armazenagem, além de um amplo conjunto de políticas econômicas e sociais. Deste modo, nos anos de 1970, o estado de Mato Grosso do Sul meridional passa pela modernização do campo, especialmente, da lavoura de trigo e de soja. Com a política de colonização ocorrida nos anos de 1940, foi possível o surgimento e fortalecimento de muitas cidades, além de instituir um importante mercado consumidor que acelerou a dinâmica econômica e o processo de urbanização no estado. (SILVA, V. F., 2011, p. 40).

Portanto, a cidade de Dourados, no decorrer dos anos e da consolidação do processo de urbanização, passa a assumir regionalmente um papel polarizador por expandir atividades comerciais e prestação de serviços, especialmente nos setores da educação, saúde e lazer. Assim, surge a necessidade de criação de políticas públicas voltadas (diretamente) à população, como a implantação dos conjuntos habitacionais — o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Desse modo,

A centralidade de Dourados na rede urbana regional é reforçada, não só por atender as necessidades do campo, mas também a demanda por serviços mais especializados e inexistentes nas outras cidades, sobretudo na porção sul do estado, intensificando suas relações/articulações com as cidades de menor porte. (CALIXTO; BERNADELLI, 2016, p. 36).

Calixto descreve sobre a política de habitação em Dourados e, por conseguinte, a implantação do BNH 1º Plano:

A política habitacional em Dourados, por intermédio da iniciativa pública, tem como referência o conjunto denominado “Eudes Souza Leão”, mais conhecido como BNH 1º Plano, iniciado no ano de 1971 e composto por 23 quadras (13 regulares e 10 irregulares) apesar de não ser o primeiro conjunto habitacional da cidade, pois Dourados já contava com o conjunto Habitacional “Antônio João”, o BNH 1º Plano tornou-se o mais expressivo em número de unidades residenciais -316 unidades, além de contar com localização mais privilegiada em relação à

área central e melhor padrão de construção, se considerarmos a Vila Popular. (CALIXTO, 2004, p. 182).

Porém, assim como afirma Calixto (2004) em seus estudos, os conjuntos habitacionais, especialmente os BNHs 1º, 2º e 3º Planos, não atenderam a demanda da classe menos favorecida monetariamente; pelo contrário, naquela época eles atendiam a demanda com maior poder aquisitivo, ou seja, segmentos ligados à modernização do campo.

Contudo, as políticas públicas sociais devem ser voltadas em benefício de toda a sociedade em especial e principalmente para a classe social menos favorecida, que mais necessita de sua implementação e intervenções. Todavia, isso nem sempre ocorre, visto que uma pequena parcela muitas vezes se beneficia das políticas públicas da cidade, conforme apontam Vieira, Nunes e Guimarães (2010, p. 65):

[...] na maioria das vezes, quando a população e a sociedade civil não são organizadas para defender o direito e os benefícios para grande parte da população ou a socialização e democratização dos investimentos – é apropriado pela classe dominante e a ela se serve e beneficia, entenderemos que a alocação de infraestrutura urbana será maior e de melhor qualidade para áreas onde a sua concentração e a sua presença são mais determinantes, em detrimento de outras áreas, sejam elas mais necessitadas de infraestrutura ou não.

Neste sentido, Joilson C. Silva discorre:

A omissão do Estado está presente na ausência de políticas públicas voltadas para atender a esta população que está esquecida em verdadeiros aglomerados humanos, sem direito a áreas de lazer, asfaltamento de ruas, saneamento básico, rede de energia adequada, encanamento e boa distribuição de águas, ordenamento urbanos, coleta de lixo e outras necessidades que possibilitem uma vida digna para os habitantes da cidade [...]. (SILVA, J. C., 2013, p. 1).

Especificamente, sobre a cidade de Dourados e as desigualdades existentes em seu espaço intraurbano, Calixto e Bernadelli (2016) apontam:

Ao mesmo tempo em que Dourados apresenta uma moderna rede material, necessária à fluidez e à integração à economia nacional e mundial, com uma produção habitacional voltada para uma população de alta renda, como o caso dos loteamentos

fechados¹ revela também um quadro de profundas contradições socioespaciais, expressas, por exemplo, na área de ocupação “irregular” ou favelizadas, nas dificuldades de acesso à terra e no conflito envolvendo a presença dos indígenas, entre outros problemas. (CALIXTO; BERNADELLI, 2016, p. 37).

Desta forma, o Estado, representado pelo Poder Público Municipal, desempenha um papel fundamental no processo de desigualdade socioespacial no interior da cidade. Uma vez que o próprio Estado é o responsável pelas políticas públicas que deveriam ser ofertadas para os cidadãos da cidade, os quais possuem maiores carências de infraestrutura.

Ainda, de acordo com Joilson C. Silva (2013), as áreas onde há uma maior concentração de pessoas pertencentes à classe social de menor renda carecem de políticas públicas voltadas às suas necessidades.

Ao mesmo tempo existem investimentos do poder público em determinadas áreas da cidade que provocam uma disparidade social entre as classes sociais, apesar de ser um direito que deveria atender a todos. Conforme apontam Cunha e Cunha (2002 *apud* Melazzo 2006), é mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual.

Para Souza (1991 *apud* SILVA, V. F., 2011, p. 9):

[...] o planejamento urbano em nosso país sempre foi direcionado para representar a manutenção da ordem econômica e socioespacial, beneficiando um pequeno grupo, geralmente detentor do capital, que visualiza no planejamento urbano maiores possibilidades de incremento de seu capital, através da valorização do espaço urbano, a partir de intervenções urbanísticas que consolidam a segregação socioespacial.

Ainda, de acordo com a realidade de Dourados, Valéria F. Silva diz:

Nessa perspectiva, é possível compreender a valorização e uso diferenciado em algumas áreas da cidade de Dourados, representados pelas porções sul (com a ocupação do segmento socioespacial com menos renda) e ao norte da cidade (segmento socioespacial de alta renda). Tais práticas denotam

¹ Aqui convém destacar que, recentemente, matéria da revista *Veja* (26 fev. 2014), acerca das cidades brasileiras que concentram bons salários – “Sorria: bons empregos a frente” -, aponta Dourados em segundo lugar no *ranking* das dez cidades brasileiras que mais oferecem postos de trabalhos com salários mensais superiores a R\$ 5 mil.

cada vez mais a fragmentação do território da cidade, em áreas com funcionalidades diferentes. (SILVA, V. F., 2011, p. 56).

Nesse caso, pode-se elucidar as políticas públicas habitacionais implantadas pelo poder público. A porção norte da cidade de Dourados possui implantação de condomínios de padrão elevado e também outros setores, como é o caso do setor educacional em que as escolas particulares — como os dois Polos do Delphos, Anglo, Lumière, Colégio Elite (antiga MACE), Escola Imaculada Conceição (EIC) —, voltadas principalmente para classes sociais mais favorecidas e os polos universitários — como a unidade I e III da UFGD, Anhanguera e Unigran —, de forma indireta/direta instigam uma maior “valorização” do local, principalmente no que se refere ao mercado imobiliário, uma vez que essas instituições estão cercadas por domicílios cujos proprietários possuem um poder aquisitivo mais elevado e, assim, se apropriam das infraestruturas localizadas nas proximidades.

Desta forma, observa-se que em Dourados, assim como no Brasil, o planejamento urbano

[...] se configura como um planejamento passivo ou privatista, servindo a interesses de alguns poucos, inclusive do mercado imobiliário, e não aos interesses de toda a população, e que, portanto, promove e acentua os processos de exclusão social. (VIEIRA; NUNES; GUIMARÃES, 2010, p. 69).

Porém, no caso da porção sul da cidade se concentra a implantação de conjuntos habitacionais, direcionados para a população menos favorecida, longe da área central da cidade que, de uma forma geral, apresenta as melhores infraestruturas, influenciando diretamente na dinâmica do mercado imobiliário.

Dessa forma, se observa a imbricação do poder público através das chamadas políticas públicas para com o mercado imobiliário. Uma vez que o poder público assume papel de suma importância, pois no decorrer da implementação desigual de melhorias urbanas, estimula ou permite a presença de práticas especulativas, fato que contribui para o aumento do preço da terra, conforme aponta Calixto (2000, p. 76).

Algumas intervenções do poder público podem ser observadas em Dourados, contudo elas não correspondem às demandas reais da cidade, já que, mesmo com as implantações do poder público, nem toda a população é

beneficiada, pois apesar da moradia ser um direito de todos, só conseguem obtê-la aqueles que podem pagar, afinal uma residência requer um pedaço de terra, o que acabou por se tornar uma mercadoria (RODRIGUES, 1990).

Dessa forma, o poder público, ao subsidiar a implementação de políticas habitacionais, acaba por alocar parcela da população distante das áreas dotadas de boa infraestrutura (IRABI; FERREIRA; VIEIRA, 2017). Pois, as áreas com nenhum tipo de melhorias e afastadas dos atrativos socioculturais são mais baratas.

Ou ainda, como Romero destaca sobre a cidade de Dourados:

[...] na área noroeste, mencionada popularmente como a “parte de cima” da Avenida Marcelino Pires, o preço da terra urbana é maior e na porção sul da cidade, considerada a “parte de baixo” da referida Avenida, compreende as áreas de menor preço. (ROMERO, 2010, p. 52).

Sendo assim, algumas áreas da cidade são destinadas para a parcela da população mais favorecida, já que estes podem pagar pelas melhores localizações e infraestrutura, conforme aponta Castro:

A terra tem um preço e o monopólio do acesso, por sua vez, vem agravar a problemática da moradia. Assim, os problemas ligados à habitação não ocorrem pela falta de casas ou pela falta de espaço para construir, mas sim pelo fato de que a terra urbana tornou-se uma mercadoria não acessível a todos (CASTRO, 2008, p. 72).

A desigualdade socioespacial não deve ser compreendida tão somente como processo específico da cidade, porém ela se acentuou/acentua por meio do processo de urbanização de uma sociedade capitalista, já que esse processo não foi capaz de assistir às demandas necessárias da sociedade como saúde, educação e lazer (VIEIRA, 2009). O poder público pode interferir diretamente no aumento/expansão dos processos de exclusão social no interior das cidades, por meio da alocação dos investimentos públicos de forma diferenciada para as diferentes classes sociais.

1.2 Desigualdade socioespacial: algumas considerações

Antes de iniciarmos a discussão acerca da desigualdade socioespacial, faz-se necessário abrir um parêntese, uma vez que alguns autores a compreende como “desigualdade social” ou “desigualdade espacial”. Contudo, para esta dissertação será adotado o termo “socioespacial”, pois se entende que a desigualdade não ocorre tão somente no âmbito social ou espacial, conforme afirma Vieira:

Como reflexo das relações sociais do modo de produção capitalista, as cidades irão apresentar, de forma cada vez mais intensa, as desigualdades e as diferenciações entre as classes sociais, com influências diretas no território. Este processo, por sua vez, ao “diferenciar os lugares”, passa a ser fundamental e determinante sobre a acessibilidade e possibilidade de localização no espaço intraurbano das diferentes classes sociais. Da mesma forma, o espaço produzido com estas características também passa a reproduzir tais condições de desigualdade social. (VIEIRA, 2005, p. 5).

Ou ainda, conforme discorre Arlete M. Rodrigues:

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdo da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista urbano. (RODRIGUES, 2007, p. 74).

Dessa forma, considera-se a desigualdade socioespacial como expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital (RODRIGUES, 2007).

Ressalta-se, também, a frequente relação da desigualdade socioespacial com a falta ou à precariedade de habitação, saneamento, instituições de ensino, serviços de saúde, bem como outros bens de consumo coletivo com a ausência de investimento por parte do poder público.

Ainda, segundo Arlete M. Rodrigues:

A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres. (RODRIGUES, 2007, p. 75).

Como reflexo das relações sociais do modo de produção capitalista, as desigualdades e as diferenciações entre as classes sociais irão se repetir na área urbana, de forma cada vez mais intensa e generalizada.

Ou seja, isso acaba por se manifestar na produção espacial das cidades que se expandem e se estruturam com segregação e exclusão, assim o resultado dessa dinâmica se torna espacial e/ou visivelmente definido, de forma que corrobora para a formação de territórios de exclusão.

Desse modo, as desigualdades socioespaciais intraurbanas seriam inerentes ao próprio modo de produção e, conseqüentemente, à capacidade de inserção de cada indivíduo no sistema de mercado competitivo e excludente (VIEIRA, 2009).

Sendo assim, segundo Carlos:

O reconhecimento das desigualdades sociais como uma questão urbana não é uma ideia recente. Os contrastes sociais marcados pela enorme distância entre os ricos e os pobres serviram de realidade empírica para as primeiras análises da desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo, demonstram que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória e que a desigualdade espacial é produto e produtora da desigualdade social. (CARLOS *apud* VIEIRA, 2009, p. 24).

É nesse sentido que Vieira discorre que:

As ciências sociais se utilizam de vários e novos conceitos, na perspectiva de desvendar os processos ancorados no crescimento das desigualdades sociais nestas últimas décadas, tais como os de precariedade, vulnerabilidade, exclusão social, segregação, desfiliação, desqualificação, deslocalização, processos sociais excludentes. (VIEIRA, 2009, p. 25).

É por esse motivo que a busca por compreender o contexto se dará por meio do conceito de exclusão e de desigualdade socioespacial.

1.3 Exclusão social: origem de um conceito

Inicialmente desenvolvido por autores franceses, o conceito de “exclusão social” é ainda muito polêmico e controverso, o que merece destaque e relevância tanto pela academia, como pelos movimentos sociais, políticos,

governamentais e por instituições, principalmente no que tange à formulação, elaboração e análise de políticas públicas.

Uma vez que o conceito de exclusão social é bastante discutido nas ciências humanas e sociais, busca-se uma explicação para tal fenômeno que é tão antigo quanto atual na história da humanidade, porém assume características próprias em cada período. Um leque sobre o tema é aberto, não somente pela sua complexidade, mas também pelas várias abordagens teóricas acerca desse conceito (VAZ, 2002).

O processo de exclusão social para Freund (1993 *apud* XIBERRAS, 1996), já se apresentava sob diversas formas na Idade Média, fazendo referência ao sentido de rejeição e de privação. Durkheim (1987 *apud* XIBERRAS, 1996) trabalhou o conceito de “anomia” que representa:

[...] no plano das representações, a desagregação dos valores e a ausência de referências; no plano das relações humanas, a desagregação do tecido de relações sociais; enfim, a anomia designa também a desafeição ou a falta de adesão aos valores. (DURKHEIN *apud* XIBERRAS, 1996, p. 49).

Vale lembrar que o conceito adotado por Durkheim passou a ser repensado por teóricos como Merton, da escola de Chicago, nos Estados Unidos. A exclusão social, portanto, passou a ser tema de estudo, apesar do não uso dessa denominação nas pesquisas de membros da Escola de Chicago, como Becker, Goffmann e Merton que, segundo Xiberras (1996), constituíram a corrente do interacionismo simbólico.

Foucault (1986), também não se utilizou do termo “exclusão social”, mas definiu a prática do banimento, vigente no século XIX, sobreposta em grupos específicos como: leprosos, mendigos, vagabundos, loucos e violentos, como um processo de exclusão (MELO; PAESE, 2013).

O termo “exclusão social”, propriamente dito, só foi aparecer na década de 1970, com o livro de René Lenoir, intitulado *Les exclus: um Français sur dix*, publicado em 1974, no qual, o autor faz referência aos “[...] esquecidos do progresso: prisioneiros, doentes mentais, incapacitados, velhos” (LENOIR, 1974 *apud* DEMO, 1998, p. 22). Fenômeno que passa a não ser visto como ordem individual, mas social, cuja origem deveria ser pautada nos mesmos princípios de funcionamento das sociedades modernas. Lenoir ainda destaca o rápido e

desordenado processo de urbanização, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços, bem como a inadaptação e a uniformização do sistema escolar (WANDERLEY, 1999).

No contexto contemporâneo, Castel (2004, p. 17) critica o fato de que a exclusão tem servido como um *mot-valise* “[...] para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo, etc. são os ‘excluídos’”. Nesse sentido, o autor propõe uma discussão acerca da exclusão através de uma perspectiva econômica-social.

De acordo com Xiberras (1996), o fenômeno da exclusão social é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo, os processos de exclusão são múltiplos e muitas vezes se inter cruzam, existindo também valores e representações sociais.

Xiberras (1996, p. 22) considera um pressuposto epistemológico, abordar a exclusão social, a partir da ideia de um espaço social comum, definindo como excluído “[...] todo aquele que é rejeitado para fora dos nossos espaços, dos nossos mercados materiais e/ou simbólicos, para fora dos nossos valores”.

1.3.1 Exclusão social: um conceito processual

Conforme aponta Vieira (2005), compreende-se a exclusão social como um processo, que se torna fundamental na configuração e na estruturação espacial das cidades, promovendo o afastamento ou isolamento entre as diferentes classes sociais.

Para Vieira, “o conceito de exclusão social, se caracteriza também como processo e se torna fundamental na configuração e estruturação espacial das cidades” (2005, p. 21). Uma vez que o fenômeno reflete nas condições de vida da população e do indivíduo, fica evidente a falta de condições de vida digna dos cidadãos, o que leva alguns ao isolamento quase total das relações sociais com a sociedade. Vieira também destaca que é de suma importância entendermos o conceito de exclusão social estruturador da área intraurbana, bem como refletir as condições de vida da população e das pessoas individualmente.

A partir deste pressuposto, Castells (1999), considera a exclusão social como um processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são

sistematicamente impedidos do acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma, dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em um contexto.

É importante elucidar que o conceito de exclusão social procura delimitar um processo de injustiça social, ou mesmo a falta de igualdade plena de direitos (VIEIRA, 2005). Esses direitos não são recentes na história da humanidade, mas, com o modo capitalista de produção, se acentua e, atualmente, adquire diferentes conotações e dimensões.

Singer (2003, *apud* NASCIMENTO; MATIAS, 2008, p. 62) define a exclusão socioespacial:

A exclusão socioespacial pode ser vista como uma soma de várias exclusões, habitualmente muito inter-relacionadas. Aqueles que foram expulsos do mercado de trabalho formal, ou do mercado da residência formal (em contraste com o informal, formando por cortiços e favelas), ou da escola, ficam em desvantagem na competição por novas oportunidades, tornando-se candidatos prováveis a novas exclusões.

Dessa forma, o conceito de exclusão social deve ser compreendido como um processo multidimensional, como resultado de implicações sociais históricas e não apenas como algo individual ou situacional, mas que tem relação e afeta diretamente todo o conjunto da vida social.

O processo de exclusão social estabelece relações de ordem econômica, social, política, cultural, educacional etc. e, ainda, tende a ser reproduzido por mecanismo que o sustentam e o expandem (VAZ, 2002).

De acordo com Escorel (1999), exclusão social designaria um estado e um processo. Um processo porque fala em movimento que exclui, de trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão e que é potencialmente excludente; estado porque essa condição é o resultado objetivo de um movimento.

Sposati afirma que a exclusão social se configuraria como

[...] uma impossibilidade de poder partilhar o que leva a vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. (SPOSATI, 1999 *apud* ADAMS, 2001, p. 24).

A autora também enfatiza que o processo de exclusão não é individual, mas de privação coletiva, presente nas relações econômicas, sociais culturais e

políticas, que inclui pobreza, discriminação, subalternidade e não equidade, não acessibilidade e não representação pública.

Ainda segundo Sposati, existem diferentes graus e formas de exclusão, que assim se apresentam:

[...] **exclusão estrutural**: resultado do processo seletivo do mercado, que não garante emprego à todos, gerando contínua desigualdade; **exclusão absoluta**: originada da condição de pobreza absoluta de um crescente segmento social; **exclusão relativa**: sentida por aqueles que possuem os níveis mais baixos de acesso e apropriação da riqueza social e das oportunidades historicamente acessíveis do ser humano; **exclusão da possibilidade de diferenciação**: resultado do grau de normalização e enquadramento que as regras de convívio estabelecem entre os grupos de uma sociedade, não efetivando os direitos das minorias. No caso, o padrão de intolerância inclui ou não, as heterogeneidades de gênero, etnia, religião, opção sexual, necessidades especiais, etc.; **exclusão da representação**: grau pelo qual a democracia de uma sociedade possibilita tornar presentes e públicas, as necessidades, interesses e opiniões dos vários segmentos, especialmente na relação Estado-Sociedade; **exclusão integrativa**: onde a exclusão é perversamente a forma de um segmento da população permanecer precariamente presente na lógica da acumulação, [...] enquanto outro usufrui do desenvolvimento, da riqueza, da cidadania. (SPOSATI, 1996, p. 13, grifo do autor).

O atlas da exclusão social no Brasil apresenta informações sociais econômicas por município, permitindo aos respectivos estados uma compreensão das diferenças médias entre eles. Dessa forma, o grau de desenvolvimento de uma localidade está associado não somente a indicadores econômicos de geração de renda, como também aos indicadores de discrepância na distribuição dessas rendas e a outros indicadores sociais que revelam as condições de vida da população (SAUER; CAMPÊLO; CAPILÉ, 2012).

Como apontam Sauer, Campêlo e Capilé (2012, p. 14):

Um diagnóstico social é um dos instrumentos fundamentais da estrutura básica dos métodos de intervenção social, na medida que se procura um conhecimento real e concreto de uma situação sobre a qual vão se realizar uma intervenção social e dos diferentes elementos que são necessários tem em conta para resolver as situações-problema diagnosticadas.

Vieira explica que:

Fruto das desigualdades sociais que se acentuaram nos últimos anos, o processo de exclusão social pode ser entendido como forma mais aprofundada da falta de condições dignas de vida para os cidadãos, levando alguns ao isolamento quase total do convívio e das relações sociais com a sociedade. (VIEIRA, 2005, p. 21).

Para Castel (2004), é possível distinguir quatro estágios do processo de exclusão social: a integração, a vulnerabilização, a assistência e a desfiliação. Este último, por sua vez, como o grupo mais extremo de exclusão social, pois corresponde à ruptura dos laços com a própria família e grupos mais próximos. Nesse sentido, a exclusão será o resultado de uma série de rupturas, que isola os indivíduos, afastando-os dos grupos da sociedade em geral.

Isto posto, propõe-se, a seguir, um melhor entendimento sobre o processo de exclusão social através do papel do Estado e formulação de políticas públicas.

1.3.2 Exclusão social e Estado

Wanderley (1999) ao pensar sobre a obra de René Lenoir (1974), discorre que o processo de exclusão social não se trata de um fenômeno marginal referido somente a franja dos proletários, mas de um processo em curso que atinge cada vez mais pessoas de todas as camadas sociais.

Conforme aponta Vieira,

Poderíamos definir exclusão social como um conceito amplo, refletindo um processo complexo de múltiplas dimensões (histórica, política, social, espacial, subjetiva, material, etc.), resultante das desigualdades sociais construídas historicamente sendo, portanto, expressão das contradições do sistema capitalistas não como resultado de fatalidades e, também, um processo dialético ou relacional – só existe exclusão em relação a inclusão. (Vieira, 2005, p. 233).

De acordo com Vieira (2005), embora este conceito esteja sendo amplamente discutido, alguns autores o consideram errôneo e até mesmo equivocado. Essa perspectiva tem como precursor o sociólogo José de Souza Martins, o qual considera que o termo exclusão social não seria novo e também afirma que a sociedade capitalista já nasce com excluídos. Para o pesquisador, não haveria exclusão social ou excluídos sociais, mas sim incluídos marginais ou precários.

Contudo, torna-se de suma importância elucidar, assim como Vieira (2005) aponta, que na crítica de José de Souza Martins não há uma negação do fenômeno (exclusão social), mas sim um reconhecimento desse processo enquanto algo sempre inacabado.

A exclusão social funciona como um ciclo, onde um fenômeno, por consequência, agrava o outro, fazendo com que a população sofra. Assim, o significado de exclusão social tende a ser consenso entre autores e estudiosos do assunto: “referindo-se sempre as condições de diferença e desigualdades sociais intrínsecas da sociedade capitalista, que se acentuam nas últimas décadas, elevando os números de pobres e miseráveis em todo o mundo” (Vieira, 2005, p. 24).

Como aponta Vieira (2005), o conceito de exclusão social surge sempre para delimitar um processo seguido por duas outras situações transitórias, porém que se acentuam e se perduram para a maioria das parcelas da população, a desigualdade e a pobreza). Apesar de que elas são muitas vezes confundidas com exclusão² e, embora próximos, seus conceitos são distintos entre si, ou seja, eles não devem ser tomados ou compreendidos como sinônimos de um mesmo fenômeno, porém estão articulados entre si.

As desigualdades socioespaciais são inerentes às ações humanas, configuradas como estruturais no modo de produção capitalista, que se revela na forma de como é realizada a distribuição de renda em riquezas, sejam elas materiais e/ou simbólicas. E é nesse sentido que Vieira (2009) afirma ser importante a análise das desigualdades para compreensão do processo de exclusão social.

O conceito de pobreza, por sua vez, pode ser definido como a falta de acesso às necessidades básicas para uma vida digna, como: saúde, habitação, educação etc.; ou ainda, como uma situação de carência e de precariedade que causa a ruptura do vínculo social. Para Vieira (2005), a pobreza se apresenta como uma situação estrutural na sociedade capitalista e não como um processo.

² Para mais detalhes consultar: VIEIRA, A. B. **O lugar de cada um**: indicadores sociais de desigualdade intraurbana. 2005. 168p. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2005.

Percebe-se, então, que o conceito de exclusão social é o resultado da complexidade de vários fatores e situações, apresentando, assim, múltiplas dimensões, sejam elas objetivas ou subjetivas. Sobre isso Guimarães *et al.* (2003, p. 14 *apud* VIEIRA, 2005, p. 29) descrevem:

O conceito de exclusão social remete, portanto, à discussão das novas feições da pobreza e da desigualdade em suas dimensões objetiva restando ainda um campo aberto a ser explorado para a apreensão e compreensão dos processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos que, cada vez mais, perdem seu lugar e suas referências enquanto atores/participante de uma dada comunidade de valores.

Dessa forma, para enfrentar a exclusão social, pressupõe a necessidade de uma intervenção do Estado, enquanto ator responsável, na promoção das políticas sociais.

Estado ou sociedade? Qual desses atores sociais deve ser o responsável por promover as políticas de combate à exclusão? (MELO; PAESE, 2013).

Para muitos autores é o Estado quem deve assumir este papel. Por isso, após revisitar discussões relacionadas aos processos de exclusão social e as políticas sociais, faz-se necessário estabelecer mediações teóricas destes com os fundamentos do Estado. Já na Antiguidade, Aristóteles (385 a.C. a 322 a. C) depois de ter afirmado que o homem é, por natureza, feito para viver em sociedade, defendeu que, não apenas para viver juntos, mas sim para bem viver juntos que se fez o Estado' (ARISTÓTELES, 1998, p. 311). Na transição entre a Idade Média e a Idade Moderna a percepção era de um Estado como poder central soberano que se exercia com exclusividade e plenitude sobre as questões internas/externas da coletividade, principalmente no que se referia a defesa do território (WEFFORT, 2006). No contratualismo — corrente de pensamento vigente entre os séc. XVI e o XVIII, que defendia a origem do Estado a partir de um Contrato Social. Segundo um dos contratualistas — Jean-Jacques Rousseau — o contrato social existe para que a sociedade se reúna a partir de um poder supremo, legal, que proteja e defenda todos os membros associados, expulsem os inimigos comuns e também mantenha a concórdia (WEFFORT, 2006). Giddens (2001) reforça que os Direitos de Cidadania — aqui entendidos como os civis, políticos e sociais — foram estabelecidos, na contemporaneidade, como forma dos Estados (Estado-nação) atraírem e manterem o apoio de suas populações, num contexto diferenciado da modernidade quando o apoio aos Estados acontecia em períodos de guerra com o objetivo de garantir a defesa do território. (MELO; PAESE, 2013, p. 109).

Conforme aponta Vieira,

Dentre essas diferentes forças ou atores políticos, podemos destacar o Estado, através da formulação e implementação das suas políticas públicas, principalmente as habitacionais, na formulação das legislações urbanísticas e sua fiscalização e nos processos de planejamento e gestão da cidade. (VIEIRA, 2005, p. 12).

Pereira (2000), afirma que as políticas sociais constituem uma espécie de política pública que visa concretizar o direito à seguridade social por meio de um conjunto de medidas, instituições, profissões, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros. A autora segue na mesma linha de pensamento que Abranches, Santos e Coimbra (*apud* MELO; PAESE, 2013) vão se referir à ação social do Estado:

[...] diz respeito tanto à promoção da justiça social, quanto ao combate à miséria, embora sejam objetivos distintos. No primeiro caso, a busca da equidade se faz, comumente, sob a forma da garantia de promoção dos direitos sociais da cidadania. No segundo, a intervenção do Estado se localiza, sobretudo, no campo definido por escolhas políticas quanto ao modo e ao grau de correção de desequilíbrios sociais, através de mudanças setoriais e reformas estruturais baseadas em critérios de necessidade. (ABRANCHES; SANTOS COIMBRA *apud* MELO; PAESE, 2013, p. 11).

Rosanvallon (1995 *apud* LOPES, 2006) busca superar a ideia de exclusão afirmada como incapacidade de satisfazer as necessidades, para mostrar que ela é um processo, com desdobramentos que afetam profundamente o psiquismo dos indivíduos, que precisarão, de agora em diante, se ressocializar. Ao analisar o escopo da exclusão social em uma perspectiva política, o pesquisador afirma que é necessário requalificar o Estado para garantir o direito dos sujeitos excluídos de viverem em sociedade.

Sendo assim, o conceito de exclusão social demanda um olhar para o contexto dos problemas e das desigualdades da sociedade contemporânea, que norteia para a necessidade de transformações estruturais e intensas na sociedade em geral.

CAPÍTULO 2: MAPEAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM DOURADOS A PARTIR DE INDICADORES SOCIAIS

Antes de iniciar a discussão a respeito do que se referem os indicadores sociais é importante distingui-lo das estatísticas públicas, uma vez que ambos são de suma importância e complementares, porém distintos uns dos outros, pois, o primeiro trata de um recurso metodológico que informa os aspectos da realidade, já o segundo constitui-se da matéria-prima para a construção dos indicadores, sobre isso Jannuzzi discorre:

[...] de um lado, os indicadores sociais e, de outro, as estatísticas públicas, levantadas nos Censos Demográficos, pesquisas amostrais ou coletadas nos registros administrativos de Ministérios, Secretárias de Estado e Prefeituras. As estatísticas públicas correspondem ao dado social na sua forma bruta, não inteiramente contextualizando em uma Teoria Social ou uma Finalidade Programática, só parcialmente preparado para uso na interpretação empírica da realidade. Os eventos vitais, por exemplo, como óbitos e nascimentos, ou dados administrativos provenientes do Censo Escolar, como o número de alunos ou professores estão ainda em um estágio preliminar (bruto ou intermediário) para a utilização efetiva. Mas são úteis para construção de indicadores que permitam uma apreciação mais contextualizada e comparativa (no tempo e espaço) da realidade social, como as taxas de natalidade, taxa de evasão escolar, razão aluno/professor etc. (JANNUZZI, 2003, p. 16).

Dessa forma, as estatísticas públicas, os dados censitários, as estimativas amostrais e os registros administrativos constituem base para construção de indicadores sociais. O que diferencia a estatística pública do indicador social é o conteúdo informacional e conceitual presente neste (JANNUZZI, 2003, p. 16).

O referido autor evidencia que:

Embora se possa citar algumas contribuições importantes para a construção de um marco conceitual sobre os Indicadores Sociais nos anos 20 e 30, o desenvolvimento da área é recente, tendo adquirido corpo científico em meados dos anos 60 no bojo das tentativas de organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. (JANNUZZI, 2003, p. 13).

O desenvolvimento dos indicadores sociais foi impulsionado pelas tentativas de organizações internacionais aferirem o grau de desenvolvimento entre países.

Inicialmente, o nível de desenvolvimento dos países era medido mediante o seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, ajustado pela paridade do poder de compra. Contudo, o PIB *per capita* não informava sobre a forma como a renda era distribuída. Essa forma era adotada para indicadores de pobreza e desigualdade para medir a pobreza dos países em termos absolutos e relativos. Porém, mais uma vez, verificou-se que a qualidade de vida da população também dependia do seu acesso a serviços como educação, saúde, saneamento e habitação, dentre outros, levando a criação de indicadores de acesso a serviços sociais mínimos (MORAIS; LIMA, 2001).

E visto que a desigualdade socioespacial tem ganho espaço entre as preocupações de pesquisadores, de movimentos sociais e de políticas públicas, a produção e a análise de dados têm sido cada vez mais apontadas como importantes iniciativas para subsidiar políticas públicas que possam contribuir para a promoção da inclusão socioespacial (NASCIMENTO; MATIAS, 2008).

Neste capítulo, busca-se explicitar como se dá o processo de mapeamento dos indicadores de desigualdade intraurbana para o distrito sede da cidade de Dourados.

Dessa forma, torna-se importante uma metodologia que possibilite a compreensão dessas realidades e que permita que todos tenham acesso a tais informações. A produção de indicadores intraurbanos e seu mapeamento são considerados de suma importância, a fim de que possam auxiliar na compreensão da configuração douradense em relação à desigualdade e à exclusão/inclusão existente.

Compreende-se que os indicadores de desigualdade intraurbana, sejam eles econômicos, sociais ou geográficos, podem ser elaborados e definidos a partir do que se entende por indicadores sociais.

Sendo assim, o mapeamento dos indicadores de desigualdades socioespaciais é importante para os projetos de políticas públicas, uma vez que aponta geograficamente onde eles podem estar mais concentrados. Esse mapeamento pode viabilizar a diminuição da desigualdade socioespacial, pois permite que a identifique, a caracterize e a analise para que, conseqüentemente,

os governantes possam desenvolver projetos que atendam as mais diversas necessidades da cidade em análise.

Portanto, por meio do subsídio dos indicadores é proposta uma metodologia que facilite a compreensão de todos. Assim, nesta dissertação, o processo de desigualdade social será apresentado de forma cartográfica com o intuito de apontar os lugares de maior concentração desse processo, o qual provoca a exclusão social.

A respeito do processo de exclusão Procópio, Oliveira Júnior e Amâncio (2009, p. 119), afirmam que:

O Mapa da Exclusão/Inclusão Socioespacial é uma metodologia para a análise socioeconômica no âmbito intra-municipal. Foi inicialmente desenvolvida para o município de São Paulo por Sposati (1996), utilizando como unidades territoriais os distritos de São Paulo. Para dotar a análise de maior resolução espacial, Genovez (2002) realizou uma adaptação no método original, passando a utilizar os setores censitários como unidade de análise, ao invés dos distritos. Os setores censitários são a menor unidade territorial de agregação dos dados produzidos pelo censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Dessa forma, com auxílio dos indicadores sociais elaborados com base no Censo Demográfico do IBGE (2010), procura-se revelar as características das desigualdades socioespaciais da cidade de Dourados.

2.1 Indicadores sociais: origem de uma metodologia

Na tentativa de compreender e sintetizar o que é um indicador social, Jannuzzi descreve o seguinte:

Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social e substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. (JANNUZZI, 2003, p. 15).

Jannuzzi também explica como o indicador social atua conforme o interesse teórico, o qual é utilizado:

Para a pesquisa acadêmica, o Indicador Social é, pois, a ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o Indicador Social é um instrumento operacional para o monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas. Taxas de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, índice de Gini, proporção de crianças matriculadas em escolas são, neste sentido, indicadores sociais, ao traduzir em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social (JANUZZI, 2003, p. 15).

Portanto, fica evidente que os indicadores sociais auxiliam no subsídio do planejamento público e na formulação de políticas sociais, nas mais diferentes esferas do governo, fato que possibilita o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população, tanto por parte do poder público como também da sociedade civil e, ainda, permite por parte da academia uma investigação das mais variadas mudanças sociais.

Sobre a origem dos estudos acerca dos indicadores sociais, Vieira afirma que:

Da mesma forma que a exclusão social, as discussões sobre os indicadores sociais surgiram primeiramente no âmbito político/institucional, longe do debate acadêmico, e começaram a se destacar a partir da década de 1960, com a elaboração de diversos instrumentos de mensuração do bem-estar da população e de mudanças sociais por parte de vários organismos multilaterais, tais como OCDE, UNESCO, FAO, OIT, OMS. Os trabalhos realizados por organismos ajudaram a perceber um descompasso entre o desenvolvimento ou crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população nos diferentes países. (VIEIRA, 2009, p. 102).

Morais e Lima relatam que:

O Banco Mundial e as Nações Unidas também tem demandado cada vez mais informações para comparar países e cidade, com vistas ao monitoramento do cumprimento dos objetivos ligados a diversos acordo internacionais, bem como para nortear as suas políticas de empréstimos, A persistência de graves problemas sociais no Brasil, que incidem sobre determinadas parcelas da população e apresentam localização espacial concentrada, coloca ainda a necessidade de indicadores para focalizar as políticas nos grupos e regiões mais vulneráveis. (MORAIS; LIMA, 2001, p. 1).

Assim, a busca de um indicador capaz de sintetizar a qualidade de vida culminou com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que agrega indicadores de longevidade, educação e renda e é divulgado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990. Já no Brasil, merecem destaque a Síntese de Indicadores Sociais e outras publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que possuem informações relevantes, mas limitadas, para auxiliar na gestão municipal (MORAIS; LIMA, 2001). Desse modo, serão propostos, no terceiro capítulo desta dissertação, os mapeamentos das desigualdades socioespaciais para a cidade de Dourados.

Sobre o conjunto de indicadores sociais referidos a um determinado aspecto da realidade social ou área de intervenção programática, denomina-se Sistema de Indicadores Sociais, segundo Jannuzzi (2003, p. 17). O autor ressalta que o espaço social requer um sistema de indicadores referidos a múltiplas dimensões para caracterizar um fenômeno social.

Sobre os exemplos de sistemas de indicadores para as políticas públicas, Jannuzzi evidencia o seguinte:

Em âmbito nacional são exemplos de sistemas de indicadores o Sistema de Indicadores para Políticas Públicas Urbanas, o Sistema de Indicadores de Saúde, o Sistema de Indicadores para Mercado de Trabalho. Em uma perspectiva internacional, pode-se citar, entre os mais antigos, o Sistema de Indicadores de Bem-estar Social da OCDE e o Sistema de Indicadores Sociais e Demográficos da Divisão de Estatística das Nações Unidas. (JANNUZZI, 2003, p. 17).

Portanto, os indicadores sociais se tornam cada vez mais indispensáveis para o planejamento público e a implementação de políticas públicas; e, assim, eles passaram a ser elaborados e analisados tanto pelos setores públicos e privados quanto pela esfera da sociedade civil, em busca de garantia por maior transparência e efetividade na gestão dos gastos públicos e eficiência nas políticas sociais (MORAIS; LIMA, 2001).

Dessa forma, os indicadores sociais contribuem para um melhor entendimento das desigualdades socioespaciais, podendo diagnosticar as áreas que precisam de um maior investimento em políticas públicas, na tentativa de minimizar tal processo, conforme ressalta Vieira:

Além disso, entendemos que os indicadores sociais podem revelar as desigualdades socioespaciais e os significados da vida urbana, onde os processos excludentes são cada vez mais intensos, criando uma cidade e um espaço intraurbano fortemente marcado pela exclusão social. (VIEIRA, 2009, p. 103).

Ainda sobre os indicadores sociais e as tomadas de decisão por parte do governo, Morais e Lima dizem o seguinte:

Os indicadores são elementos importantes no processo de tomada de decisões dos setores públicos e privado, sendo particularmente úteis para orientar as ações nas diversas esferas do governo, configurando-se em insumos indispensáveis para o planejamento e implementação de políticas e programas. (MORAIS; LIMA, 2001, p. 1).

É desse modo que os indicadores sociais se tornam importantes em todas as fases de implementação das políticas públicas sociais, uma vez que o seu bom uso propicia uma melhor detecção dos problemas, assim como auxilia em um melhor planejamento e na gestão dos recursos a serem utilizados.

Verifica-se cada vez mais um aumento na procura por indicadores para subsidiar políticas públicas de âmbito local, de forma que possam contribuir com a elaboração dos planos diretores, planos de investimento e programas setoriais, ou “pleitear o repasse de recursos e focalizar os recursos nos grupos mais carentes”, como afirmam Morais e Lima (2001, p. 3). Ou seja, os indicadores sociais devem ser utilizados como instrumento para auxiliar os formuladores das políticas a definir as prioridades sociais, a fim de favorecer o controle e a focalização dos gastos públicos.

Conforme ressaltam Morais e Lima:

É preciso dotar os formuladores de políticas de desenvolvimento urbano de instrumentos de tomada de decisão mais ágeis, que possam ser produzidos com o menor nível e recursos e em menores intervalos de tempo, e que permitam a formulação, avaliação e comparação do desempenho das políticas urbanas considerando os diversos níveis espaciais (países, regiões metropolitanas, cidades e espaços intraurbanos) e grupos sociais específicos e possam ser utilizados por uma ampla gama de usuários, independente do porte. (MORAIS; LIMA, 2001, p. 3).

Contudo, inúmeras dificuldades são encontradas na elaboração dos indicadores, Morais e Lima (2001) relatam 5 questões básicas, são elas:

compatibilização conceitual, disponibilidade, dispersão, periodicidade da coleta e nível de agregação dos dados.

E é nesse sentido que, ao se trabalhar com indicadores, deve-se compreender que sua construção está condicionada pela qualidade das estatísticas disponíveis e pelas restrições de tempo, conhecimento teórico e recursos. Portanto, é imprescindível reforçar que é

[...] pouco provável que os indicadores passíveis de serem reproduzidos de forma rápida e relativamente barata possuam todos as propriedades estatísticas desejáveis, cabendo aos *policy makers* avaliar os custos e benefícios de uso de indicadores alternativos no processo de tomada de decisões. (MORAIS; LIMA, 2001, p. 2).

Assim sendo, a montagem de um sistema de indicadores envolve uma série de decisões metodológicas, agrupadas em quatro³ etapas que devem ser consideradas e respeitadas, para que a sua aplicação seja feita de forma responsável, conforme descreve Jannuzzi:

[...] os indicadores sociais utilizados de forma responsável, inteligível e transparente podem estabelecer parâmetros concretos para discussão da natureza, conteúdo e prioridades das políticas governamentais, dos programas públicos e dos projetos de ação social. (JANNUZZI, 2003, p. 35).

Jannuzzi (2003, p. 35) discorre que os indicadores sociais são instrumentos para efetivo empoderamento da sociedade civil, de controle e de direcionamento das atividades do poder público.

Contudo, é de suma importância que se considere os obstáculos que necessitam ser superados na elaboração e na análise de indicadores, especialmente na escala intraurbana, a qual é utilizada para a elaboração desta

³ As quatro etapas propostas por Jannuzzi são: “a. A primeira etapa corresponde à definição operacional do conceito abstrato ou temática a que se refere o sistema em questão, elaborada a partir do interesse teórico ou programático referido; b. A partir dessa noção preliminar do conceito ou temática a que se refere o sistema de indicadores passa-se à especificação das suas dimensões, das diferentes formas de interpretação ou abordagem do mesmo, tornando-o de fato, um objeto específico, claro e passível de ser “indicado” de forma quantitativa; c. Definidas as dimensões a investigar, a etapa seguinte consiste na obtenção das estatísticas públicas pertinentes, provenientes de Censos Demográficos, pesquisas amostrais, cadastros públicos; d. Por fim, através da combinação orientada das estatísticas disponíveis computam-se os indicadores, compondo um Sistema de Indicadores Sociais, que traduz em termo mais tangíveis o conceito abstrato inicialmente idealizado”. (JANNUZZI, 2003, p. 17-18).

pesquisa. Sobre isso, com base nos estudos de Moraes e Lima (2001), o pesquisador Vieira pondera que:

[...] além da dificuldade de comparabilidade e de confiabilidade nos dados derivados de pesquisas já existentes, qualquer sistema de indicadores deve ser suficientemente flexível para superar os possíveis atrasos, descontinuidades e problemas de cobertura ou desagregação dos dados. Dessa forma, percebemos que o exercício de elaboração de indicadores sociais não é uma tarefa fácil ou simples, principalmente pelo fato de não existir uma teoria formal ou definida que a oriente e também pelo fato de haver poucas fontes de dados e estatísticas confiáveis, tanto no que diz respeito a sua periodicidade quanto na sua confiabilidade e, principalmente, na escala de análise intraurbana. (MORAIS; LIMA, 2001 *apud* VIEIRA, 2009, p. 105).

Destarte, no próximo tópico deste capítulo será proposta uma melhor compreensão dos indicadores específicos sobre as desigualdades socioespaciais e a exclusão social.

2.2 O sistema de indicadores de desigualdade e as políticas públicas

O uso dos indicadores atua como um método que possibilita a compreensão e o compartilhamento de uma mesma linguagem, proporcionando a real participação de todos os envolvidos na formulação do processo como um todo, para que, assim, possa vir a se efetivar enquanto política pública.

Vale ressaltar que os indicadores de desigualdade socioespacial podem se referir à totalidade da população ou a grupos sociodemográficos específicos, vindo a depender do interesse proposto. Jannuzzi (2003, p. 16) explica que os indicadores podem ser expressos como taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classe (utilizada nesta pesquisa), como também por cifras absolutas.

Sobre o uso dos indicadores sociais para formular políticas públicas, Jannuzzi descreve:

Os indicadores sociais são insumos básicos e indispensáveis em todas as fases do processo de formulação e implementação das políticas públicas, sejam elas programas de qualificação da mão de obra, projetos de expansão da infraestrutura urbana ou ações focalizadas de distribuição de alimentos ou garantia de renda mínima. Cada fase do processo de formulação e implementação da política social requer o emprego de

indicadores específicos, cada qual trazendo elemento do processo. Cada aspecto de uma política pública — recursos empregados, métodos de alocação de recursos, resultados — deve ser avaliado através de indicadores adequados. (JANNUZZI, 2003, p. 32).

Dessa forma, o bom uso de indicadores sociais, sendo eles válidos e confiáveis, potencializam o sucesso de formulação e de implementação de políticas públicas e, assim, permitem um melhor diagnóstico social, monitoramento de ações e avaliações de resultados mais abrangentes — e tecnicamente com um maior respaldo.

Por conseguinte, procura-se mapear os indicadores de desigualdade socioespacial a partir da análise da realidade douradense, caracterizando, diferenciando e distinguindo áreas ou lugares segundo a composição socioeconômica da população que nela reside.

Assim sendo, esse trabalho de cartografia permite identificar e delinear os territórios de exclusão social, para que possa servir como suporte na implementação das políticas públicas sociais e promova a minimização das desigualdades socioespaciais existentes.

Por isso, faz-se necessária a construção de indicadores sociais de desigualdades que possam auxiliar no monitoramento da mudança social e espacial, assim como nas formulações de políticas sociais nas mais diferentes escalas de governo.

Dessa maneira, os indicadores, juntamente com as políticas públicas, passam por diversas fases, muito bem explicadas por Morais e Lima:

Na fase de diagnóstico e formulação de políticas, os indicadores fornecem acerca do estado atual da realidade, permitem detectar problemas, dimensionar as carências sociais, a demanda potencial pelos serviços públicos e os recursos necessários para atingir as metas, possibilitando aos planejadores escolher entre políticas e programas alternativos, definir áreas prioritárias e critérios para a alocação dos recursos. Na fase de implementação, os indicadores possibilitam determinar a forma mais eficaz de alocação e gestão dos recursos. Nas fases de monitoramento, avaliação e revisão, os indicadores permitem avaliar o progresso no alcance das metas, verificar a conformidade com os padrões estabelecidos como adequados, informar sobre a distribuição dos custos e benefícios entre grupos sociais e regiões, fornecendo mecanismos de detecção de erros e retroalimentação, auxiliando na focalização de políticas e programas na população alvo. (MORAIS; LIMA, 2001, p. 1-2).

Portanto, os indicadores sociais não surgem separados de uma elaboração teórica e conceitual. Ainda sobre a construção de um sistema de indicadores, torna-se importante evidenciar que:

A partir desse balizamento teórico e metodológico, torna-se possível o uso mais consistente dos indicadores sociais, evitando transformá-los numa panacéia, como se fossem a expressão exata ou ideal dos conceitos abordados. Essa preocupação conceitual também é necessária para evitar o caminho inverso, quando primeiro se elabora os indicadores para posteriormente inferi-lo ou relacioná-lo com um determinado conceito. (VIEIRA, 2009, p. 104).

No entanto, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas para uma boa construção de indicadores e sua utilização de forma eficiente, observa-se um grande avanço que, segundo Vieira,

[...] vem sendo impulsionado por diversas instituições, nacionais e internacionais, conferindo-lhe se assim, um grau de confiabilidade da políticas sociais e gastos públicos quanto para medir as melhorias nas condições de vida da população, bem como diagnosticar e/ou localizar as desigualdades socioespaciais intraurbanas e definir as áreas e os pontos prioritários de ação das políticas públicas. (VIEIRA, 2009, p. 105).

Assim, a elaboração de um sistema de indicadores sociais na escala intraurbana deve focalizar e dar destaque a grupos e áreas da cidade que são consideradas mais vulneráveis, para que sejam alvos de projetos de políticas públicas que possibilitem uma inclusão social e espacial, conforme apontam Guimarães *et al.*:

Ao considerarmos ou constituirmos indicadores sociais, pode-se revelar uma fonte rica de análise de uma situação desde que apresentem as características e propriedades adequadas. Neste sentido, os indicadores sociais contribuirão para uma avaliação diagnóstica confiável e nortearão ações e decisões políticas tanto para instituições públicas e privadas como para os movimentos sociais. (GUIMARÃES *et al.*, 2003, p. 21).

Os indicadores podem ser utilizados com fins de monitorização espacial e temporal em ações de políticas públicas, para a promoção de políticas específicas, provendo informações necessárias para as políticas e os poderes de ação. Ou ainda, conforme aponta Jannuzzi:

[...] o conhecimento do significado, dos limites e potencialidades dos indicadores sociais pode ser de grande utilidade para os diversos agentes e instituições envolvidos na definição das prioridades sociais e na alocação de recursos do orçamento público. Se bem empregados, os indicadores sociais podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais. Na negociação das prioridades sociais, esses indicadores podem contribuir no dimensionamento das carências a atender nas diversas áreas de intervenção. (JANNUZZI, 2002, p. 53).

Neste sentido, propõe-se a construção de indicadores de desigualdade socioespacial, na escala intraurbana, na tentativa de revelar as áreas de exclusão social, assim como viabilizar uma melhor formulação das políticas sociais; tendo como base o Censo Demográfico do IBGE 2000 e 2010, utiliza-se como recorte territorial os setores censitários urbanos, pois formam uma menor unidade territorial, utilizada pelo IBGE em seus censos, cujos setores correspondem à área estudada nesta pesquisa.

2.3 Mapeamento como indicador social: seu papel na leitura, desigualdade socioespacial

É com base na análise das propriedades desejáveis e das formas de classificação assumidas pelos indicadores sociais definidas por Jannuzzi (2002; 2003) que serão definidos os indicadores fundamentais, os quais permitem compreender a estruturação das desigualdades socioespaciais e da exclusão social da cidade em análise.

A definição da melhor metodologia⁴ para identificar os indicadores que representem as desigualdades sociais e espaciais e, posteriormente, para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas, depende, preponderantemente, da posição ideológico-política de quem os elabora, de quem implementa e, principalmente, de quem os demanda (VIEIRA, 2009).

Vieira (2009), ainda, elucida a importância da intrínseca relação entre teoria (elaboração do conceito) e práxis (possibilidades de ação e

⁴ Ressalta-se que não é objetivo central desta pesquisa a discussão ou a definição de qual a melhor metodologia, mas sim apresentá-la para o debate.

transformação) que remete o processo de exclusão social. Uma vez que a práxis é transformadora e possibilita a superação de um processo social, o diálogo entre a práxis e a teoria representa a conciliação do pensamento e conhecimento em prol da compreensão da realidade e dos processos de transformação da sociedade.

Portanto, faz-se necessário realizar alguns esclarecimentos metodológicos. Em primeiro lugar, para esta dissertação, optou-se trabalhar com indicadores que procuram cobrir situações e/ou características relativas aos domicílios e às pessoas. Ou seja, cobrir as dimensões habitacionais, econômicas, sociais e espaciais relativas aos anos 2000 e 2010, os quais foram os últimos censos realizados e contêm todas as informações necessárias para a elaboração desta pesquisa.

O indicador de desigualdade socioespacial tem como objeto empírico a cidade de Dourados, mais precisamente o distrito sede⁵. Neste estudo, deu-se preferência ao setor censitário como unidade de análise, por ser essa a menor unidade trabalhada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A fonte principal para a elaboração destes indicadores foi o aplicativo em software desenvolvido pelo IBGE, através do qual estão disponibilizadas as informações de cada município, na escala de setor censitário, relativas ao Censo 2010 e ao Censo de 2000, denominado ESTATCART®.

Obtidas, então, as informações selecionadas para cada setor censitário, foi possível construir 14 indicadores sociais posteriormente utilizados para o mapeamento, comparando, assim, a diferentes situações existentes na cidade.

Optou-se utilizar a metodologia de percentuais, pois ela permite identificar os setores com melhores, intermediários melhores e piores, e por fim, piores condições, o que possibilita uma visualização geral das condições de desigualdade socioespacial na qual se estrutura a referida cidade.

Dessa maneira, para cada uma das variáveis, calcula-se o percentual de sua ocorrência ou ausência por setor censitário, levando em consideração o total de domicílios, de pessoas, de chefe de família do mesmo setor. Os resultados

⁵ Não é o foco deste trabalho à área da reserva indígena, por se tratar de dinâmicas socioespaciais distintas, contudo, compreende-se a importância de um aprofundamento sobre a referida realidade, que poderá ser desenvolvida em um trabalho futuro.

obtidos foram divididos em quatro categorias diferentes, com valores que variam para cada indicador, sendo utilizado posteriormente para a elaboração dos mapas tanto de 2000 como de 2010.

Essa forma de organizar os dados permite uma melhor visualização dos setores, que apresentam ou não determinadas características, tratando-se, assim, de uma ferramenta que proporciona o mapeamento das desigualdades socioespaciais existentes

Portanto, como resultado, a partir das quatro categorias diferentes, obteve-se quatro conjuntos de setores, os quais passam a ser tratados da seguinte maneira:

- a) Os setores que apresentaram os piores indicadores sociais relativos a cada variável.
- b) Os setores intermediários piores, com percentuais variados para cada indicador e próximos daqueles setores classificados com os piores indicadores;
- c) Os outros setores censitários com percentuais próximos daqueles setores classificados com os melhores indicadores, classificados como setores intermediários melhores, e;
- d) Os setores que apresentaram os melhores indicadores sociais considerados.

Assim, os mapas apresentam as variáveis analisadas de acordo com suas respectivas categorias. Ou seja, não se trata de apresentar os percentuais de cada setor censitário, mas sim sua distribuição territorial de acordo com a intensidade relativa de sua ocorrência, nas áreas em análise.

Organizados assim, os indicadores adquiridos foram mapeados através do software MapInfo®, de forma que fosse possível representar cada indicador selecionado na base cartográfica digital dos setores censitários urbanos para a cidade de Dourados.

Os resultados finais formam mapas por setor censitário de cada indicador social sobre o distrito sede de Dourados, que se encontram representados nas cores vermelha, alaranjada escuro, alaranjada clara e amarela, sendo, respectivamente, a primeira para os piores setores, a segunda e a terceira para os setores censitários com indicadores intermediários e a quarta para os melhores setores.

Essa metodologia possibilita identificar aqueles setores que apresentam as melhores condições em determinado indicador (como, por exemplo, os domicílios com quatro banheiros ou mais) ou onde políticas públicas específicas devem ser implementadas para minimizar determinado problema ou carência em um indicador específico (como, por exemplo, domicílios sem banheiro ou sanitário) visando maior inclusão em relação ao respectivo indicador.

A seguir, apresenta-se a lista das variáveis selecionadas que permitiram elaborar um sistema de indicadores e revelar as desigualdades intraurbanas da cidade de Dourados em 2000 e 2010, dividida em quatro subgrupos.

No primeiro subgrupo, têm-se as 4 variáveis relativas aos domicílios, denominados indicadores habitacionais:

1. Domicílios improvisados 2000 e 2010;
2. Domicílios sem banheiro 2000 e 2010;
3. Domicílios com 4 banheiros ou mais 2000 e 2010; e
4. Domicílios com 5 moradores ou mais 2000 e 2010.

Segundo Vieira (2009), deve-se considerar importante os indicadores habitacionais, uma vez que estes apresentam a possibilidade de determinar a localização das desigualdades socioespaciais na área intraurbana da cidade média analisada e verificar a qualidade e as características de seus locais de moradia. Isso se torna possível através do indicador de alto padrão, como é o caso de domicílios com quatro banheiros ou mais, como também a localização de casas de baixo padrão, através dos indicadores de domicílios improvisados e sem banheiros, ou até mesmo com indicadores relacionados ao número de pessoas residentes no domicílio.

No segundo subgrupo, apresentam-se as 2 variáveis relacionadas aos domicílios com acesso ao saneamento básico, denominados de indicadores de infraestrutura de saneamento básico.

1. Domicílios com abastecimento de água de outra forma 2000 e 2010;
2. Domicílios com destino de lixo de outra forma 2000 e 2010.

Conforme aponta Vieira (2009), esses indicadores são essenciais para a garantia de melhores condições de vida da população. Entende-se que a oferta

e a garantia de acesso a esses serviços à população são papéis fundamentais por parte do Poder Público Municipal e o mínimo para garantir uma condição de vida digna para os moradores da cidade como um todo.

No terceiro subgrupo, as variáveis da renda das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, classificados como indicadores econômicos, têm-se 3 variáveis para cada ano:

1. Domicílios sem rendimento *per capita* mensal 2010;
2. Domicílios sem rendimento nominal⁶ mensal 2000;
3. Domicílios com rendimentos *per capita* mensal de até dois salários mínimos 2010;
4. Domicílios com rendimentos nominais mensal até dois salários mínimos 2000;
5. Domicílios com rendimento nominal do responsável pelo domicílio de mais de quinze salários mínimos 2000, e;
6. Domicílios com rendimentos *per capita* mensal de mais de quinze salários mínimos 2010.

Essas variáveis citadas procuram caracterizar economicamente os responsáveis pelos domicílios particulares entre os respectivos anos e, conseqüentemente, mapear a localização de diferentes classes sociais, representadas pela renda do chefe de família ou renda *per capita* na área intraurbana de Dourados.

No quarto e último subgrupo, têm-se 2 variáveis que elucidam as transformações sofridas pelos habitantes entre os anos de 2000 e 2010, são elas:

1. Domicílios cuja mulher é responsável;
2. Domicílios cujo responsável tem 60 anos ou mais.

Optou-se trabalhar com os indicadores referidos, uma vez que os domicílios com chefias femininas apresentaram constantemente renda inferiores aos dos chefiados por homens;

⁶ Considerou-se como rendimento nominal mensal da pessoa de 10 anos ou mais de idade, responsável pelo domicílio particular permanente, a soma do rendimento nominal mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

[...] a origem desta menor renda estaria atrelada ao próprio chefe de domicílios, geralmente sem cônjuge, com baixa escolaridade e com maior idade, bem como as dificuldades da inserção da mulher no mercado de trabalho, que usualmente se expressam pela maior taxa de desemprego, inserções vulneráveis e menores rendimentos. (BRASIL, 2004, p. 1).

Já no que se refere aos domicílios chefiados por responsáveis com 60 anos ou mais, escolheu-se essa faixa etária, pois, mesmo fora do mercado de trabalho, os idosos desempenham o papel de chefe de famílias, muitas vezes residindo com familiares em idade economicamente ativa.

Para facilitar a compreensão e o acesso ao sistema de indicadores elaborados, eles serão apresentados no próximo capítulo no formato cartográfico. Pois, como afirmam Guimarães *et. al* (2003 *apud* VIEIRA, 2009, p. 71-72), o mapa é uma representação espacial, que “permite ver o mundo de uma maneira muito mais ampla e complexa do que é possível observar na vida cotidiana”, pois podem expressar “as profundas desigualdades das condições de vida muitas vezes escamoteadas nas ilhas de prosperidade em que se constituem as cidades médias brasileiras”.

Assim, compreende-se que os mapeamentos de indicadores de desigualdades socioespaciais são importantes para os projetos de políticas públicas, pois viabilizam a diminuição da desigualdade social, uma vez que permitem identificar, caracterizar e analisar essa desigualdade e, conseqüentemente, desenvolver projetos que atendam as mais diversas necessidades da cidade.

CAPÍTULO 3: DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E ANÁLISE DOS INDICADORES

O mapa, por ser uma representação da realidade empírica auxilia em uma observação de forma mais ampla do que a observação no dia a dia. Assim, ele proporciona um processo de construção do conhecimento da área urbana das cidades, especialmente da cidade de Dourados-MS, objeto desta dissertação. A análise deste capítulo se dá a partir dos indicadores socioespaciais representados pelos mapas a seguir.

Por essa razão, os mapas aqui apresentados podem ser considerados como um indicador socioespacial, uma vez que representam e demonstram a realidade como social e espacial, que leva a compreender as desigualdades socioespaciais intrínsecas à cidade.

3.1 Desigualdade socioespacial sob a perspectiva dos indicadores habitacionais

Referente às informações coletadas sobre unidade domiciliar, a Base de Informações do IBGE retrata que:

As unidades domiciliares pesquisadas nos Censos Demográficos e em contagens da população são classificadas em categorias de acordo com a situação de seus moradores na data de referência da coleta, a saber: domicílios particulares, permanentes ou improvisados, ocupados; domicílios particulares permanentes fechados; domicílios particulares permanentes vagos; domicílios particulares permanentes de uso ocasional; e domicílios coletivos com ou sem morador (BRASIL, 2011).

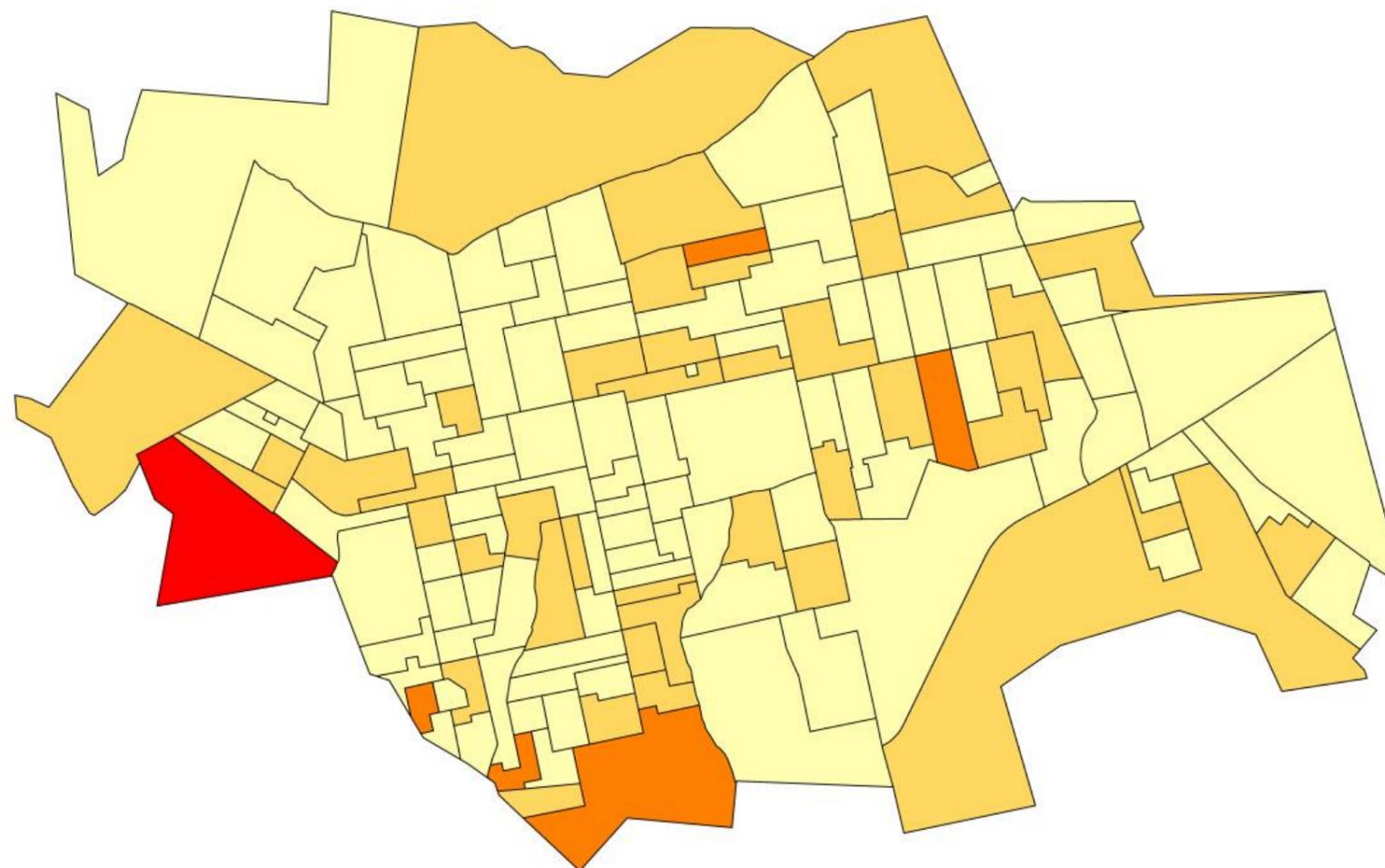
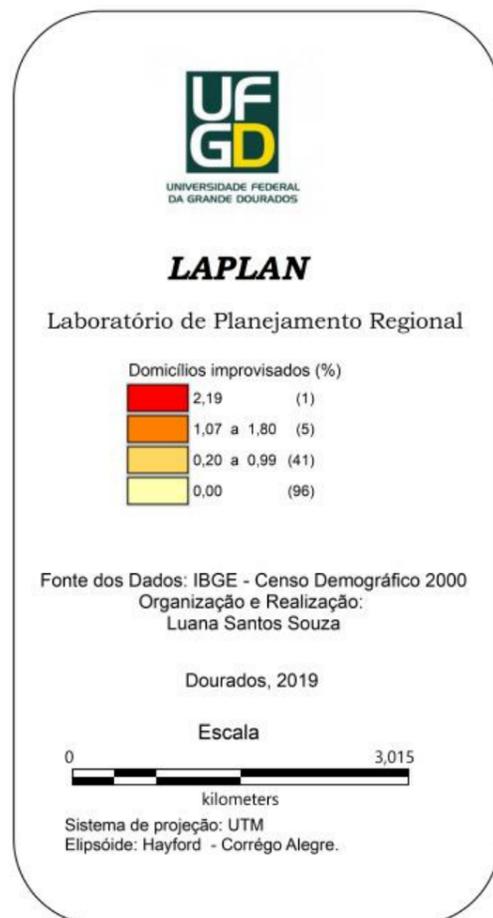
Por sua vez, o Censo Demográfico se refere a domicílios improvisados da seguinte forma:

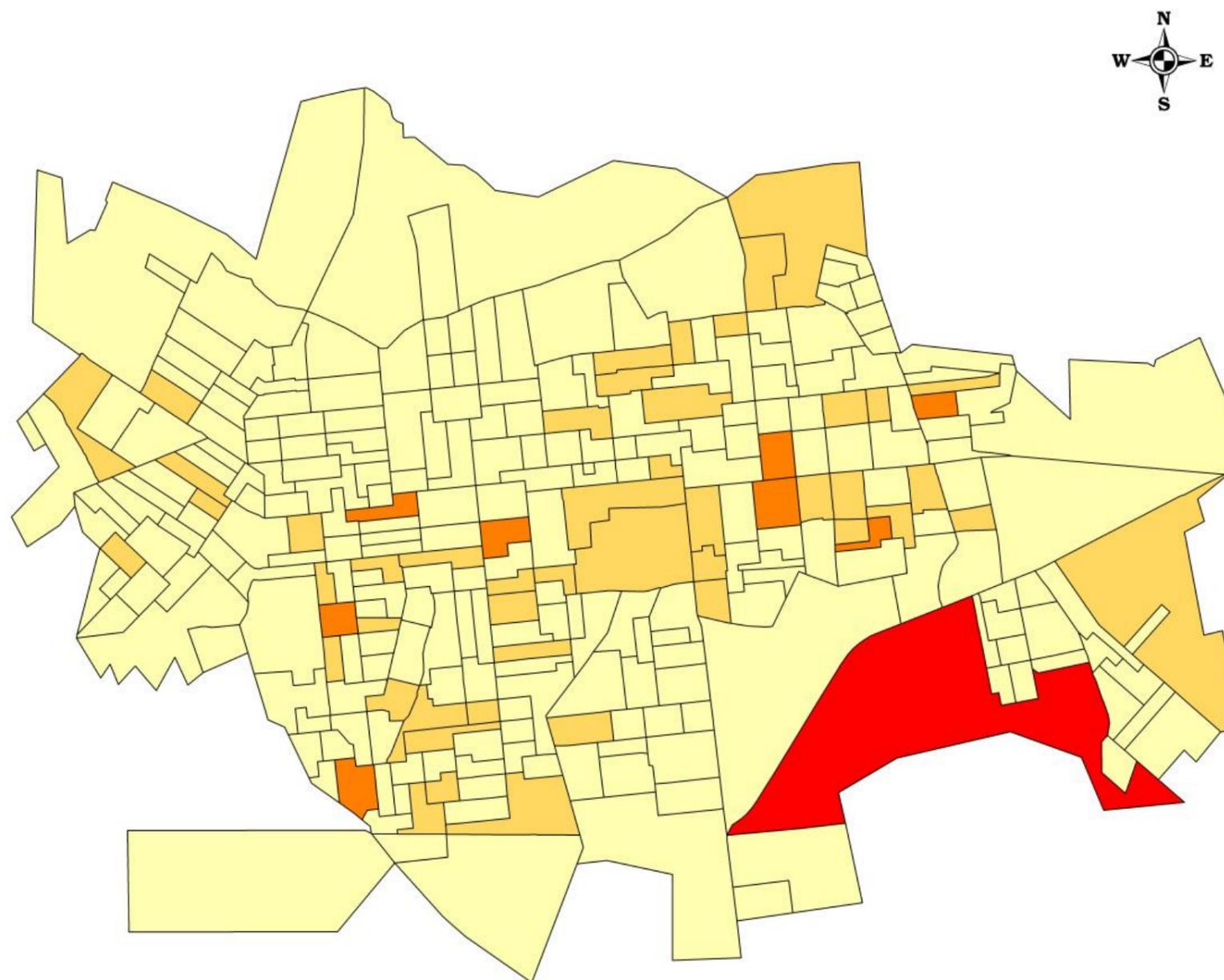
É aquele localizado em uma edificação que não tenha dependências destinadas exclusivamente à moradia (por exemplo, dentro de um bar), como também os locais inadequados para habitação e que, na data de referência, estavam ocupados por moradores (BRASIL, 2011).

Nos **mapas 1 e 2**, que se referem aos domicílios improvisados, verifica-se que, no ano 2000, os setores classificados como melhores correspondiam a 63,17% de todos os setores; no ano de 2010 essa classe de setores correspondia a 80,28%. Em ambos os censos setores se encontravam espalhados por toda a cidade.

Quanto aos setores intermediários melhores e piores, identifica-se que se encontravam espalhados por toda cidade nos dois censos (2000 e 2010), representando 32,16% nos anos 2000 e apresentando uma queda para o ano de 2010, com 19,36% de todos os setores da cidade.

Quando observados os setores com o maior índice de domicílios improvisados, constata-se que, em ambos os censos, somente um setor se caracteriza dessa forma. Contudo, no ano 2000 este estava localizado na porção oeste da cidade e, no censo de 2010, o pior setor — assim caracterizado — localizava-se na porção sudeste da cidade, cuja área é de grande expansão no mercado imobiliário, destinado a moradias populares. Nos anos 2000, o setor era responsável por 2,19%, correspondendo a 12 dos domicílios e, em 2010, o setor evidenciado correspondia a 11,68%, sendo o total de 16 dos domicílios improvisados dentro do respectivo censo.

Mapa 1 - DOURADOS (2000) - Domicílios improvisados.

Mapa 2 - DOURADOS (2010) - Domicílios improvisados.

Já os **mapas 3 e 4** revelam as áreas de concentração de domicílios sem banheiro, que carecterizam péssimas condições de moradia.

Nota-se que em 2000 era um total de 13 setores classificados nas duas piores categorias, já em 2010 as duas piores categorias totalizavam 11 setores, que estavam localizados/concentrados nas bordas periféricas da cidade.

Contudo, percebe-se uma redução quanto aos percentuais de domicílios sem banheiro por setor censitário: enquanto em 2000 havia de 5,6% a 8,0% de domicílios sem banheiros nos 5 setores classificados como pior, em 2010 esse percentual vai de 1,5% para 2,2% em 3 setores.

Tanto em 2000 (92,3%) como em 2010 (96,1%) a maioria dos setores se classifica como intermediários melhor e melhor. Dessa forma, esse indicador é bem pontual ao definir as piores localizações de domicílios com precárias condições de habitabilidade.

Interessante notar que, para ambos os censos, há uma variação significativa nos percentuais dos setores classificados como melhores ou piores, que pode demonstrar uma diminuição na desigualdade na cidade de Dourados.

Mapa 3 - DOURADOS (2000) - Domicílios sem banheiro.




UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

LAPLAN
Laboratório de Planejamento Regional

Sem banheiro (%)

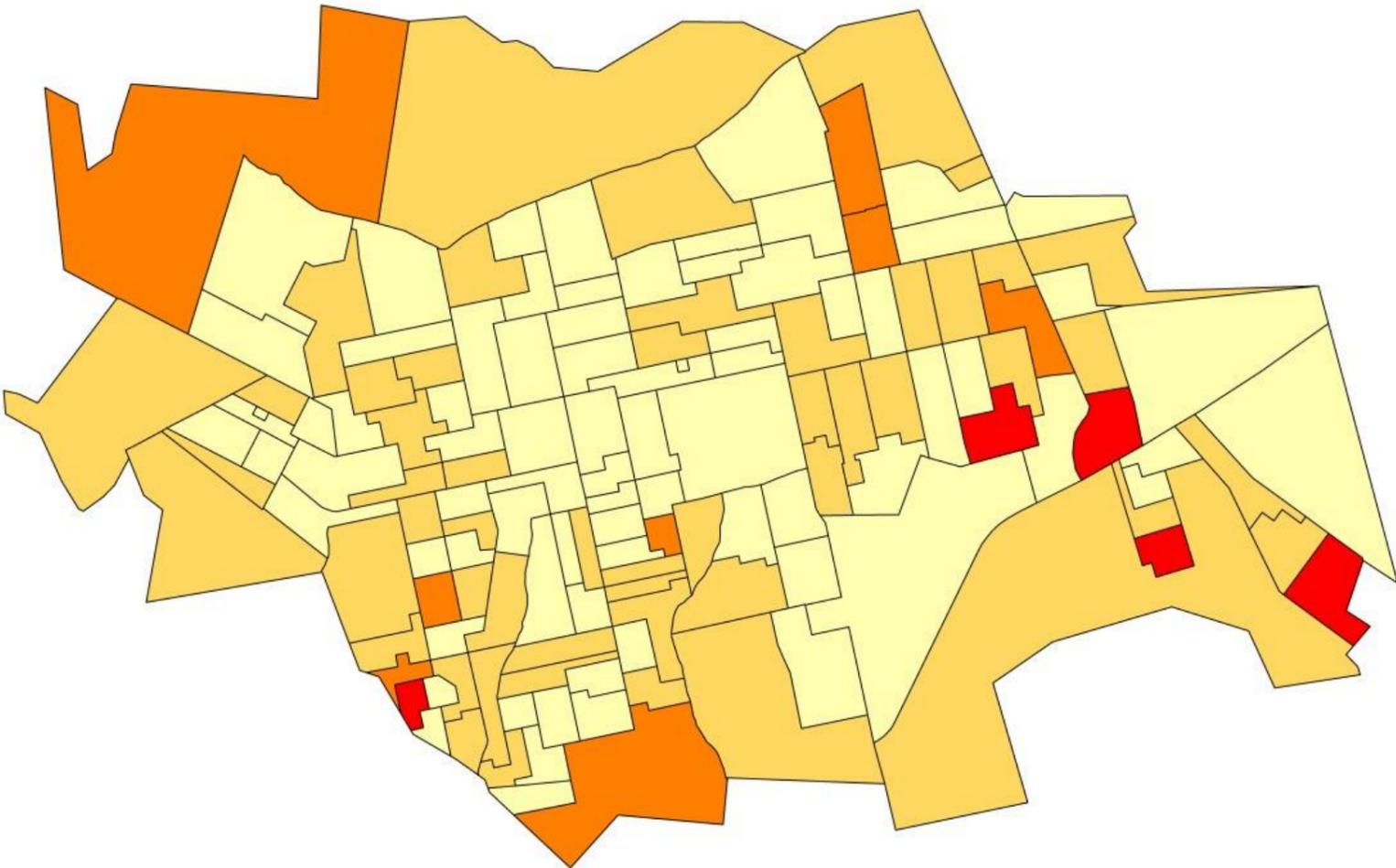
5,24 a 7,82	(5)
2,26 a 4,68	(8)
0,18 a 1,94	(52)
0,00	(78)

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
Luana Santos Souza

Dourados, 2019

Escala
0 3,027
kilometers

Sistema de projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrégo Alegre.



Mapa 4 - DOURADOS (2010) - Domicílios sem banheiro.




UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

LAPLAN
Laboratório de Planejamento Regional

Sem banheiro (%)

1,52 a 2,19	(3)
0,70 a 1,19	(8)
0,32 a 0,69	(12)
0,00	(261)

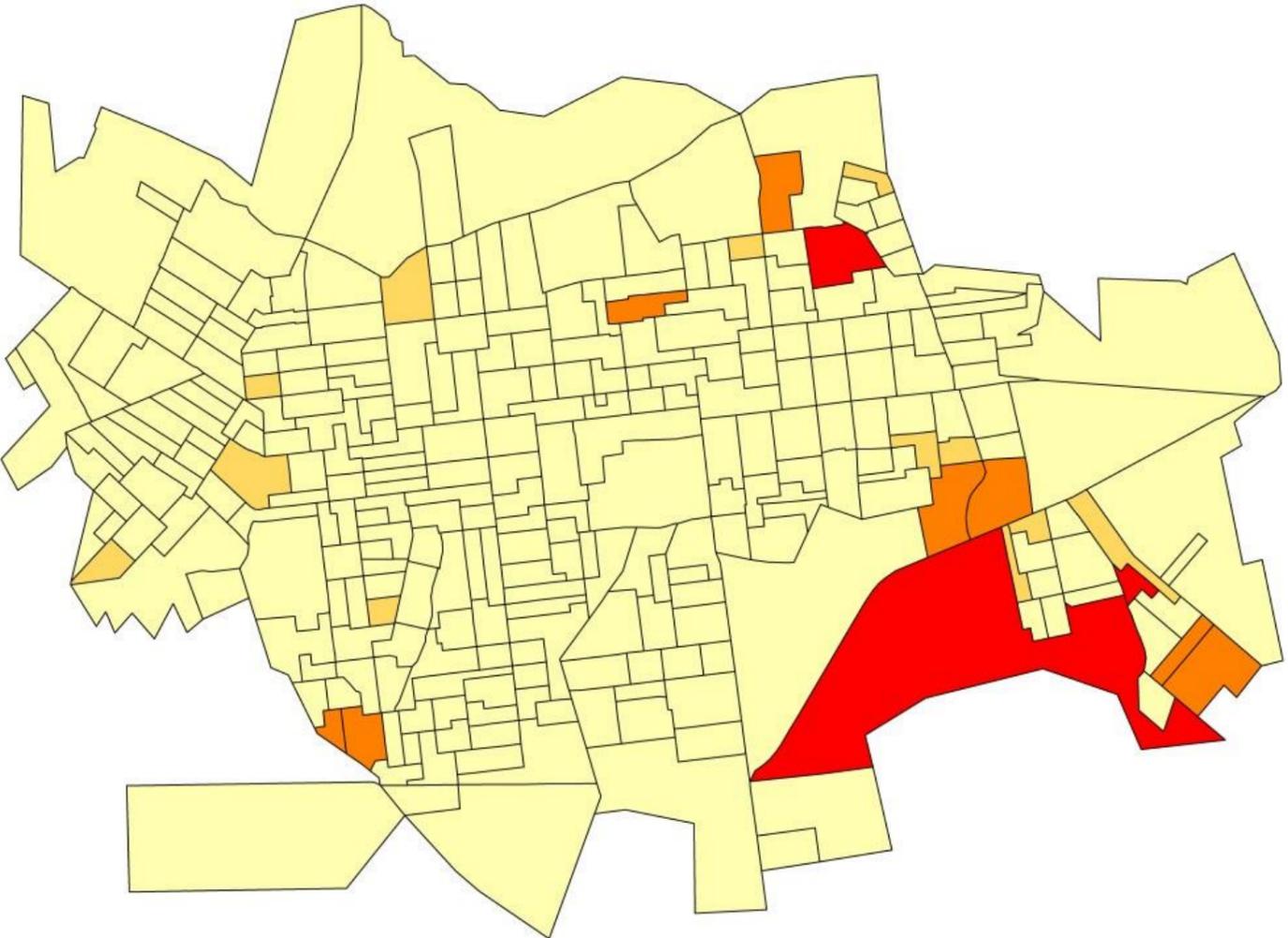
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2010
Organização e Realização:
Luana Santos Souza

Dourados, 2019

Escala

0 2,792
kilometers

Sistema de projeção: UTM
Elipsóide: Havford - Corrégo Alegre.



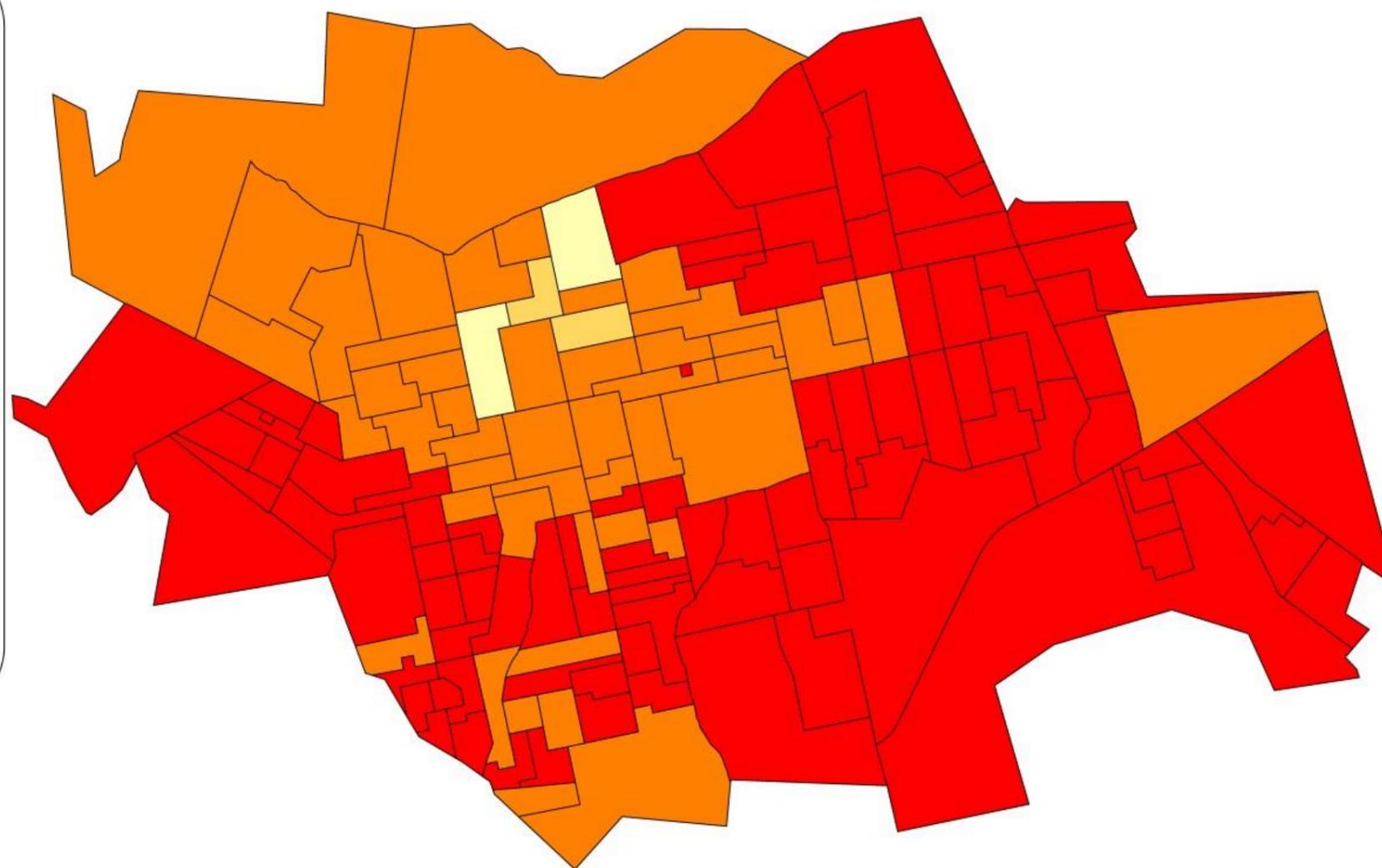
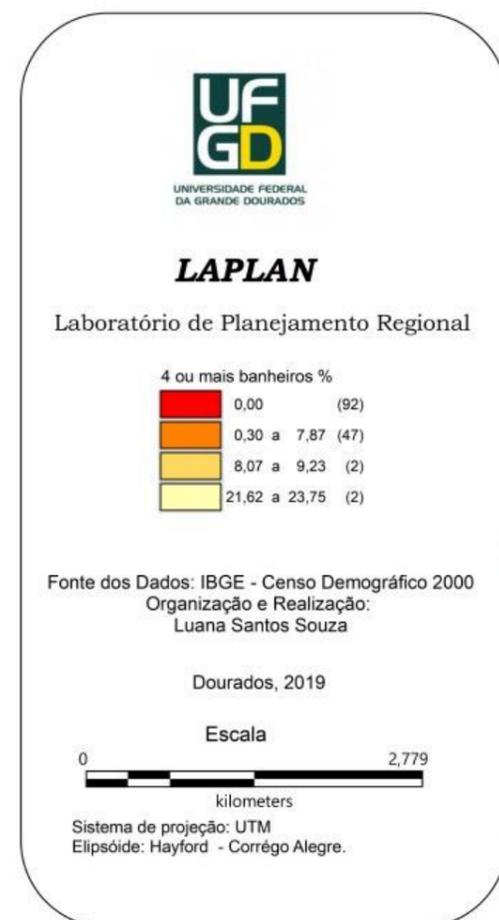
Ao observar os **mapas 5 e 6**, nas áreas onde os domicílios possuem 4 banheiros ou mais, verifica-se que há uma mudança abrupta na configuração da área analisada, quando comparado aos mapas anteriores, visto que agora o mapa se apresenta majoritariamente classificado com os piores indicadores. Isso reforça a desigualdade socioespacial existente na cidade de Dourados, uma vez que esse indicador evidencia a área da cidade na qual reside a população de classe mais favorecida.

No que tange aos domicílios com 4 banheiros ou mais, nota-se que há uma concentração deles em apenas alguns setores censitários em ambos os censos, localizados na mesma porção da cidade (centro-norte), com uma pequena variação na quantidade de setores classificados como intermediários melhores — de 2 em 2000, para 8 em 2010. Já em relação aos percentuais, os setores melhores classificados é praticamente os mesmos.

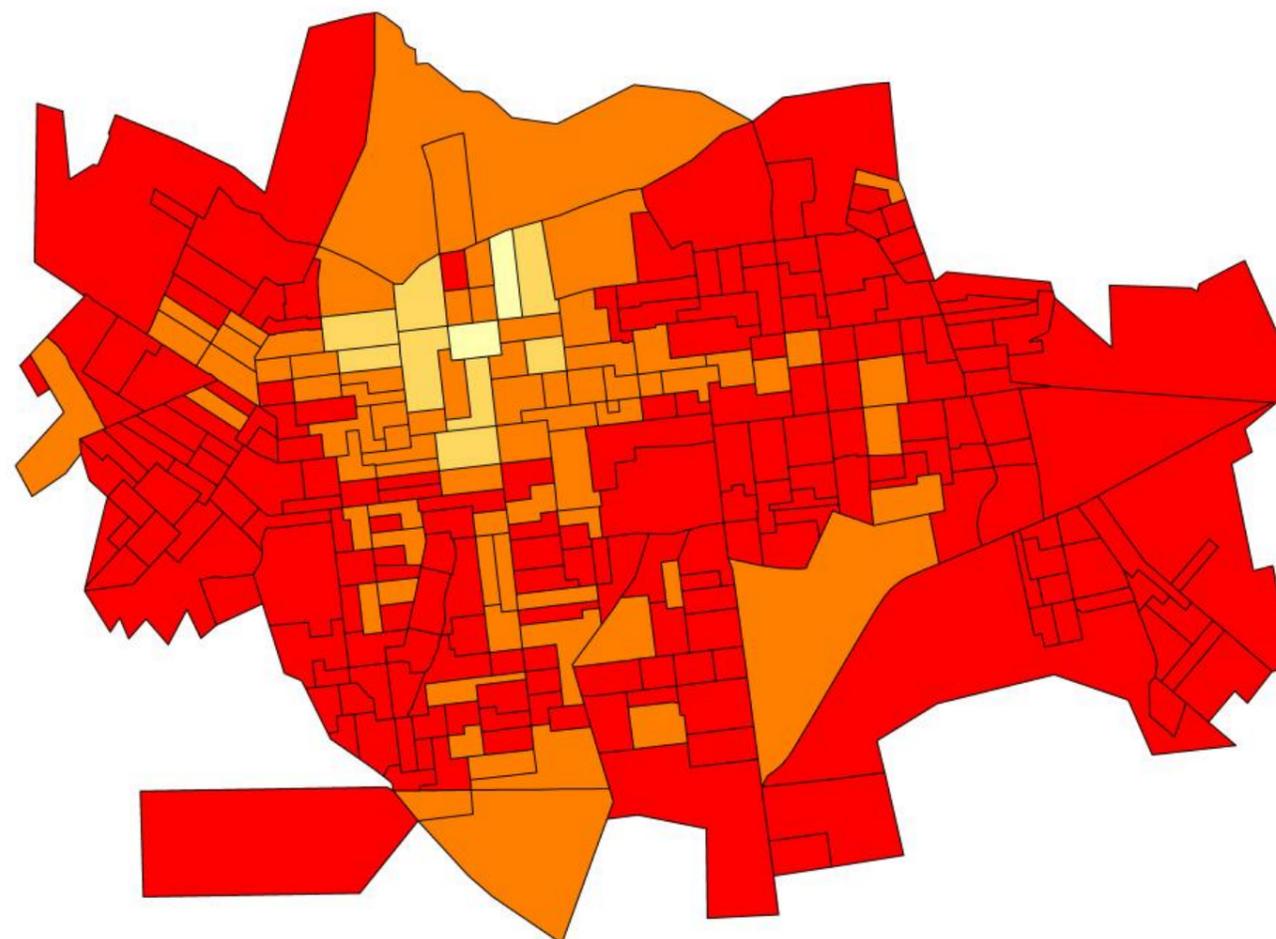
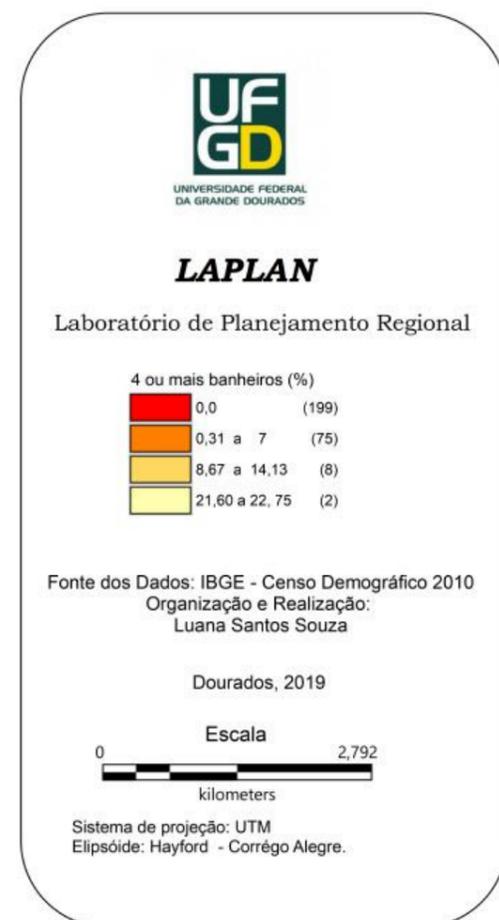
Quanto aos setores intermediários piores e os piores — que perfazem 97,2% dos setores no ano 2000 e 96,47% em 2010 — tais quais são distribuídos por toda a cidade, nota-se maior concentração daqueles classificados como piores nas porções mais periféricas.

Assim sendo, esse indicador reforça ainda mais as desigualdades existentes na cidade de Dourados, uma vez que a área da cidade, em que residem pessoas de uma classe social de maior renda, fica ainda mais evidente nos indicadores de renda analisados mais à frente.

Mapa 5 - DOURADOS (2000) - Domicílios com 4 ou mais banheiros.



Mapa 6 - DOURADOS (2010) - Domicílios com 4 ou mais banheiros.



Ainda relacionado aos indicadores habitacionais, os **mapas 7 e 8** correspondem a 5 moradores ou mais. Considerando o indicador de total de residentes por domicílio, nota-se que a taxa de fecundidade em Dourados no ano 2000 era de 2,3 filhos por mulher e que, em 2010, era de 1,7 filhos. Conforme apontam os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), considera-se que uma residência com 5 moradores ou mais esteja acima da média, esse caso pode indicar uma população que necessita de mais atenção quanto às políticas públicas voltadas à saúde, ao lazer, à educação, aos transportes e/ou à habitação.

No que se refere aos domicílios com 5 moradores ou mais, verifica-se que, no censo realizado nos anos 2000, 19,58% dos setores eram classificados como piores, já em 2010 esse percentual cai para 3,87%. Outro ponto a ser considerado é que, em ambos os censos, os setores estão classificados como piores, com exceção de um setor, já os demais se encontram distantes da área central da cidade.

Ao se tratar dos setores classificados como intermediário pior, verifica-se que de um censo para o outro houve uma queda de 29,46% do total de setores assim classificados. É importante ressaltar que, no censo realizado em 2000, esses setores estavam presentes por todas as áreas da cidade, contudo se observa que, no último censo, os setores assim classificados tenderam a um distanciamento da área central.

Já quanto aos setores classificados como intermediários melhores, verifica-se que, em 2000, representavam 11,18% e majoritariamente localizados na porção central da cidade, já em 2010 esse número passou a ser de 52,11%, que por sua vez estavam presentes em todas as áreas da cidade, com um destaque para área central e noroeste do município.

Referente aos setores classificados como melhores, observa-se um crescimento dos setores assim classificados, ou seja, em 2000 eram 2,79% e em 2010, 7,04%. Em 2000, dois deles estavam localizados na área central da cidade, com um setor na porção noroeste e outro na área oeste. Já em 2010, os referidos setores se localizavam majoritariamente na área central da cidade.

Mapa 7 - DOURADOS (2000) - Domicílios com 5 moradores ou mais.




UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

LAPLAN
Laboratório de Planejamento Regional

5 ou mais moradores (%)

	30,13 a 39,22 (28)
	20,00 a 29,69 (95)
	12,00 a 19,76 (16)
	6,52 a 9,92 (4)

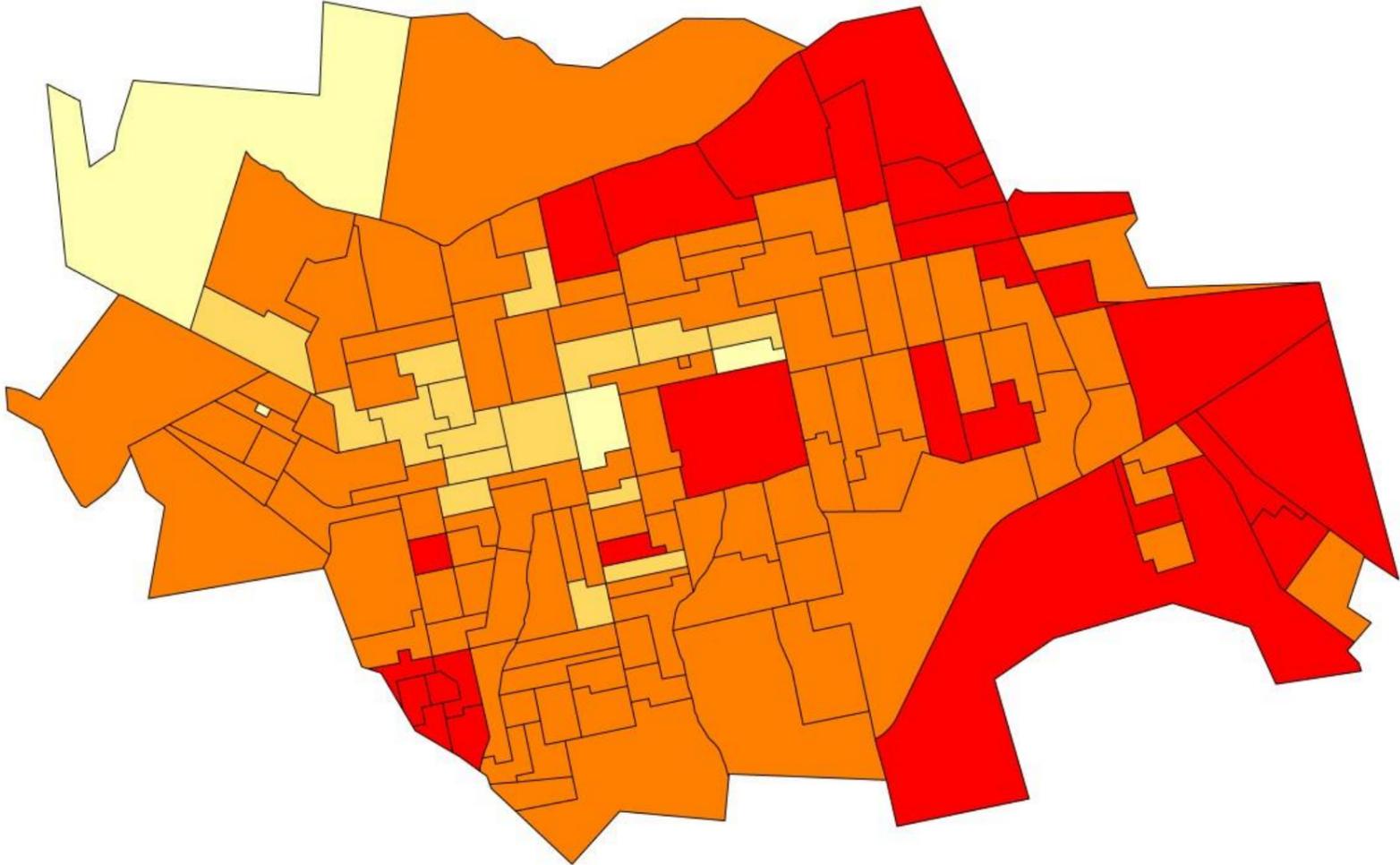
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
Luana Santos Souza

Dourados, 2019

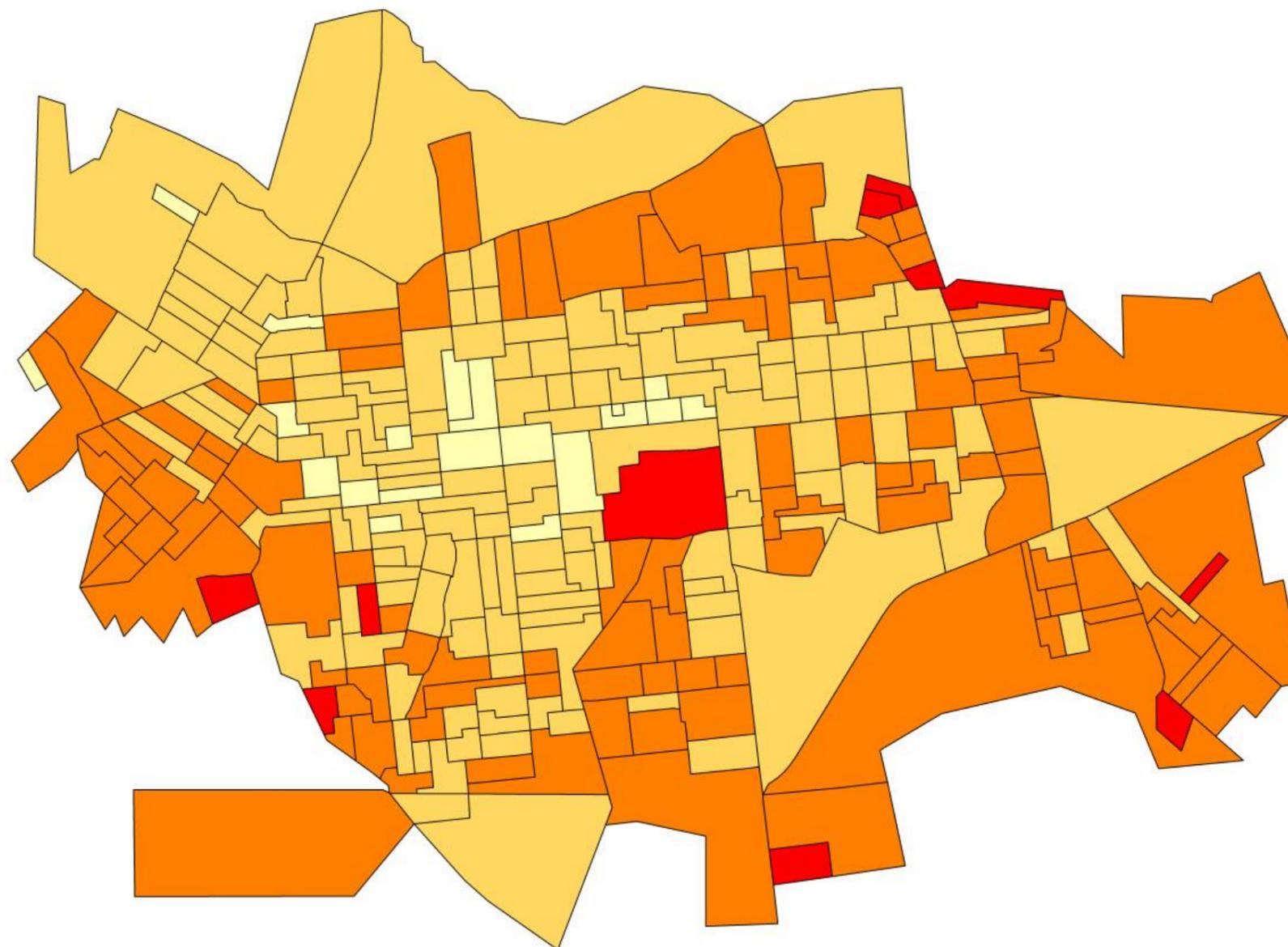
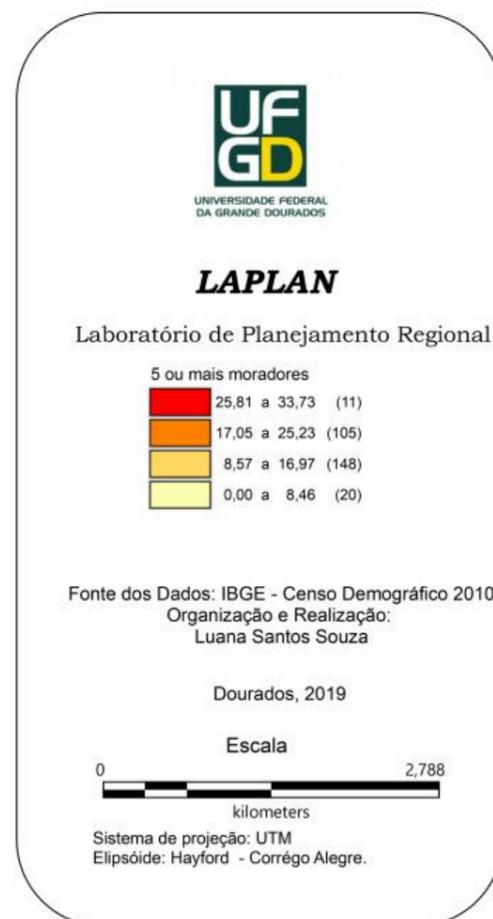
Escala

0  2,962
kilometers

Sistema de projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrégo Alegre.



Mapa 8 - DOURADOS (2010) - Domicílios com 5 moradores ou mais.



3.2 Desigualdade socioespacial sob a perspectiva dos indicadores de saneamento básico

Assim como na infraestrutura domiciliar, os indicadores de saneamento básico auxiliam em uma melhor inclusão dos moradores na sociedade, tornando os indicadores importantes, uma vez que estão sob responsabilidade de poder público local.

Jannuzzi, sobre a cobertura dos serviços urbanos, afirma que:

A adequação domiciliar na zona urbana depende, entre outros fatores, do acesso à rede de serviços de infraestrutura básica de luz elétrica, abastecimento de água tratada, saneamento e coleta de lixo. Historicamente, os grandes progressos contra a mortalidade infantil no Terceiro Mundo, decorrente de doença s infecto-parasitárias, se devem à ampliação da cobertura destes serviços. Daí a relevância dos mesmos como indicadores sociais para políticas de desenvolvimento urbano. (JANNUZZI, 2003, p. 109).

O mesmo autor continua:

À medida que o acesso aos serviços de infraestrutura urbana se universaliza, a questão do nível de oferta e qualidade dos serviços passa a ser tema de investigação permanente. Qualidade da água, regularidade no abastecimento ou frequência de coleta de lixo são algumas das dimensões que já necessitam da produção regular de indicadores. (JANNUZZI 2003, p. 110).

Dessa forma, para uma melhor compreensão, são apresentados os **mapas 9 e 10** relacionados aos indicadores de saneamento básico e, por sua vez, os domicílios que possuem abastecimento de água de outra forma.

Em relação à outra forma de abastecimento de água, torna-se importante lembrar que o IBGE considera como outra forma de abastecimento aqueles realizados através de cisternas, nascentes e poços⁷.

Sobre os domicílios com abastecimento de água de outra forma se constata que, no censo realizado em 2000, somente 13,98% dos setores estavam classificados como piores, sendo que esse percentual cai para 1,05%, no censo de 2010.

⁷ Salienta-se, ainda, que este indicador inclui poços não regularizados devidamente.

Já em relação aos setores classificados como intermediários piores, constata-se que eles eram representados por 47,55% em 2000 e que reduz para 11,61% em 2010. No que se refere aos setores intermediários melhores, verifica-se que em 2000 eles representavam 24,47% e, em 2010, passa a ser 83,09%.

No que tange aos setores classificados como melhores, compreende-se que em 2000 correspondia ao total de 13,98% dos setores, dos quais dois deles apresentava 0% de domicílios abastecidos com água de outra forma. Em contrapartida, no censo de 2010, somente 4,22% dos setores foram classificados como melhores, contudo todos os domicílios localizados nesses setores tinham o abastecimento realizado pelo serviço público.

Isto posto, no que diz respeito a esse indicador, verifica-se que no decorrer de um censo para outro houve uma melhoria na forma de abastecimento de água dos domicílios da cidade. Nota-se que, no censo realizado em 2000, o percentual dos setores classificados como melhores é maior que no censo de 2010. Observa-se que, no último censo, o número de setores que passaram a não ter abastecimento de água de outra forma aumentou significativamente.

Conforme aponta o censo de 2000, os piores setores com abastecimento de água de outra forma se concentravam na porção oeste e leste da cidade, no entanto os classificados como melhores se localizavam na porção sudoeste da cidade. Já em 2010, somente 3 setores foram classificados como piores e estavam localizados na porção sudoeste, centro e leste da cidade.

Mapa 9 - DOURADOS (2000) - Domicílios com abastecimento de água de outra forma.




UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

LAPLAN
Laboratório de Planejamento Regional

Água outra forma (%)

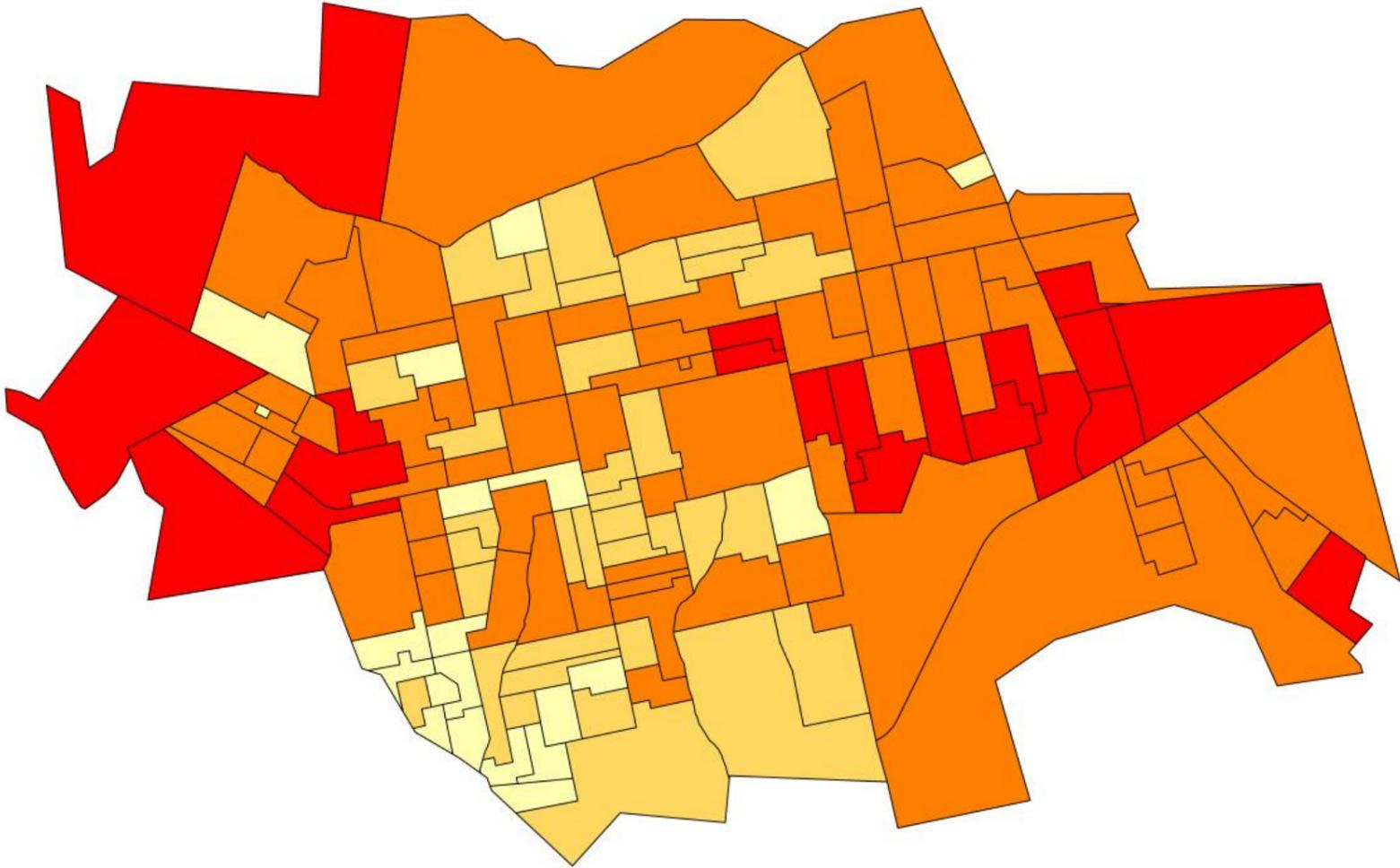
51,81 a 100	(20)
26,42 a 50,69	(68)
10,23 a 25,66	(35)
0,00 a 9,97	(20)

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
Luana Santos Souza

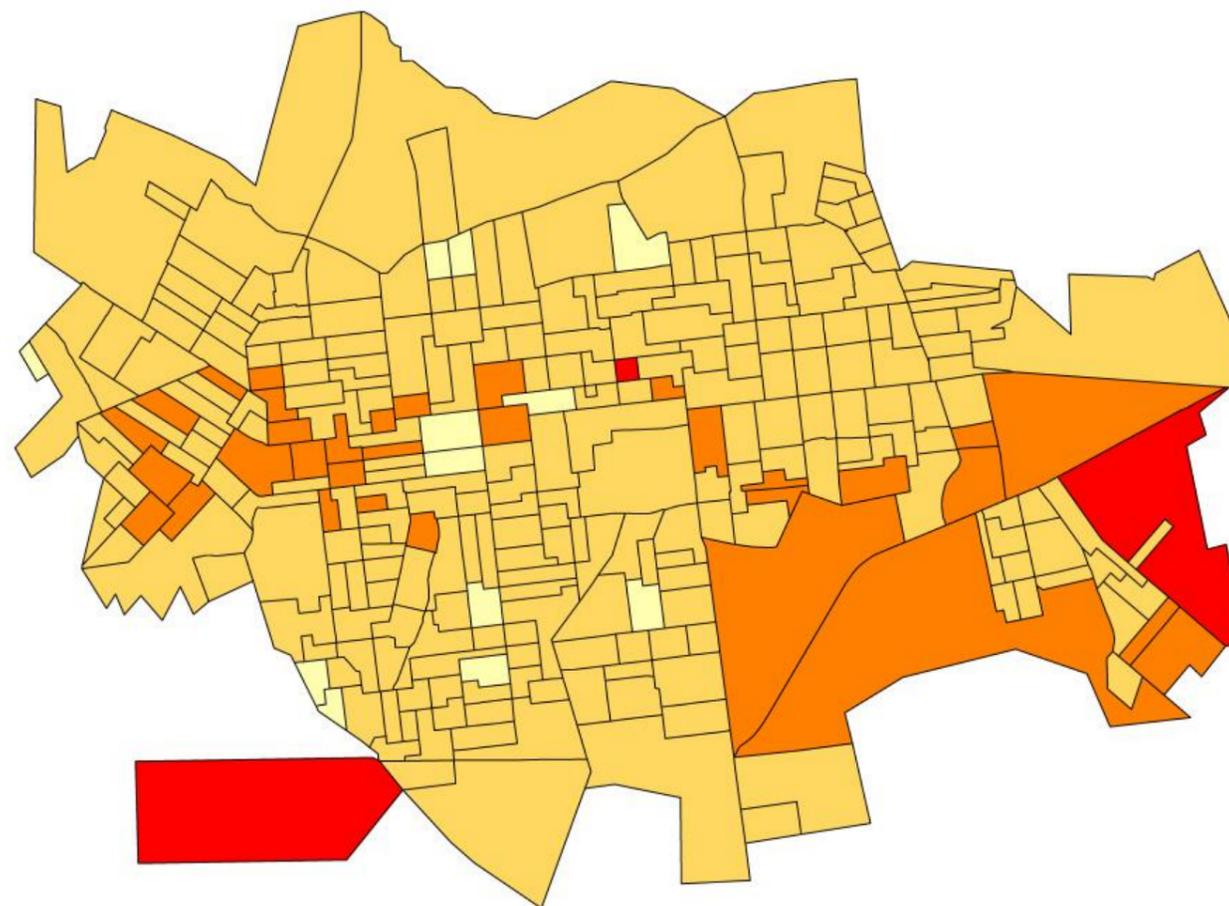
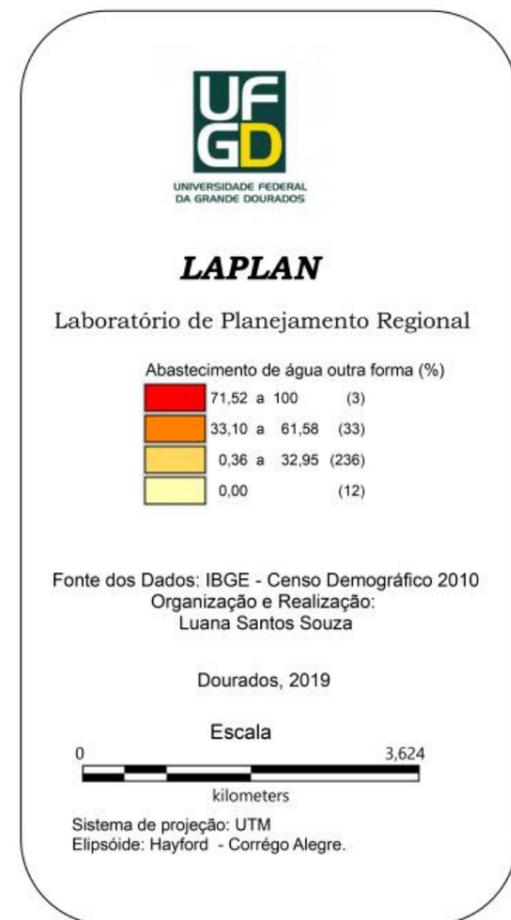
Dourados, 2019

Escala
0 2,966
kilometers

Sistema de projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrégo Alegre.



Mapa 10 - DOURADOS (2010) - Domicílios com abastecimento de água de outra forma.



Nos **mapas 11 e 12**, analisa-se os indicadores de infraestrutura de saneamento básico referente ao lixo com destino de outra forma, que o IBGE define da seguinte maneira:

- **Queimado (na propriedade)** - quando o lixo do domicílio era queimado no terreno ou propriedade em que se localizava o domicílio;
- **Enterrado (na propriedade)** - quando o lixo do domicílio era enterrado no terreno ou propriedade em que se localizava o domicílio;
- **Jogado em terreno baldio ou logradouro** - quando o lixo do domicílio era jogado em terreno baldio ou logradouro público;
- **Jogado em rio, lago ou mar** - quando o lixo do domicílio era jogado em rio, lago ou mar; ou
- **Outro destino** - quando o lixo do domicílio tinha destino diferente dos descritos anteriormente.

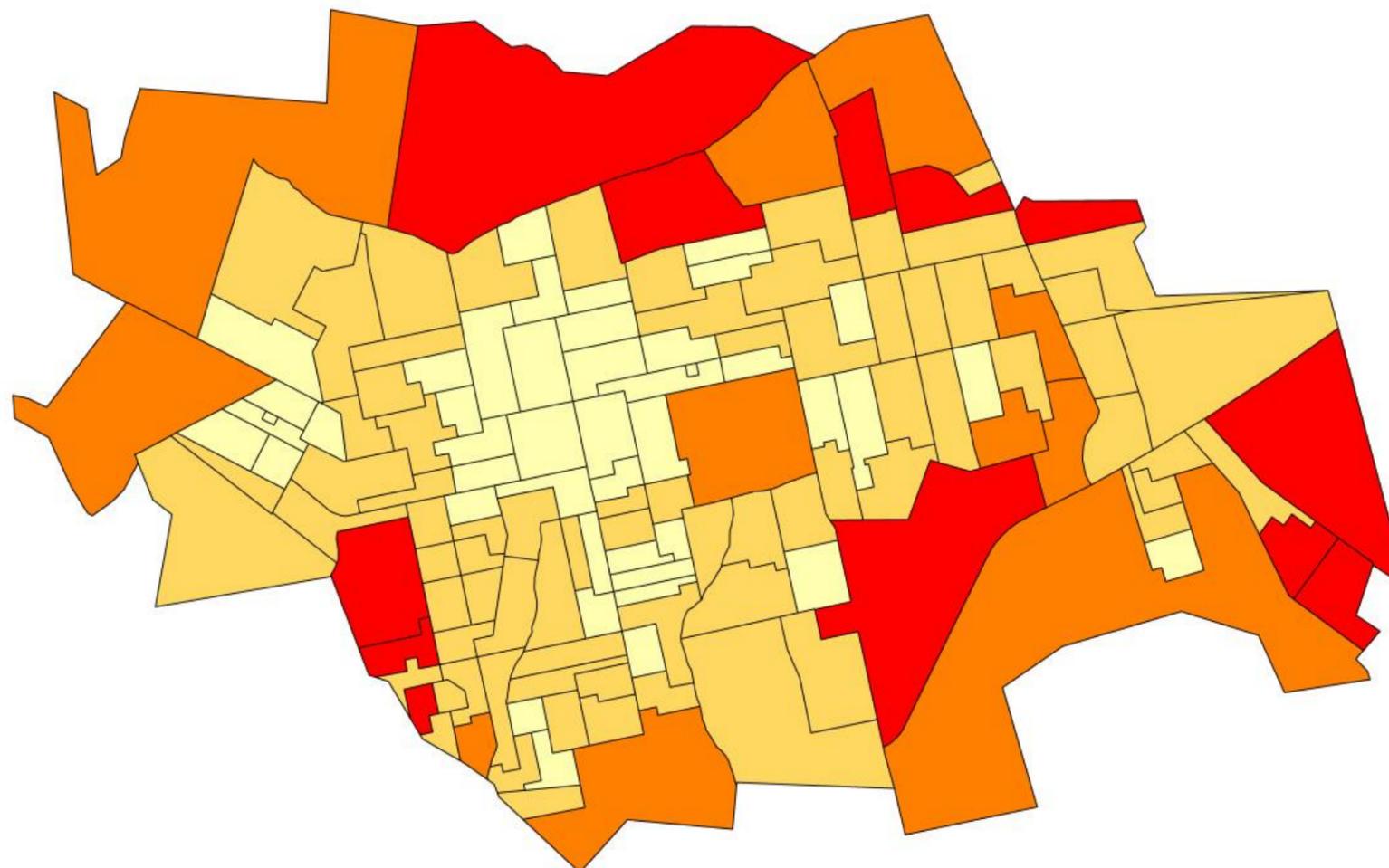
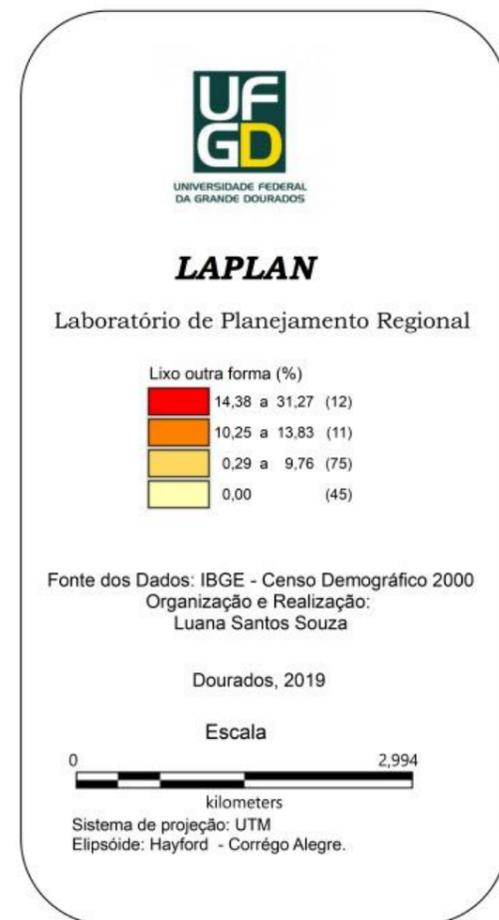
No que tange ao destino do lixo de outra forma, verifica-se que em 2000 o total de setores classificados como piores correspondia a 8,39%, já em 2010, esse total decaiu para 0,35%. É importante salientar que no referido ano somente um setor foi classificado como pior. Já para os intermediários piores se constata que, em 2000, 7,69% dos setores eram classificados como tal, em contrapartida a 1,05%, em 2010.

Sobre os setores classificados como intermediários melhores, verifica-se que em 2000 correspondia a maioria dos setores existentes, ou seja, a 52,44%, total que diminuiu para 23,23% em 2010.

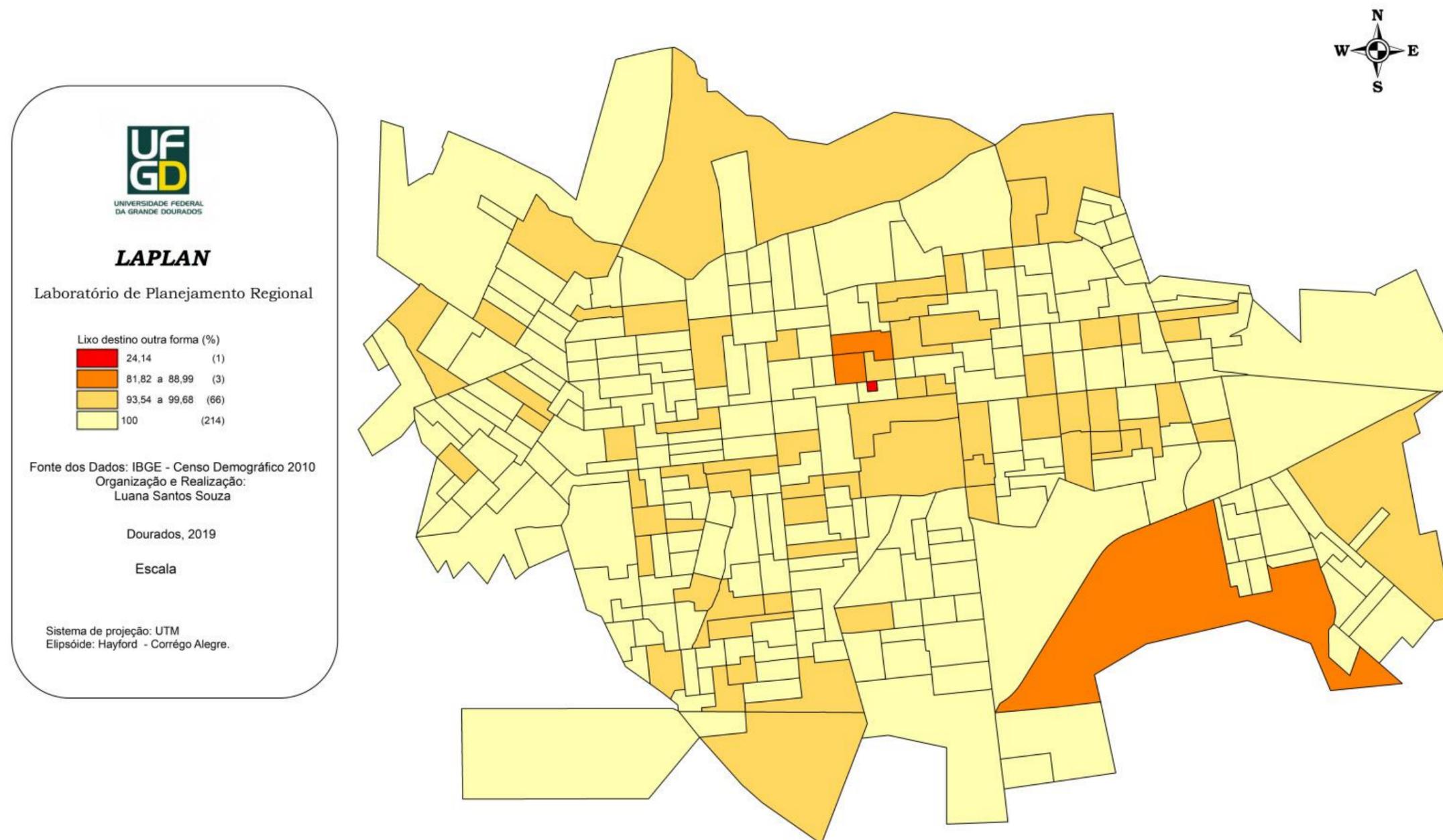
Já no que se refere aos setores classificados como melhores, constata-se que em 2000 correspondiam a 31,46% e em 2010 esse número salta para 75,35%. Se faz necessário destacar que, em ambos os censos, os setores classificados como melhores apontavam 0% de domicílios destino de lixo de outra forma.

Constata-se, ainda, que a porção central da cidade em 2000 era a melhor assistida pela coleta de lixo, por sua vez as bordas periféricas da cidade (norte, sudeste e sudoeste) concentravam os piores indicadores. Já no censo de 2010, havia uma concentração na porção central da cidade e um setor na região sudeste, contudo os setores classificados como melhores se encontravam localizados por toda a cidade.

Mapa 11 - DOURADOS (2000) - Domicílios com lixo de outra forma.



Mapa 12 - DOURADOS (2010) - Domicílios com lixo de outra forma.



3.3 Desigualdade socioespacial sob a perspectiva dos indicadores de renda familiar

Este grupo de indicadores econômicos revela como a população da classe mais favorecida de Dourados tende a se concentrar em poucas e determinadas regiões da cidade e com melhores condições de vida, porque podem decidir a localização de sua residência. Vieira (2009, p. 50) afirma que essa população vive na “cidade média luminosa”, propagandeada pelos diversos veículos de comunicação e pesquisas como o “lugar ideal para se viver”.

Vieira explica que:

Em condição oposta, os pobres distribuem-se espacialmente por diversas regiões da cidade, porém são “confinados” a residir nas regiões menos valorizadas e com piores condições de moradia, pois são reféns da “cidade média real”, onde as desigualdades sociais e espaciais são banalizadas e tornam-se invisíveis ou são camufladas pela “cidade média luminosa” dos ricos, tornando a exclusão social um processo ainda mais perverso. (VEIRA, 2009, p. 150).

Dando continuidade à análise dos indicadores sociais, que possam revelar a desigualdade socioespacial e exclusão social em Dourados, a seguir são abordados dois indicadores da renda nominal mensal para o ano de 2000 e três indicadores referentes à renda *per capita* dos moradores para o ano de 2010.

Os indicadores de renda procuram caracterizar economicamente os responsáveis em 2000 e, renda *per capita* em 2010, pelos domicílios particulares e, conseqüentemente, mapear a localização de diferentes segmentos sociais representados na área intraurbana da cidade de Dourados, no decorrer dos últimos 2 censos.

Dentre os indicadores econômicos, há aqueles que indicam as classes sociais menos favorecidas, que indicam famílias sem renda mensal, aqueles com renda mensal de até 2 salários mínimos e os com renda superior a 15 salários mínimos.

Dessa maneira, no **mapa 13**, sobre o grupo sem renda nominal para chefe de família, no censo realizado em 2000, constata-se que somente um setor foi classificado como pior, o que correspondia a 0,69% de todos os setores da

cidade e para os setores classificados como intermediários piores correspondiam a 4,89%.

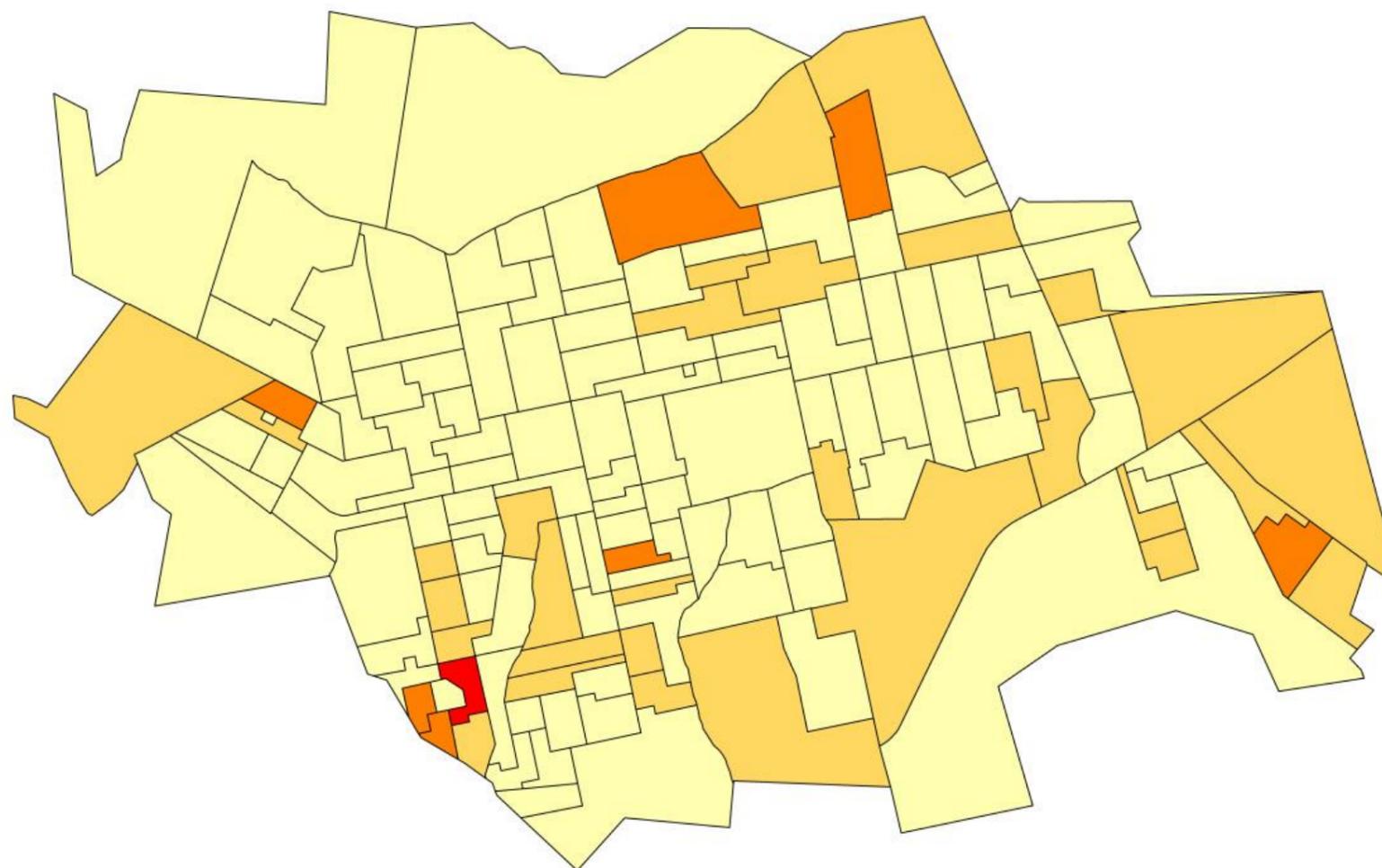
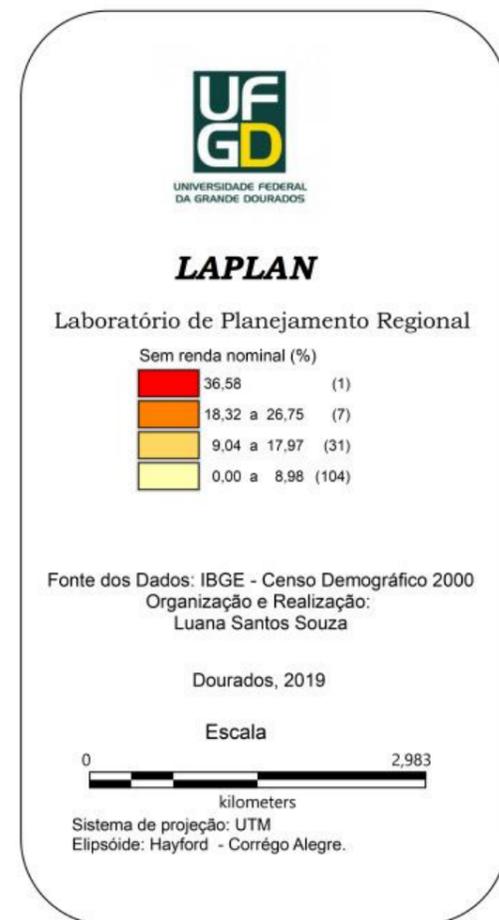
Ao observar os setores classificados como intermediários melhores se verifica que correspondiam a 21,67%, em contrapartida para os setores classificados como melhores, se constata que correspondiam a 72,72% dos setores existentes na cidade, dos quais 5 setores não apresentavam sequer um domicílio sem renda nominal mensal para o chefe de família.

No **mapa 14**, que se refere os domicílios sem renda *per capita* em 2010, constata-se que os setores classificados como piores correspondiam a 7,04% de todos existentes na cidade, já para os setores classificados como intermediários piores verifica-se que correspondiam a 12,32% dos setores.

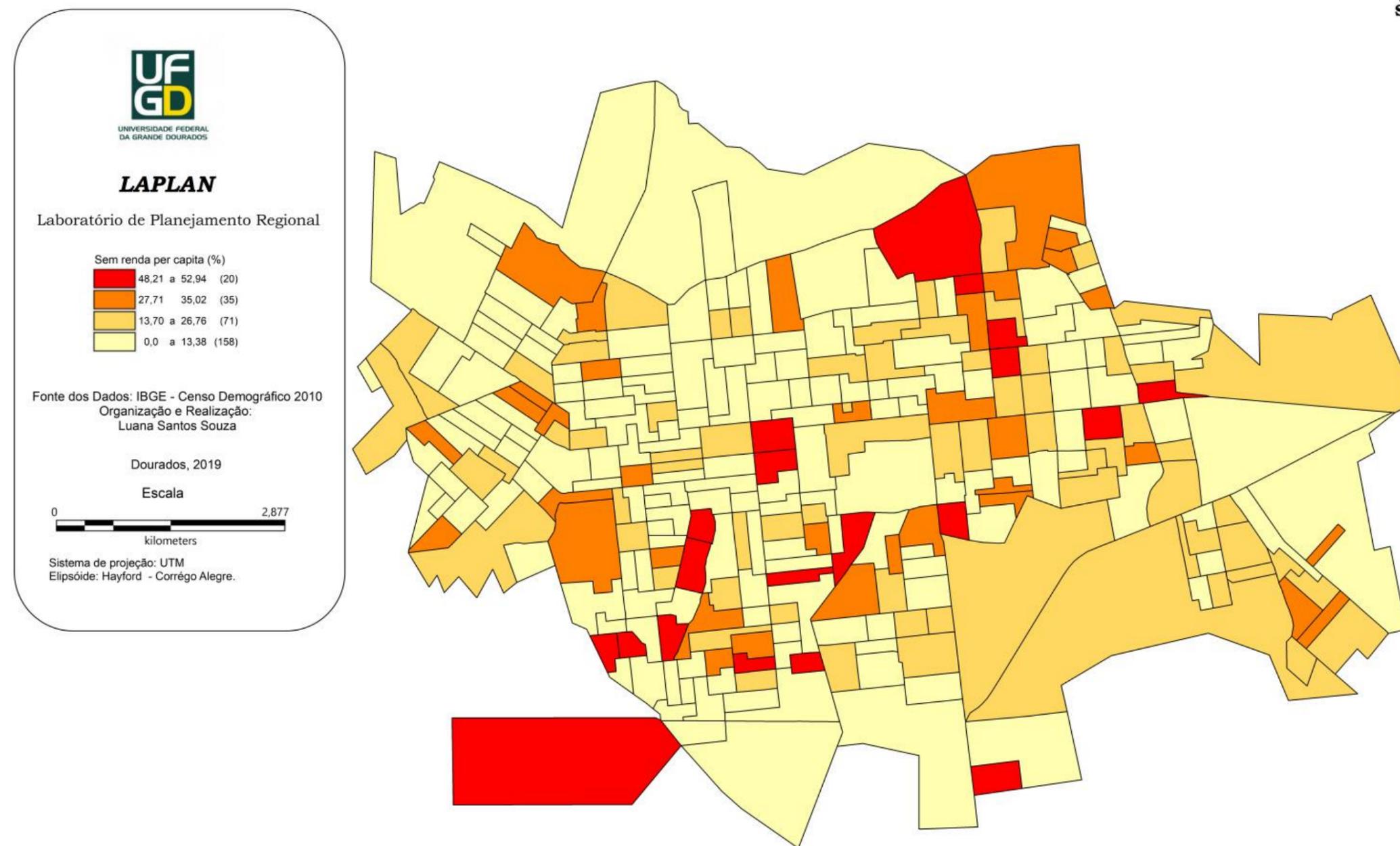
Para os setores classificados como intermediários melhores, nota-se o total de 25% existentes na cidade, já 55,63% correspondiam aos setores classificados como melhores.

Observa-se que em 2000 eram poucos os classificados como piores ou intermediários piores, os quais não estavam concentrados em área específica da cidade e representavam 4,25% dos setores censitários da cidade. Por sua vez, em 2010, os setores classificados como pior e intermediário pior passaram a representar 19,36% dos setores, contudo eles também não estavam concentrados em determinada área da cidade.

Mapa 13 - DOURADOS (2000) - Responsável sem renda nominal.



Mapa 14 - DOURADOS (2010) - Domicílios sem renda *per capita*.



No **mapa 15** é analisada a espacialidade dos domicílios em que a renda nominal mensal do chefe de família atingia até 2 salários mínimos, sendo em 2000 o valor de R\$ 151,00⁸ e, em 2010, de R\$510,00⁹, representando, assim, um aumento de 70,39% do salário no período de um censo para o outro. Ao analisar esse indicador, constata-se que ele correspondia a 15,60% dos setores classificados como piores, localizados nas bordas da área urbana, principalmente nas regiões nordeste, sudeste e sudoeste.

No que diz respeito aos classificados como intermediários piores, verifica-se que correspondiam 49,64% dos setores e estes se encontravam espalhados por toda cidade, exceto na área noroeste. Já referente aos setores classificados como intermediário melhores, constata-se que eles se localizavam majoritariamente na porção noroeste da cidade e correspondiam a 21,98%.

No que concerne aos setores classificados como melhores se verifica que correspondiam a 14,18% dos setores, localizados na porção noroeste.

No **mapa 16**, sobre domicílios em que a renda *per capita* atinge até 2 salários mínimos, observa-se que 26,76% dos setores foram caracterizados como piores, localizados majoritariamente nas porções leste e oeste da cidade.

No que concerne aos setores classificados como intermediários piores, verifica-se que 44,36% eram caracterizados dessa forma, os quais se localizavam por toda a cidade com uma menor concentração na porção noroeste. Já no que diz respeito aos setores classificados como intermediários piores, verifica-se que correspondiam ao total de 18,30%, os quais estavam localizados em toda cidade.

No que se refere aos setores classificados como piores, verifica-se que correspondiam a 10,56%, localizados majoritariamente na porção nordeste em direção a noroeste.

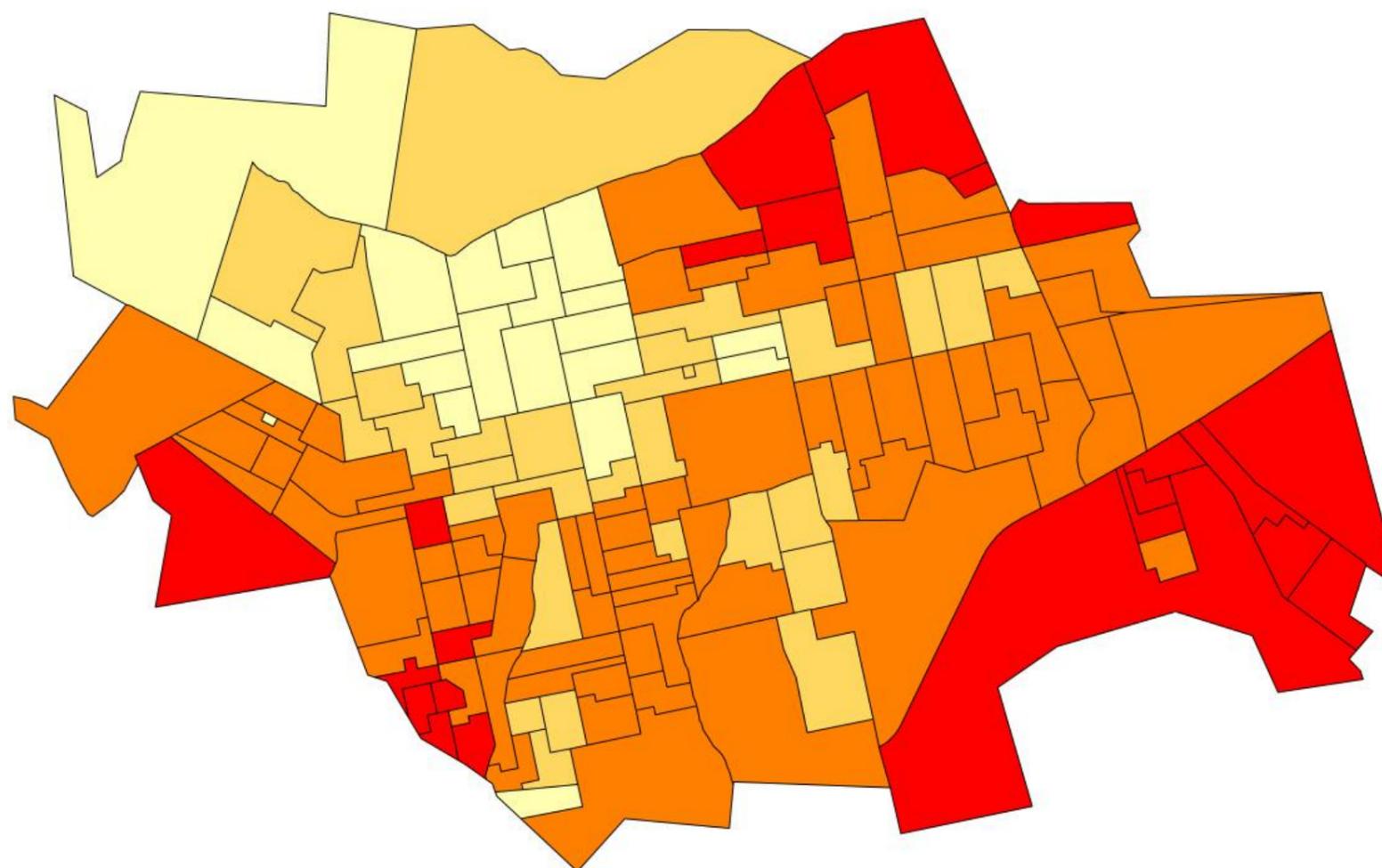
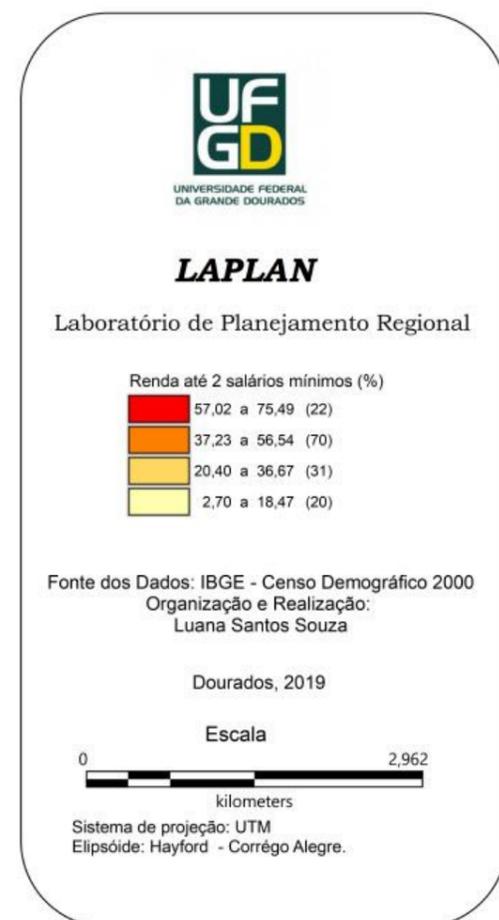
Observa-se, assim, que 65,24% e 71,12% dos setores eram classificados como piores e intermediários piores em 2000 e 2010, respectivamente, e estavam presentes em quase todas áreas da cidade, exceto na porção noroeste, na qual estavam majoritariamente localizados os setores classificados como melhores, demonstrando que houve um aumento no percentual de áreas da

⁸ MP 2019 de 23/03/00 e 2019- 1 de 20/04/00 Convertidas na Lei nº 9971, de 18/05/2000.

⁹ Medida Provisória nº 474/2009, de 24.12.2009.

cidade. Contudo, não houve grandes mudanças na espacialização da ocorrência na cidade, que pode evidenciar as desigualdades ocorridas na cidade.

Mapa 15 - DOURADOS (2000) - Responsável com renda nominal até 2 salários mínimos.



Mapa 16 - DOURADOS (2010) - Domicílios com renda *per capita* até 2 salários mínimos.




UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

LAPLAN
Laboratório de Planejamento Regional

renda per capita até 2 salários mínimo (%)

	67,05 a 88,45	(76)
	44,70 a 66,67	(126)
	23,13 a 44,58	(52)
	6,62 a 21,89	(30)

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2010
Organização e Realização:
Luana Santos Souza

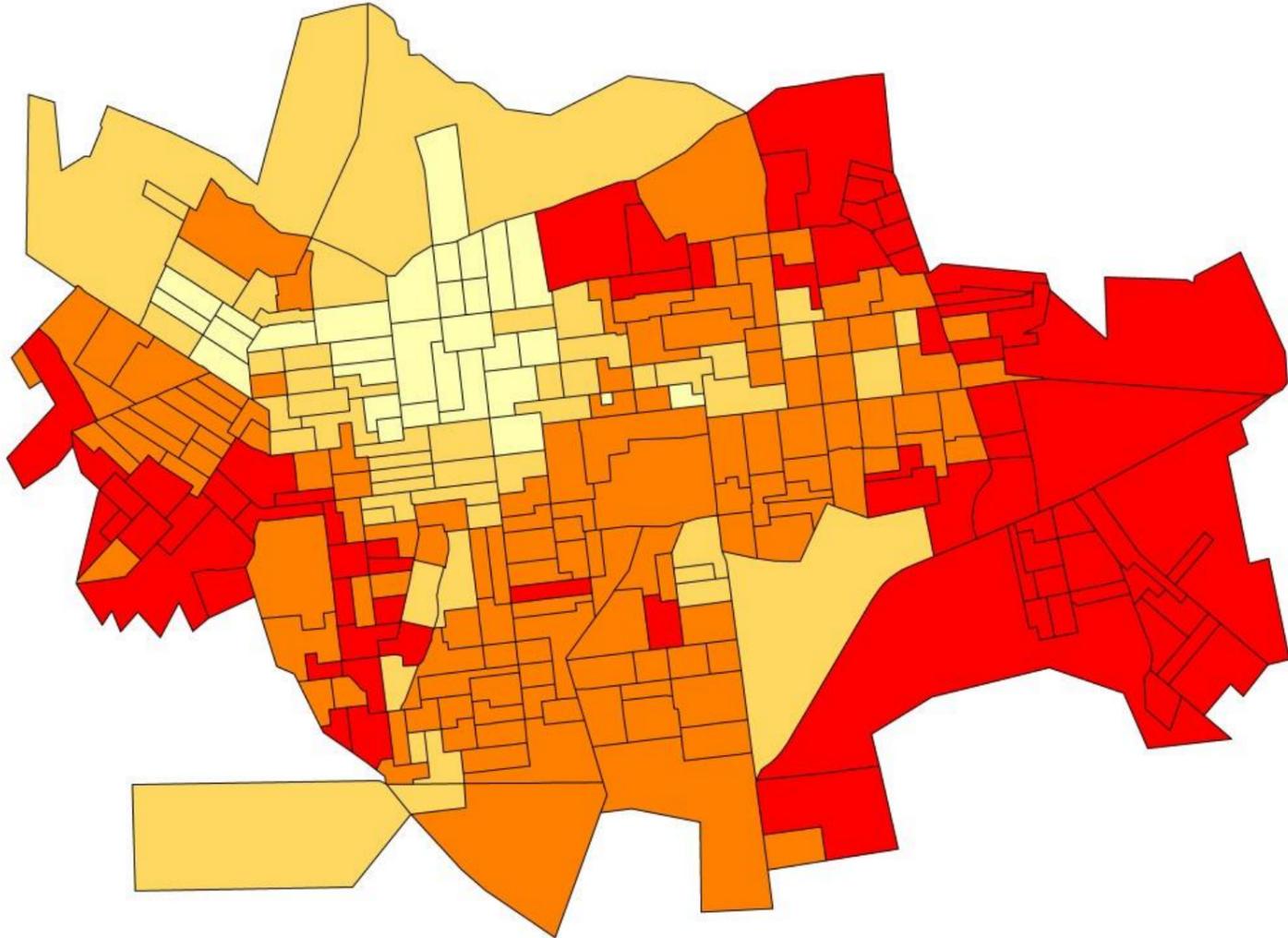
Dourados, 2019

Escala



0 3,213
kilometers

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



A análise do **mapa 17** diz respeito aos indicadores econômicos que tem como base os domicílios cuja a renda do chefe de família era de 15 salários mínimos ou mais.

Dessa forma, observa-se que 12,58% dos setores foram classificados como piores, já no que se refere aos setores classificados como intermediários piores, verifica-se que correspondiam a 76,92% do total de setores da cidade assim como maioria absoluta dos setores, e localizados em todas porções da cidade, ou seja, as duas piores categorias correspondiam a 89,5% dos setores da cidade.

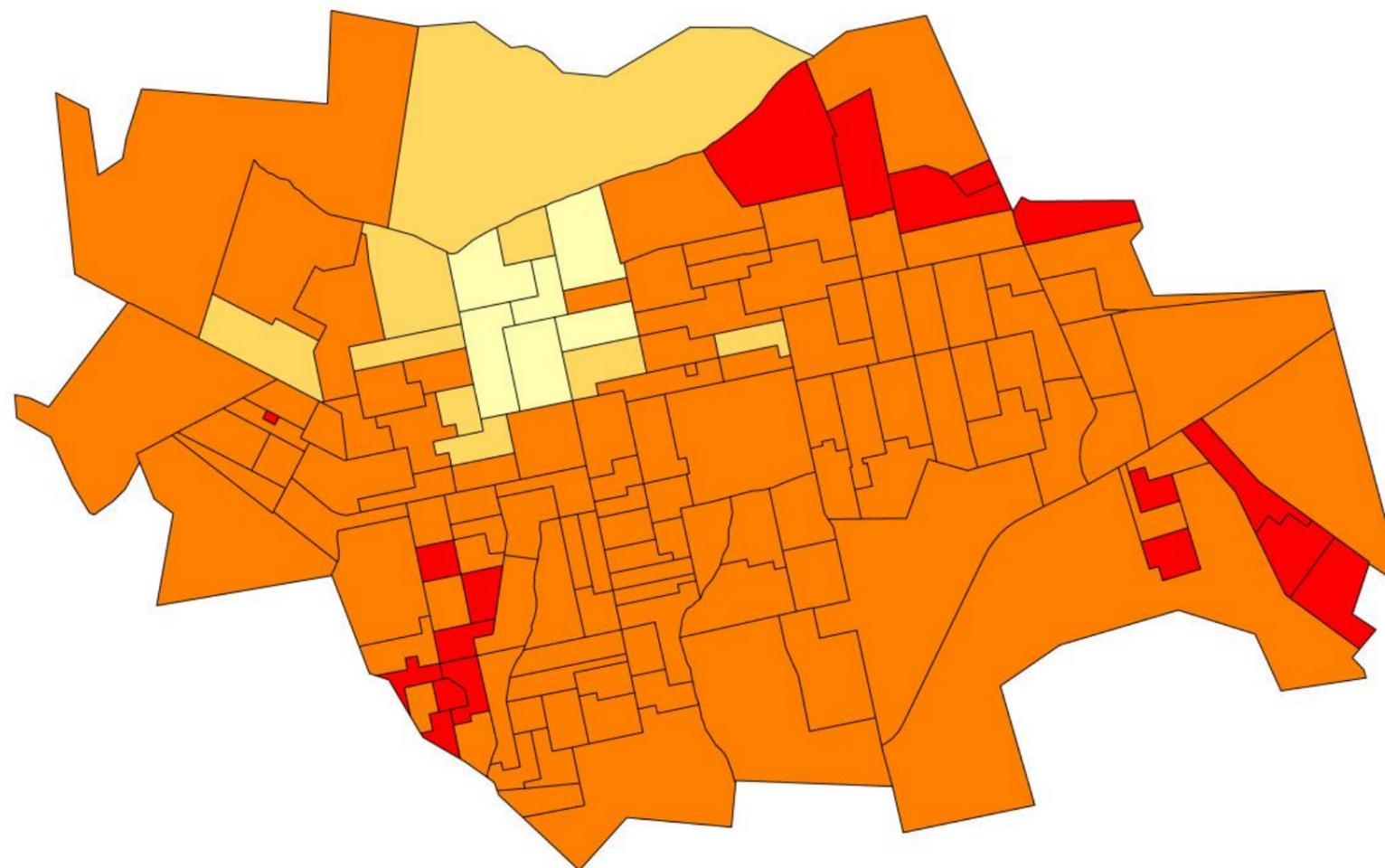
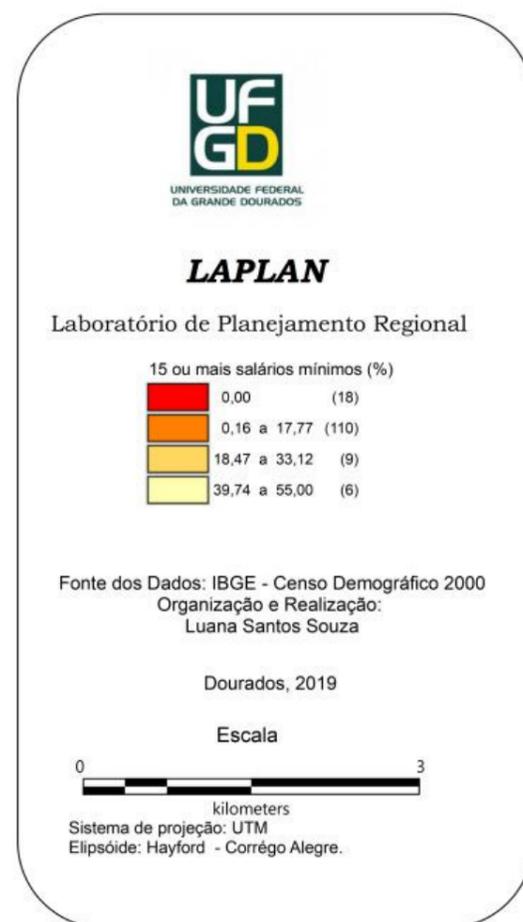
No que tange aos setores classificados como intermediários melhores, constata-se que eles representavam 6,29%, com uma concentração maior na porção centro norte da cidade. Observa-se, ainda, ao se tratar dos setores classificados como melhores, esse percentual correspondia a 4,19% dos setores, localizados também na porção centro norte da cidade.

Já no que se refere ao indicador de 15 ou mais salários mínimos *per capita*, conforme o **mapa 18**, é possível verificar que 62,67% dos setores foram classificados como piores, presentes em todas as áreas da cidade, com uma menor concentração na área centro norte. A respeito dos setores classificados como intermediários piores, observa-se que correspondiam a 31,33% e, assim como os setores classificados piores localizavam-se por toda área urbana da cidade, constata-se que as duas categorias juntas correspondiam a 94% de todos os setores da cidade, evidenciando ainda mais a área com melhor poder aquisitivo.

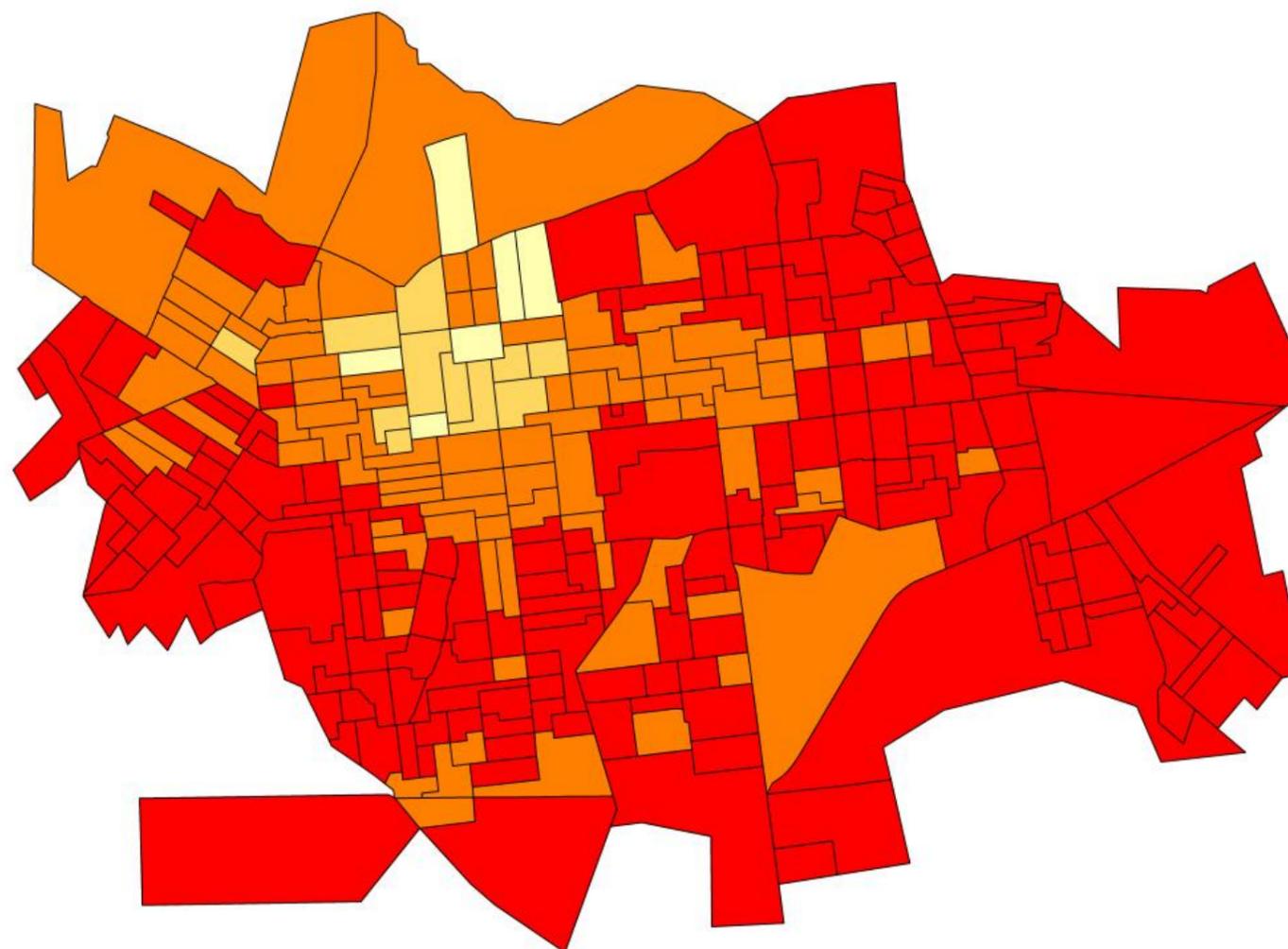
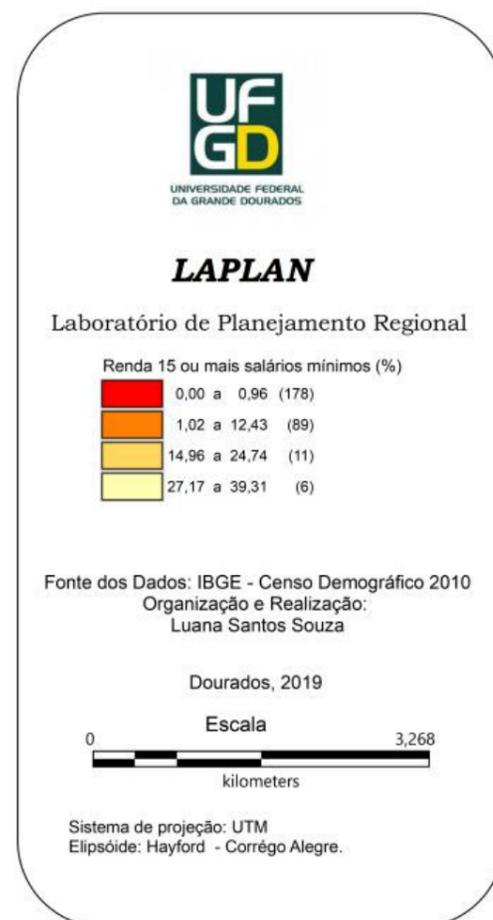
Sobre os classificados como intermediários melhores, identifica-se que correspondiam a 3,87% dos setores da cidade, localizados na área norte. Já os setores classificados como melhores apresentaram uma redução não tão significativa e correspondiam, assim, a 2,11%, os quais localizavam-se também na área norte da cidade.

Ao analisar os **mapas 17** e **18**, verifica-se que na área urbana de Dourados há outra dinâmica, se comparada com os **mapas 13** e **14**. Assim, observa-se que a área com melhor poder aquisitivo está na porção norte da cidade, localizada em ambos os censos em uma pequena porção da cidade.

Mapa 17 - DOURADOS (2000) - Responsável com renda nominal de 15 ou mais salários mínimos.



Mapa 18 - DOURADOS (2010) - Domicílios com renda *per capita* de 15 ou mais salários mínimos.



3.4 Desigualdade socioespacial sob a perspectiva dos indicadores dos responsáveis pelos domicílios

Este conjunto de indicadores tem o objetivo de trazer informações a respeito das características dos responsáveis pelo domicílio, uma vez que se entende que essas questões revelam áreas suscetíveis aos processos de desigualdades imbricadas na cidade.

Dessa maneira, busca-se fazer uma análise comparativa sobre os indicadores mulheres e idosos com 60 anos ou mais responsáveis por domicílios, com base nos censos de 2000 e 2010, de forma que se possa compreender como ocorreu a dinâmica entre os respectivos anos.

Foi a partir das teorias e lutas feministas dos anos 1960 que o assunto das relações de desigualdade entre homens e mulheres se expandiu pelo mundo, por meio de uma conscientização do problema no âmbito da sociedade (CASTELLS, 2001 *apud* ALVES, 2010).

Como afirma Alves (2010, p. 186):

Falar sobre a desigualdade de gênero na nossa sociedade pode nos revelar, por exemplo, por que, mesmo obtendo várias conquistas no campo do trabalho, a precarização do emprego afeta mais as mulheres do que os homens e por que as mulheres sempre estiveram presentes nas formas desreguladas e precárias de trabalho.

Isso tende a piorar quando se leva em consideração a classe social na qual a mulher está inserida, uma vez que, as mulheres estão se tornando cada vez mais chefes de família (segundo o censo de 2010, as mulheres já representavam 37,3% de responsáveis¹⁰ por domicílios no Brasil).

Nesse cenário, observa-se o aumento de famílias monoparentais, em especial aquelas onde a mulher assume a chefia do domicílio. Conforme aponta Pinto *et al.*, elas são em grande parte:

[...] decorrentes de uma gravidez precoce ou indesejada, instabilidade familiar e abandono. Não raro essas mulheres foram ou ainda são vítimas de violência doméstica em suas mais

¹⁰ Este indicador se eleva ligeiramente a 39,3% para famílias em áreas urbanas e diminui consideravelmente (24,8%) para famílias em áreas rurais. Do total de famílias com responsável de cor ou raça preta ou parda, 38,7% tinham a mulher nessa condição.

variadas vertentes, incluindo-se a "invisível", aquela que não deixa marcas exteriores, mas sequelas profundas em relação à sua autoestima e à busca ou reconstrução de sua identidade como mulher, como cidadã e aos preconceitos decorrentes da relação de gênero. (PINTO *et al.*, 2011, p. 169).

Nesse sentido, busca-se fazer uma análise comparativa entre os anos 2000 e 2010, sobre domicílios onde a mulher é responsável, para que seja compreendida as relações deste indicador com os processos de desigualdades socioespaciais. Portanto, os **mapas 19 e 20**, dizem a respeito das mulheres responsáveis por domicílios nos anos 2000 e 2010, respectivamente.

Assim, observa-se que os setores classificados como piores em 2000 correspondiam a 15,38%, esse percentual teve redução para o ano de 2010, passando a corresponder a 7,74%. Contudo, é importante salientar que em 2000 a variação de domicílios era de 30,18% a 39,70% e, no último censo, 55,14% a 71,89%, ou seja, mesmo que tenha havido uma redução de setores de um ano para o outro, fica evidente que ocorreu uma concentração numérica dos domicílios nos setores do censo de 2010.

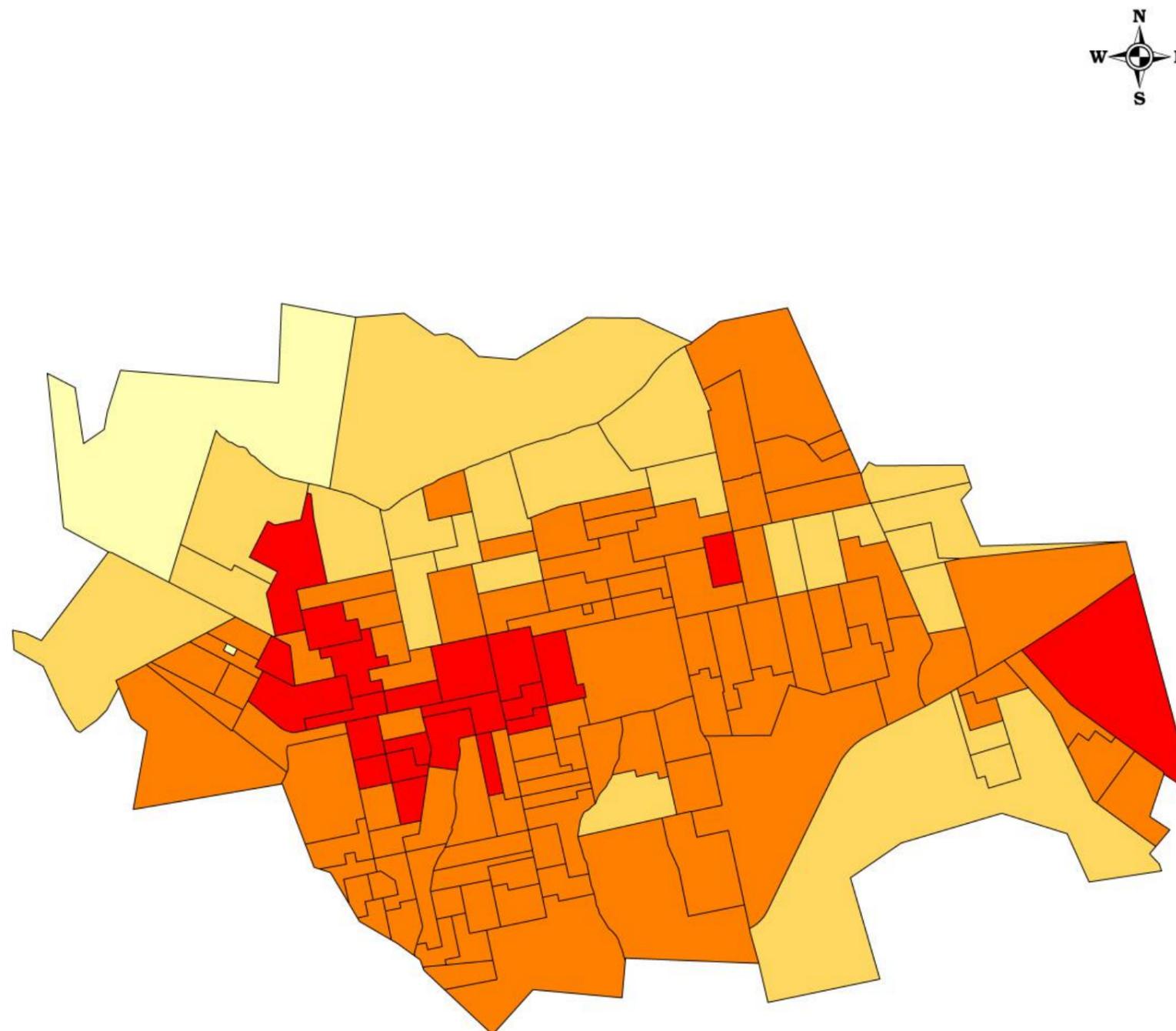
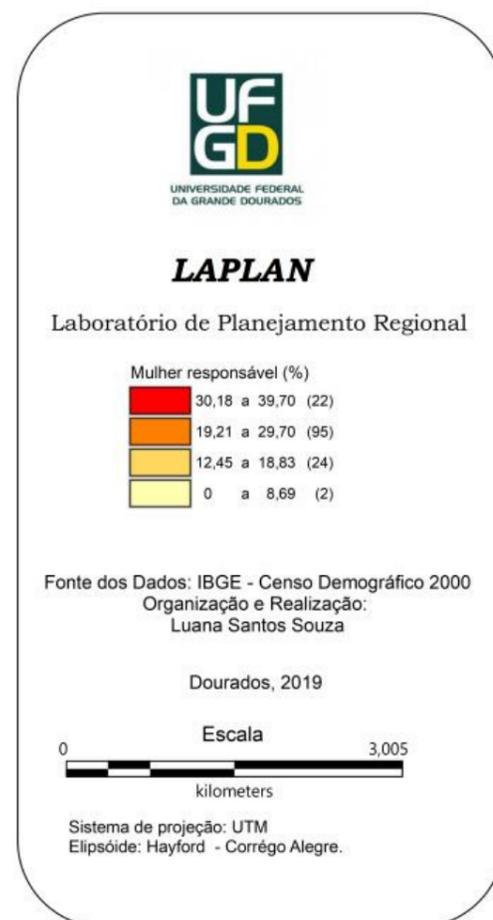
No que tange aos setores classificados como intermediários piores, verifica-se uma queda de 66,43% e 15,49%, para 2000 e 2010, respectivamente.

No que corresponde aos setores classificados como intermediários melhores, verifica-se que estes representavam 16,78% e 69,36%, para os anos 2000 e 2010, respectivamente; fato que ocasionou praticamente uma inversão de percentual entre ambos os censos, se comparado com os intermediários piores.

Contudo, ao observar os setores classificados como melhores, verifica-se que em 2000 correspondiam a 1,39% dos setores da cidade, já em 2010 esse percentual cresceu para 7,39%.

É importante ressaltar que, no censo realizado em 2000, havia uma concentração de setores classificados como piores na porção oeste da cidade, concentração que também pode ser compreendida nas demais classificações, diferentemente de quando observado o **mapa 20**, realizado com base no censo de 2010, onde se pode observar que não havia uma concentração de setores de uma classificação específica.

Mapa 19 - DOURADOS (2000) - Mulher responsável pelo domicílio.



Mapa 20 - DOURADOS (2010) - Mulher responsável pelo domicílio.




UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

LAPLAN
Laboratório de Planejamento Regional

Mulher responsável (%)

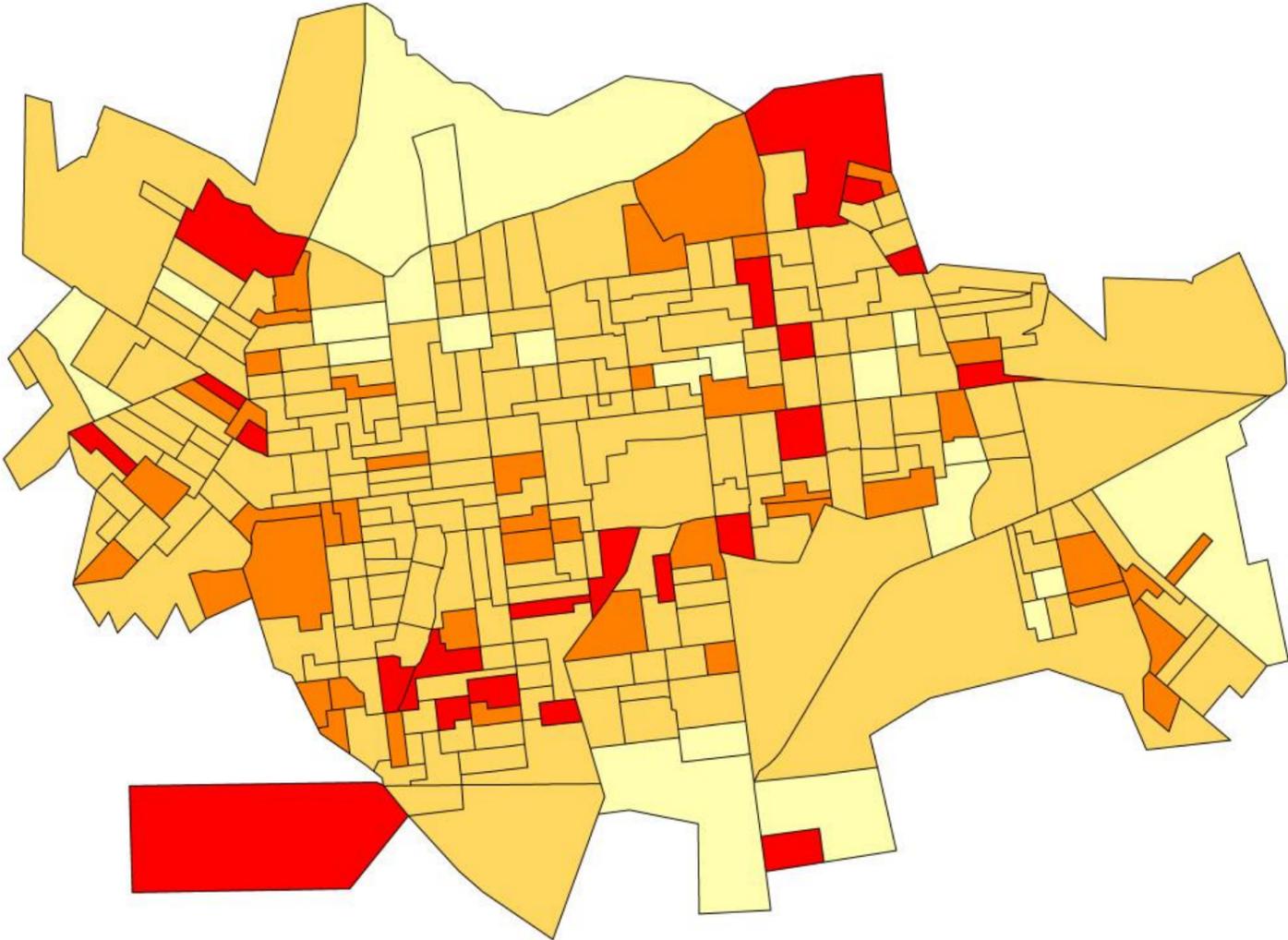
55,14 a 71,89	(22)
36,07 a 53,80	(44)
18,02 a 35,87	(197)
7,20 a 17,87	(21)

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2010
Organização e Realização:
Luana Santos Souza

Dourados, 2019

Escala
0 3,207
kilometers

Sistema de projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrégo Alegre.



Outro importante indicador analisado trata de domicílios cujos responsáveis tenham 60 anos ou mais de idade. Segundo os dados do censo de 2000, a população idosa no Brasil representava “[...] um contingente de quase 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade (8,6% da população brasileira)” (BRASIL, 2002).

Dessa maneira, conhecer aspectos relacionadas a esses idosos responsáveis por domicílios, torna-se de suma importância aos estudos de desigualdades socioespaciais, uma vez que os idosos responsáveis pelos domicílios, provavelmente, já estejam aposentados e usufruindo de sua renda para subsidiar os gastos necessários dos domicílios.

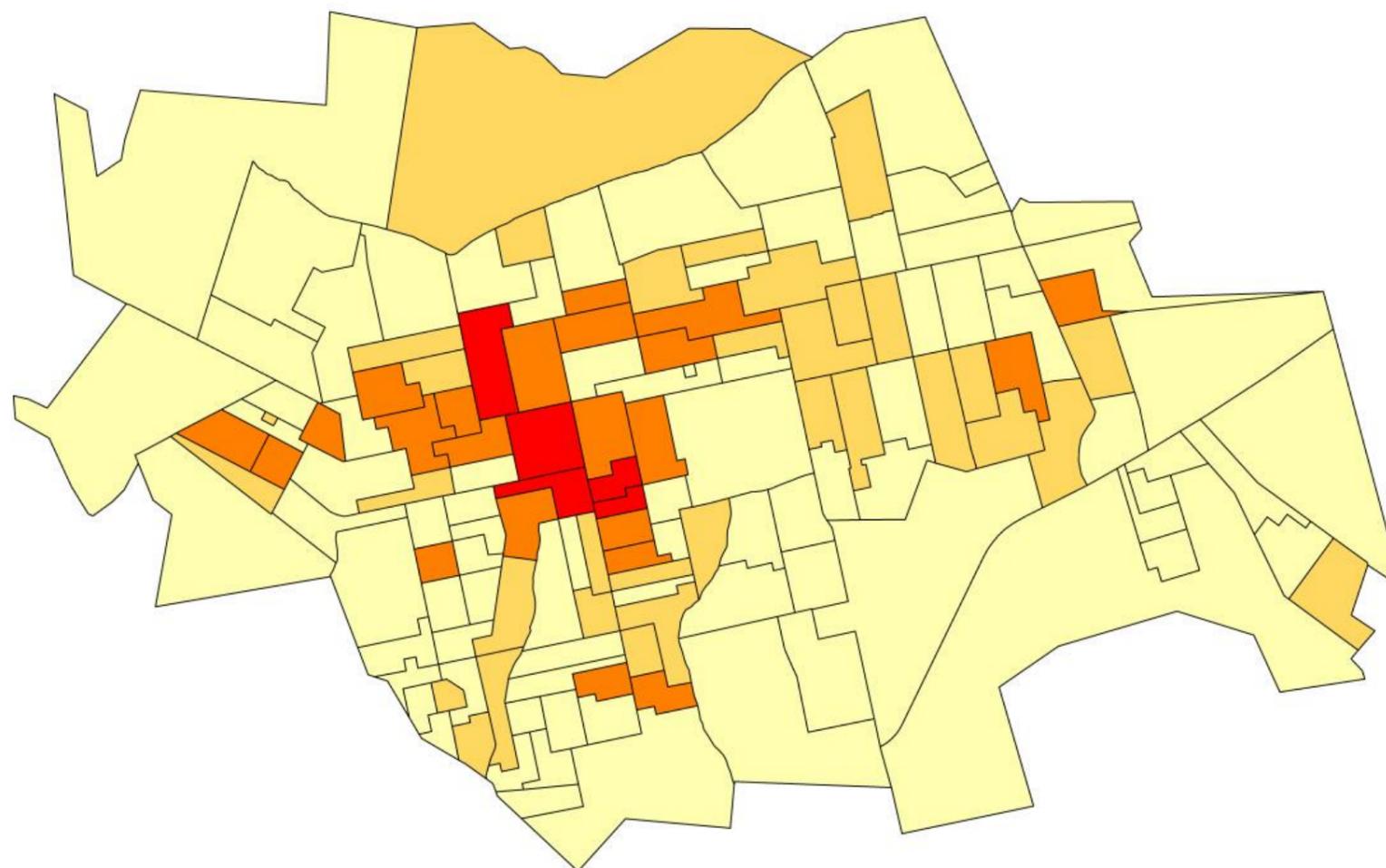
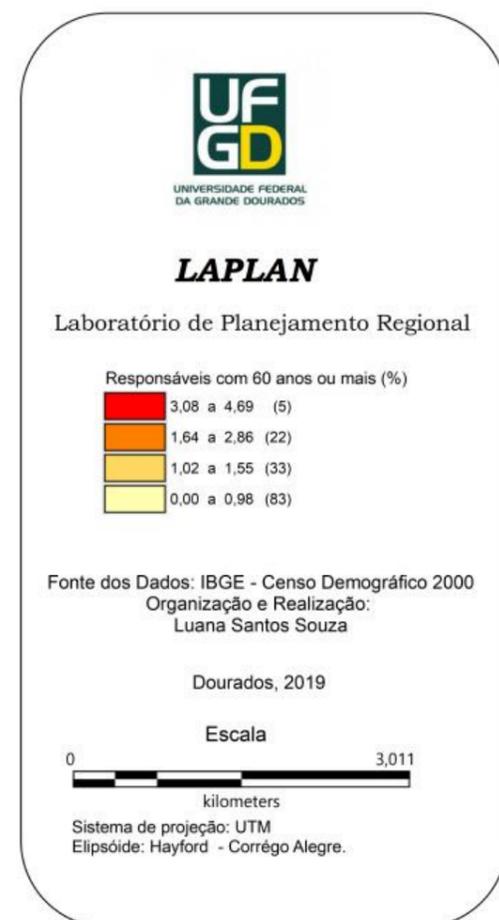
Assim sendo, os **mapas 21 e 22** revelam a espacialidade dos idosos com 60 anos ou mais, que eram responsáveis por domicílios nos anos 2000 e 2010, respectivamente.

No que tange aos domicílios com responsáveis de 60 anos ou mais, verifica-se que há uma concentração, em ambos os censos, referente aos setores classificados como piores na área central da cidade, representando 3,49% e 7,39%, respectivamente.

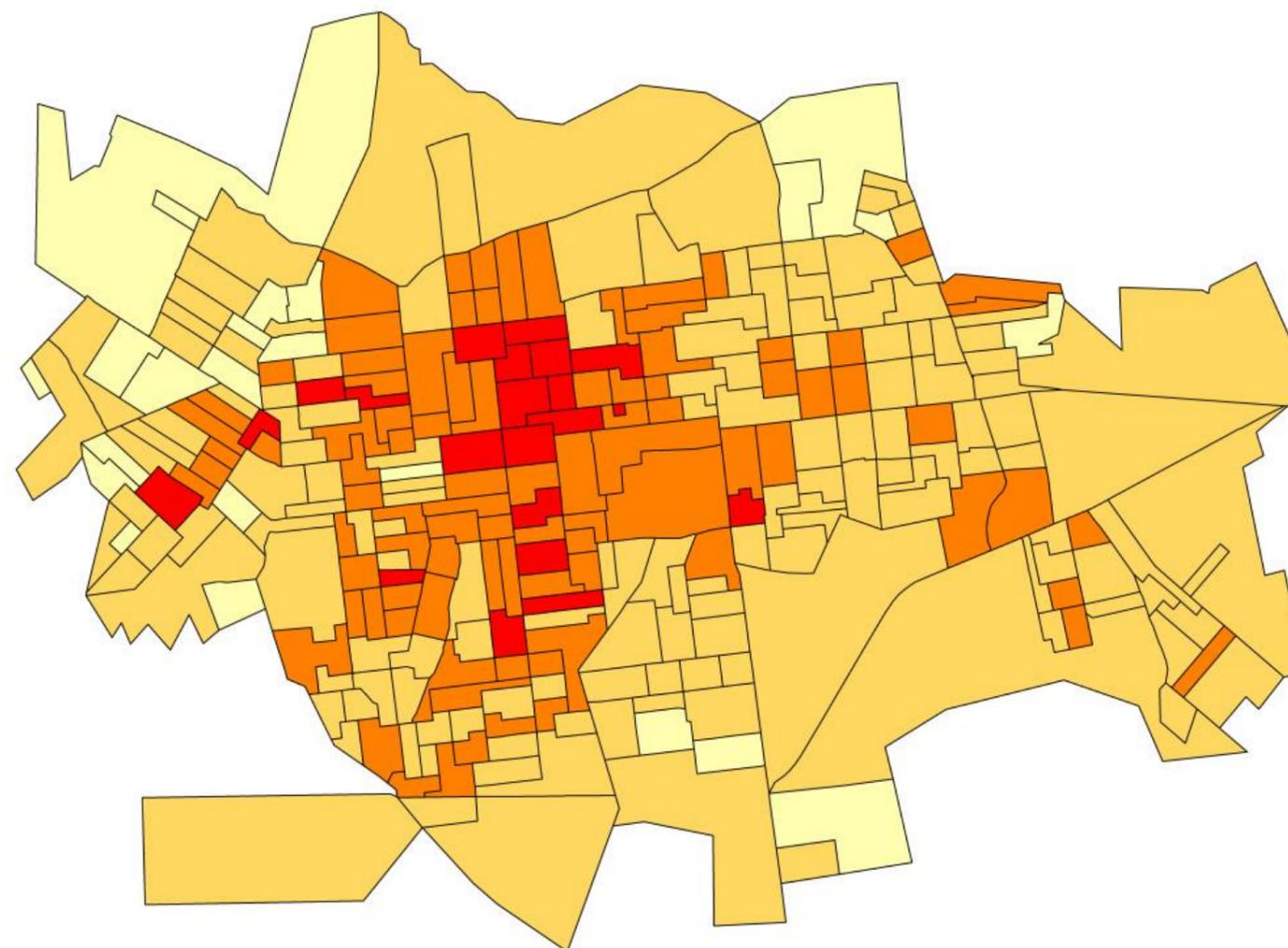
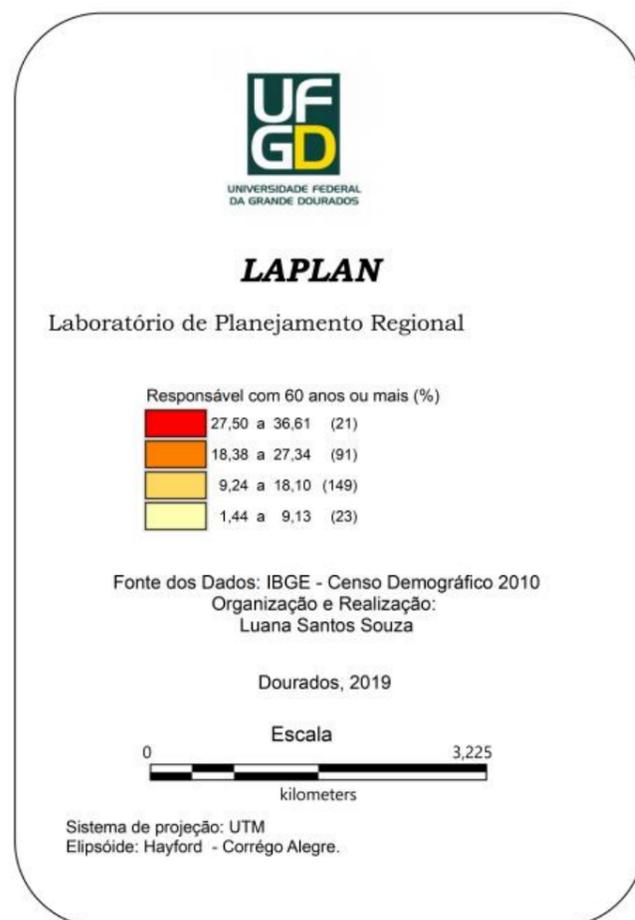
No que se refere aos setores classificados como intermediários piores, constata-se que se localizavam espalhados por toda cidade, com uma concentração próxima aos setores classificados como piores, os quais correspondiam a 15,38% em 2000 e 32,04% em 2010. Já referente aos setores classificados como intermediários melhores, identificou-se que se encontravam localizados por toda cidade, representando 23,07% no censo de 2000 e 52,46% no censo de 2010.

No que concerne aos setores classificados como melhores, verifica-se que tanto o censo realizado em 2000 quanto o realizado em 2010 estavam presentes em todas as áreas da cidade, os quais representavam 58,04% e 8,09% para os respectivos censos.

Mapa 21 - DOURADOS (2000) - Responsável com 60 anos de idade ou mais.



Mapa 22 - DOURADOS (2010) - Responsável com 60 anos de idade ou mais.



3.5 Análise dos conjuntos de indicadores

Os mapas sínteses foram elaborados da seguinte forma: para cada setor censitário foi atribuído uma nota referente a cada indicador analisado, variando entre 1 para setores melhores classificados, 2 e 3 para setores intermediários melhores e piores, respectivamente, e 4 para setores piores classificados. Através disso foram obtidas médias aritméticas para cada setor analisado, que posteriormente foram classificados com a mesma metodologia utilizada nos mapas dos indicadores.

Dessa maneira, conforme se observa no **mapa 23**, referente aos anos 2000, verifica-se que já naquela época a porção norte sentido noroeste da cidade se apresentava como sendo a área de maior inclusão social. Coincidentemente, essa é a mesma área onde já se concentrava a população de classe social mais favorecida, fato que se assemelha muito com o mapa do indicador com renda nominal de até 2 salários mínimos e ao de 15 salários mínimos ou mais.

Assim, na **tabela 1** é apresentada uma síntese dos percentuais de setores censitários, moradores e domicílios inseridos na área da cidade de Dourados nos anos 2000.

Tabela 1 - Síntese do mapeamento (2000).

Tipo	Setores (%)	Domicílios (%)
Pior	29,37	35,03
Intermediário pior	40,55	35,48
Intermediário melhor	4,89	5,72
Melhor	25,17	28,62

Fonte: Censo do IBGE 2000 e 2010.

Org.: Luana Santos Souza.

Nessa tabela se observa que quase 70% dos setores foram classificados como pior e intermediário pior, total muito próximo do percentual de domicílios, evidenciando, assim, que algumas áreas eram mais suscetíveis à desigualdade socioespacial, cada vez mais naturalizadas em cidades médias.

Mapa 23 - Mapa síntese (2000).




UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

LAPLAN
Laboratório de Planejamento Regional

Mapa síntese

	Pior	(42)
	Intermediário pior	(58)
	Intermediário melhor	(7)
	melhor	(36)

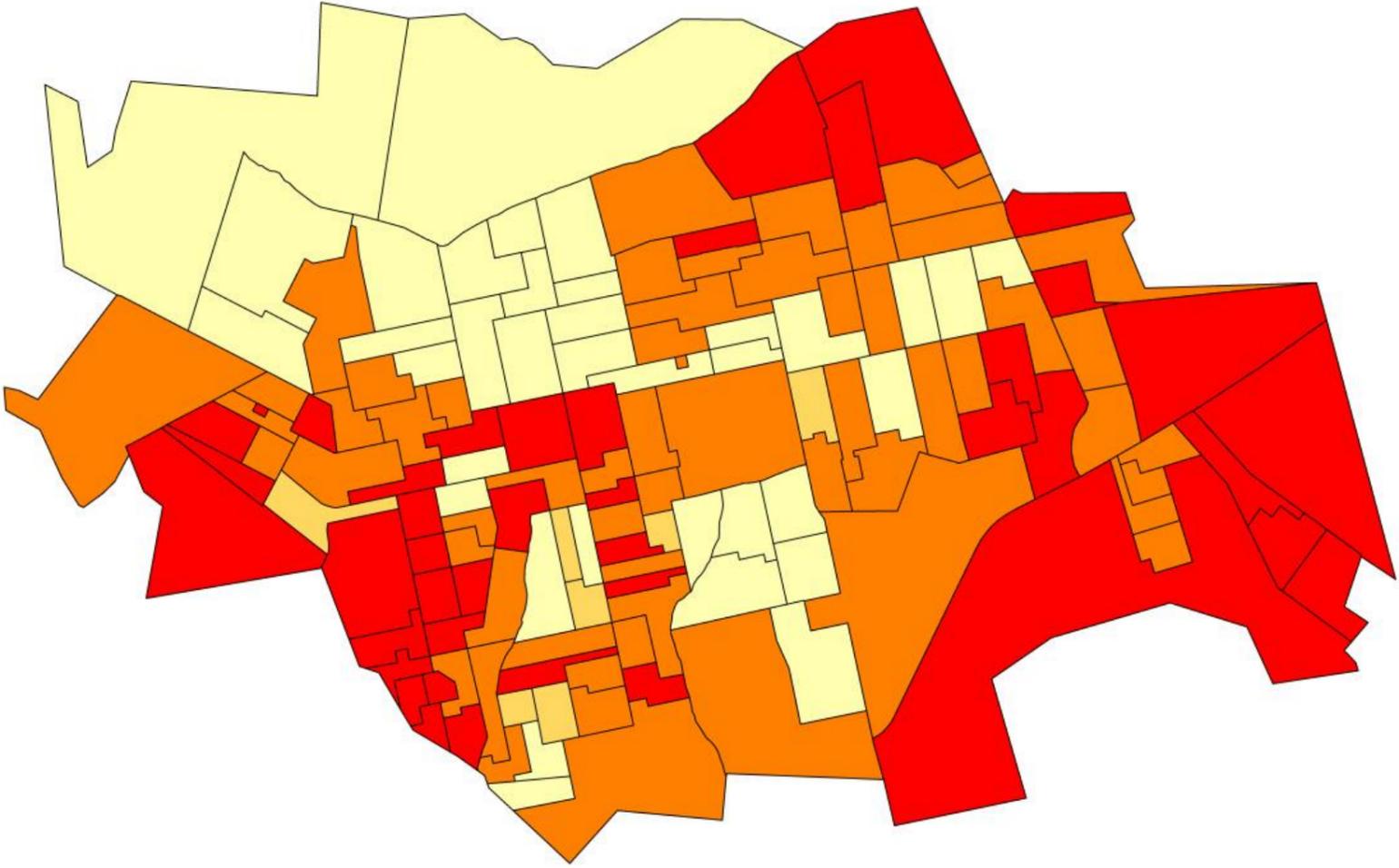
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
Luana Santos Souza

Dourados, 2019

Escala

0 3,009
kilometers

Sistema de projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrêgo Alegre.



Como se pode observar a seguir, o **mapa 24** se refere a síntese dos indicadores para o ano de 2010, configura-se de forma diferente do mapa anterior, não há destaque para a área da cidade caracterizada como pior. Contudo, assim como no **mapa 23**, pode-se observar um destaque para a porção norte da cidade, apresentando majoritariamente os setores classificados como intermediário melhores e melhores.

Dessa forma, na **tabela 2**, são apresentadas informações que sintetizam o mapeamento referente ao ano de 2010.

Tabela 2 - Síntese do mapeamento (2010).

Tipo	Setores (%)	Domicílios (%)
Pior	11,26	20,22
Intermediário pior	68,66	23,02
Intermediário melhor	11,61	27,45
Melhor	8,45	29,31

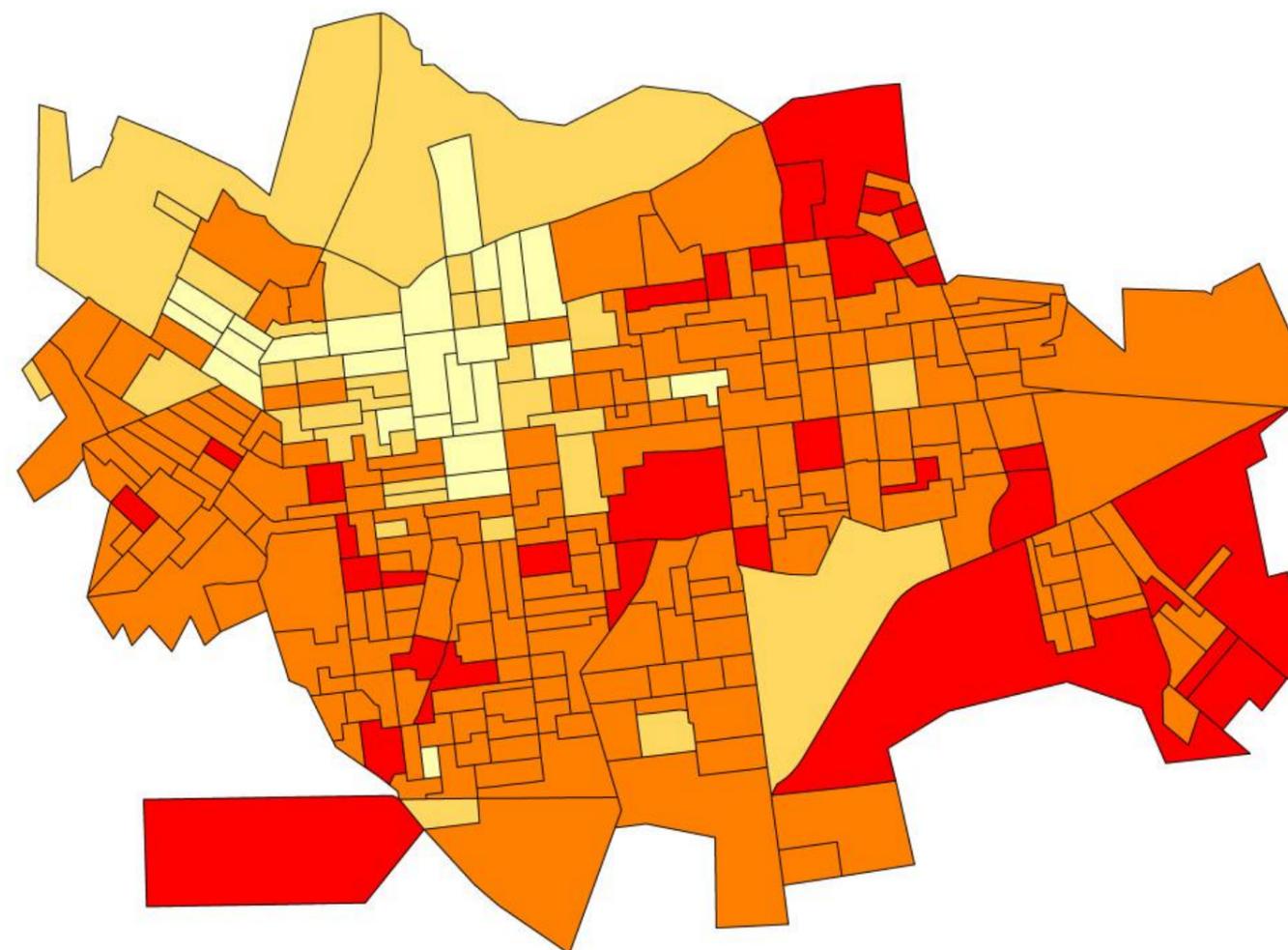
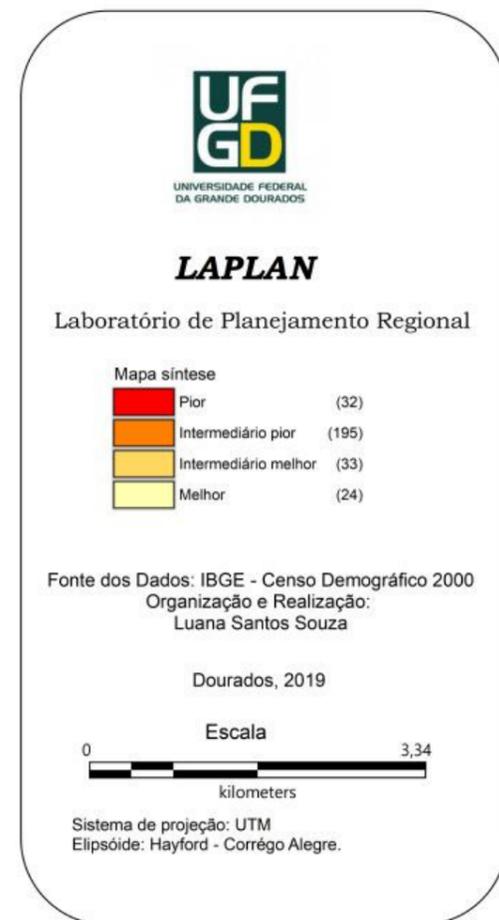
Fonte: Censo do IBGE 2000 e 2010.

Org.: Luana Santos Souza.

Na **tabela 2** se observa que o número de setores classificados como pior chegava quase que a 80% dos setores da cidade, nos quais localizavam pouco mais de 43% dos domicílios.

Dessa maneira, constata-se que as áreas suscetíveis à desigualdade socioespacial cresceu de uma década para outra. No entanto, o contingente de domicílios caiu nessas áreas, uma vez que quase 58% dos domicílios se concentravam em setores considerados intermediários melhores ou melhores. Diferentemente, no censo de 2000, o total de domicílios localizados nos setores intermediários melhores e melhores não representavam 30%.

Mapa 24 - Mapa síntese (2010).



Entende-se que o mapa síntese vai de encontro àquilo que havia sido verificado desde os primeiros mapas analisados, ou seja, os melhores indicadores concentrados nos setores censitários localizados nas áreas noroeste em 2010, com alguns outros setores em distintas porções da cidade em 2000, e os piores indicadores concentrados nos setores localizados nas áreas nas bordas periféricas sul e sudeste do perímetro urbanos, evidenciando ainda mais as áreas melhores classificadas.

Portanto, os indicadores sociais de desigualdade possibilitam a construção de mapa síntese, e revelam, assim, como se constituem, se estruturam e onde se localizam as áreas de exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA ANÁLISE DOS CONJUNTOS DE INDICADORES

Assim, com base no mapeamento dos 14 indicadores sociais de desigualdade intraurbana anteriormente analisados, pode-se considerar que a desigualdade socioespacial é elemento importante na estruturação do espaço da cidade de Dourados-MS.

A consolidação da desigualdade na área urbana se dá pelo fato de que os poucos setores censitários, que apresentam os melhores índices para os indicadores analisados, concentram-se nas áreas que, desde o início, foram apontadas como sendo a área mais nobre da cidade, na qual se agrupa parte da população de classe social mais favorecida, ou seja, a porção norte em sentido ao noroeste da cidade.

Por outro lado, observou-se que os setores censitários que apresentam os piores índices se localizam nas áreas majoritariamente próximas à periferia do perímetro urbano da cidade em ambos os censos.

Portanto, constata-se que as desigualdades sociais se caracterizam como elemento fundamental na estruturação da cidade aqui analisada. Ou seja, a área urbana aparece dividida em duas áreas distintas: a área mais rica e mais privilegiada, separada da área da classe social menos favorecida.

Como Vieira (2005) afirma, ao passo que se concentram os melhores indicadores sociais e, conseqüentemente, a classe social mais favorecida em apenas uma/algumas área(s) da cidade; em contrapartida, concentrados em outras áreas da cidade está a classe social menos favorecida, juntamente com os piores indicadores. Assim sendo, ao mesmo tempo que se “valoriza” determinada área da cidade, outra se torna menos “valorizada”, fato que separa e exclui parte da população.

Dessa forma, fica evidente que há uma desigualdade socioespacial dentro da área urbana, que ocorre de forma perversa e algumas vezes se torna difícil de diagnosticar, como ocorre em alguns indicadores.

Isso faz com que a classe social menos favorecida ocupe áreas menos valorizadas do município, localizadas majoritariamente na borda periférica da cidade e com mínimas condições, como se pode verificar nos mapas: de água outra forma (mapa 9 e 10), lixo outra forma (mapa 11 e 12), responsável com

renda nominal até 2 salários mínimos (mapa 15), e domicílios com renda *per capita* até 2 salários mínimos (mapa 16).

Com base em indicadores sociais, pretendeu-se que a elaboração de mapas proporcionasse ferramentas para análises incorporadas aos subsídios para a formulação de políticas públicas, que busquem reverter, ou ao menos minimizar, o processo de desigualdade socioespacial de forma que seja priorizada a qualidade dos serviços oferecidos à população; uma vez que a análise espacial ajuda a identificar e a guiar políticas públicas especiais para cada necessidade.

Dessa forma, compreende-se que os indicadores formam um elo entre o conhecimento teórico e a realidade empírica e que constituem a realidade do espaço intraurbano, muitas vezes desiguais.

Há ainda muito a ser feito a respeito de uma melhor leitura geográfica acerca dessa temática — de forma especial em cidades médias, como é o caso de Dourados —, assim como, para se poder entender a estruturação do espaço urbano. Isso se dará ao aprofundar o conhecimento de quem são os atores envolvidos na produção da cidade.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ADAMS, T. **Prática social e formação para a cidadania**: Cáritas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 219p.

ALVES, N. C. Morar na periferia: o ponto de vista de mulheres pobres. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B. (org.) **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. Presidente Prudente: Editora UNESP, 2010. p. 181- 204.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios**. Comunicação Social. Rio de Janeiro, RJ, 2002. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>. Acesso em: 09 jan. 2019.

_____. Boletim DIEESE. **A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho**. Edição Especial, mar. 2004. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/mulher_chefe.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Cidades**. 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC) – 2007**. Dados estatísticos. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Notícias**. 2014. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CALDAS, R. W. (coord.). **Políticas públicas conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2008. v. 7.

CALIXTO, M. J. M. S. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. 2000. 296p. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, São Paulo. 2000.

_____. **O processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano**: uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS. Campo Grande: Editora UFMS, 2004.

_____. (org.). **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados: Editora UFGD, 2008.

_____.; BERNARDELLI, M. L. F. da H. Dourados-MS: uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica da economia globalizada. In: SPOSITO; M. E. B; MAIA; D. S. (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Dourados e Chapecó. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 29-170.

CASTEL, R. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004.

CASTELLS, M. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, M. A. A. Produção habitacional, inclusão social e cidadania: uma análise do papel exercido pelo poder público local. In: CALIXTO, M. J. M. S. (org.). **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados: Editora UFGD, 2008. p. 71-100.

CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-60.

DEMO, P. **Charme da exclusão social**: polêmicas do nosso tempo. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

SCOREL, S. **Exclusão social**: em busca de uma categoria. In: SCOREL, S. Vidas ao léu: uma trajetória da exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p. 23-81.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. 277p.

GUIMARÃES, R. B. *et al.* **Sistema de informação para tomada de decisão municipal**. Presidente Prudente: Relatório de Pesquisa Fase II – FAPESP, Programa Políticas Públicas. 2003.

IRABI, M. M. de A.; FERREIRA, N. M. L.; VIEIRA, A. B. A (In)acessibilidade aos serviços de saúde em Dourados – MS: o caso dos moradores do loteamento Dioclécio Artuzi I e II. **Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia-MG, v.13, n. 26, p. 58-70, dez. 2017.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

_____. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 2 ed. Campinas: Editora Alínea, 2003. 141p.

LOPES, J. R. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da subjetividade. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 13-24, maio/ago. 2006.

MELAZZO, E. S. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio**: a agenda das políticas públicas em disputa. 2006. 230p. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2006.

_____; GUIMARÃES, R. B. Ponto de partida: a desigualdade social e a definição da política urbana. In: _____. GUIMARÃES, R. B. (org.) **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. Presidente Prudente. Editora UNESP, 2010. p.11- 32.

MELO, L. V.; PAESE, C. R. As políticas sociais e o combate à exclusão: repensando o papel do Estado na contemporaneidade. **Argumentum**, Vitória, v. 5, n.1, p. 102-119, jan./jun. 2013.

MORAIS, M. da P.; LIMA, R. Indicadores urbanos como instrumento de gestão e formulação de políticas públicas. **Revista de Administração Municipal**. Ano 46, n. 232, nov./dez. 2001.

NASCIMENTO, E.; MATIAS, L. F. Mapeamentos da exclusão/inclusão social no espaço intraurbano com dados censitários: experiências a partir da cidade de Ponta Grossa (PR). **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 87-102, jan./jun. 2008.

PEREIRA, P. A. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PINTO, R. M. F. *et al.* Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 167-179, jan./mar. 2011.

PROCÓPIO, I. V.; OLIVEIRA JÚNIOR, L. B. de; AMÂNCIO, R. O uso de indicadores de desenvolvimento local: o Mapa de Exclusão/Inclusão Social do Município de Juiz de Fora. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 4, n. 6, p. 115-130, jan./jun. 2009.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. **Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito a cidade.** CIDADES, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

ROMERO, H. **O papel do Shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados-MS.** 2010, 157p. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

SAUER, L.; CAMPÊLO, E.; CAPILÉ, M. A. L. **Mapeamento dos índices de inclusão e exclusão socioespacial em Campo Grande-MS: uma nova reflexão.** 1 ed. Campo Grande: Editora Oeste, 2012.

SILVA, J. C. da. **O poder público, a dinâmica da produção espacial e a segregação racial na cidade de Salvador-Bahia/Brasil.** Encontro de Geógrafos da América Latina, Peru, 2013.

SILVA, V. F. **Os papéis de Dourados-MS no contexto regional: apontamentos para a análise de uma cidade média.** 2011. 166p. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

_____. Sob a perspectiva do novo: um olhar sobre a dinâmica intraurbana de Dourados-MS e seu processo de urbanização. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 34, p. 97-119, ago./dez. 2012.

SPOSATI, A. de O. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1996.

VAZ, A. M. G. Exclusão social: novos e velhos dilemas. **Emancipação**, v. 2, n. 1, p. 105-127, 2002.

VIEIRA, A. B. **O lugar de cada um: indicadores sociais de desigualdade intraurbana.** 2005. 168p. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2005.

_____. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política.** 2009. 208p. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2009.

_____; NUNES, M.; GUIMARÃES, R. B. Desigualdade e exclusão em cidades médias brasileiras. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B. (org.). **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas.** Presidente Prudente: Editora UNESP, 2010. p. 59- 71.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 16-26.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão**: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto PIAGET, 1996. (Coleção Epistemologia e Sociedade, n. 41).